



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

# **(\*) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 266, DE 2013 (Do Senado Federal)**

**PLS nº 192/2011 – Complementar  
Ofício (SF) nº 939/2013**

Altera a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e a Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União), para dispor sobre os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE); e revoga dispositivos da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966; tendo pareceres: da Comissão de Finanças e Tributação, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição do de nº 458/09, apensado (relator: DEP. JÚLIO CESAR); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dos de nºs 458/09 e 582/10, apensados, com emendas (relator: DEP. EFRAIM FILHO).

**DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE:

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APENSE-SE A ESTE O PLP 458/2009 E SEUS APENSADOS.

EM RAZÃO DESSA APENSAÇÃO, A MATÉRIA FICA PRONTA PARA PAUTA EM PLENÁRIO, POSTO QUE O PLP 458/2009 E SEUS APENSADOS JÁ FORAM APRECIADOS PELAS COMISSÕES.

**APRECIÇÃO:**

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

**\* Atualizado em 11/06/2013 em virtude de desapensações.**

## SUMÁRIO

I - Projeto inicial

II – Projetos apensados: 458-A/09 (582/10), 97/11, 107/11, 129/12, 135/12, 137/12, 160/12, 211/12 e 217/12

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** O art. 2º da Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Os recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), observado o disposto no art. 4º, serão entregues da seguinte forma:

I – os coeficientes individuais de participação dos Estados e do Distrito Federal no FPE a serem aplicados até 31 de dezembro de 2015 são os constantes do Anexo Único desta Lei Complementar;

II – a partir de 1º de janeiro de 2016, cada entidade beneficiária receberá valor igual ao que foi distribuído no correspondente decêndio do exercício de 2015, corrigido pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou outro que vier a substituí-lo e pelo percentual equivalente a 50% (cinquenta por cento) da variação real do Produto Interno Bruto nacional do ano anterior ao ano considerado para base de cálculo;

III – também a partir de 1º de janeiro de 2016, a parcela que superar o montante especificado no inciso II será distribuída proporcionalmente a coeficientes individuais de participação obtidos a partir da combinação de fatores representativos da população e do inverso da renda domiciliar **per capita** da entidade beneficiária, assim definidos:

a) o fator representativo da população corresponderá à participação relativa da população da entidade beneficiária na população do País, observados os limites superior e inferior de, respectivamente, 0,07 (sete centésimos) e 0,01 (um centésimo), que incidirão uma única vez nos cálculos requeridos;

b) o fator representativo do inverso da renda domiciliar **per capita** corresponderá à participação relativa do inverso da renda domiciliar **per**

**capita** da entidade beneficiária na soma dos inversos da renda domiciliar **per capita** de todas as entidades.

§ 1º Em relação à parcela de que trata o inciso III do **caput**, serão observados os seguintes procedimentos:

I – a soma dos fatores representativos da população e a dos fatores representativos do inverso da renda domiciliar **per capita** deverão ser ambas iguais a 0,5 (cinco décimos), ajustando-se proporcionalmente, para esse efeito, os fatores das entidades beneficiárias;

II – o coeficiente individual de participação será a soma dos fatores representativos da população e do inverso da renda domiciliar **per capita** da entidade beneficiária, observados os ajustes previstos nos incisos III e IV deste parágrafo;

III – os coeficientes individuais de participação das entidades beneficiárias cujas rendas domiciliares **per capita** excederem valor de referência correspondente a 71% (setenta e um por cento) da renda domiciliar **per capita** nacional serão reduzidos proporcionalmente à razão entre o excesso da renda domiciliar **per capita** da entidade beneficiária e o valor de referência, observado que nenhuma entidade beneficiária poderá ter coeficiente individual de participação inferior a 0,005 (cinco milésimos);

IV – em virtude da aplicação do disposto no inciso III deste parágrafo, os coeficientes individuais de participação de todas as entidades beneficiárias deverão ser ajustados proporcionalmente, de modo que resulte em soma igual a 1 (um).

§ 2º Caso a soma dos valores a serem distribuídos, nos termos do inciso II do **caput**, seja igual ou superior ao montante a ser distribuído, a partilha dos recursos será feita exclusivamente de acordo com o referido inciso, ajustando-se proporcionalmente os valores.

§ 3º Para efeito do disposto neste artigo, serão considerados os valores censitários ou as estimativas mais recentes da população e da renda domiciliar **per capita** publicados pela entidade federal competente.” (NR)

**Art. 2º** O art. 92 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 92. O Tribunal de Contas da União comunicará ao Banco do Brasil S.A., conforme os prazos a seguir especificados, os coeficientes individuais de participação nos fundos previstos no art. 159, inciso I, alíneas “a”, “b” e “d”, da Constituição Federal que prevalecerão no exercício subsequente:

I – até o último dia útil do mês de março de cada exercício financeiro, para cada Estado e para o Distrito Federal;

II – até o último dia útil de cada exercício financeiro, para cada Município.

Parágrafo único. Far-se-á nova comunicação sempre que houver, transcorrido o prazo fixado no inciso I do **caput**, a criação de novo Estado a ser implantado no exercício subsequente.” (NR)

**Art. 3º** Para os coeficientes dos Estados e do Distrito Federal que vigorarão no exercício de 2013, a comunicação referida no **caput** do art. 92 da Lei nº 5.172, de 1966, será feita até 30 (trinta) dias após a publicação desta Lei Complementar.

**Art. 4º** O art. 102 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas de União), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 102. Entidade competente do Poder Executivo federal fará publicar no Diário Oficial da União, para os fins previstos no inciso VI do art. 1º desta Lei, a relação das populações:

I – até 31 de dezembro de cada ano, no caso dos Estados e do Distrito Federal;

II – até 31 de agosto de cada ano, no caso dos Municípios.

Parágrafo único. Far-se-á nova comunicação sempre que houver, transcorrido o prazo fixado nos incisos I e II do **caput**, a criação de novo Estado ou Município a ser implantado no exercício subsequente.” (NR)

**Art. 5º** Revogam-se os arts. 86 a 89 e 93 a 95 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional).

**Art. 6º** Esta Lei Complementar vigorará no período compreendido entre a data da sua publicação e 31 de dezembro de 2017, produzindo efeitos financeiros no primeiro mês que se iniciar após 60 (sessenta) dias contados da primeira data.

Parágrafo único. Até que nova lei complementar disponha sobre os critérios de repartição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, permanecerão em vigor aqueles fixados por esta Lei Complementar.

Senado Federal, em 16 de abril de 2013.

Senador Renan Calheiros  
Presidente do Senado Federal

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

## **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988**

TÍTULO VI  
DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO

CAPÍTULO I  
DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Seção VI  
Da Repartição das Receitas Tributárias

Art. 159. A União entregará:

I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados quarenta e oito por cento na seguinte forma: (“Caput” do inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 55, de 2007)

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer;

d) um por cento ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano; (Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 55, de 2007)

II - do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados;

III - do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que refere o inciso II, c, do referido parágrafo. (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 44, de 2004)

§ 1º Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I.

§ 2º A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada Estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso. [\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003\)](#)

Art. 160. é vedada a retenção ou qualquer restrição à entrega e ao emprego dos recursos atribuídos, nesta seção, aos estados, ao distrito federal e aos municípios, neles compreendidos adicionais e acréscimos relativos a impostos.

Parágrafo único. A vedação prevista neste artigo não impede a União e os Estados de condicionarem a entrega de recursos: [\(Parágrafo único com redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000\)](#)

I – ao pagamento de seus créditos, inclusive de suas autarquias; [\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/00\)](#)

II – ao cumprimento do disposto no art. 198, § 2º, incisos II e III. [\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000\)](#)

.....

.....

## LEI COMPLEMENTAR Nº 62, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989

Estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, de que tratam as alíneas a e b do inciso I do art. 159 da Constituição, far-se-ão nos termos desta Lei Complementar, consoante o disposto nos incisos II e III do art. 161 da Constituição.

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, integrarão a base de cálculo das transferências, além do montante dos impostos nele referidos, inclusive os extintos por compensação ou dação, os respectivos adicionais, juros e multa moratória, cobrados administrativa ou judicialmente, com a correspondente atualização monetária paga.

Art. 2º Os recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE serão distribuídos da seguinte forma: [\(Vide ADINs nºs 875, 1.987, 2.727 e 3.243, cuja decisão foi publicada no DOU de 13/5/2010\)](#)

I - 85% (oitenta e cinco por cento) às Unidades da Federação integrantes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste;

II - 15% (quinze por cento) às Unidades da Federação integrantes das regiões Sul e Sudeste.

§ 1º Os coeficientes individuais de participação dos Estados e do Distrito Federal no Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE a serem aplicados até o

exercício de 1991, inclusive, são os constantes do Anexo Único, que é parte integrante desta Lei Complementar.

§ 2º Os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, a vigorarem a partir de 1992, serão fixados em lei específica, com base na apuração do censo de 1990.

§ 3º Até que sejam definidos os critérios a que se refere o parágrafo anterior, continuarão em vigor os coeficientes estabelecidos nesta Lei Complementar.

Art. 3º Ficam mantidos os atuais critérios de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios até que lei específica sobre eles disponha, com base no resultado do Censo de 1991, realizado pela Fundação IBGE. (*“Caput” do artigo com redação dada pela Lei Complementar nº 71, de 3/9/1992, produzindo efeitos a partir de 1/1/1992*)

Parágrafo único. A lei estabelecerá os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, a vigorarem a partir de 1992, com base na apuração do Censo de 1990.

Art. 4º A União observará, a partir de março de 1990, os seguintes prazos máximos na entrega, através de créditos em contas individuais dos Estados e Municípios, dos recursos do Fundo de Participação:

I - recursos arrecadados do primeiro ao décimo dia de cada mês: até o vigésimo dia;

II - recursos arrecadados do décimo primeiro ao vigésimo dia de cada mês: até o trigésimo dia;

III - recursos arrecadados do vigésimo primeiro dia ao final de cada mês: até o décimo dia do mês subsequente.

§ 1º Até a data prevista no caput deste artigo, a União observará os seguintes prazos máximos:

I - recursos arrecadados do primeiro ao vigésimo dia de cada mês: até o décimo quinto dia do mês subsequente;

II - recursos arrecadados do vigésimo primeiro dia ao final de cada mês: até o vigésimo dia do mês subsequente.

§ 2º Ficam sujeitos à correção monetária, com base na variação do Bônus do Tesouro Nacional Fiscal, os recursos não liberados nos prazos previstos neste artigo.

Art. 5º O Tribunal de Contas da União efetuará o cálculo das quotas referentes aos Fundos de Participação e acompanhará, junto aos órgãos competentes da União, a classificação das receitas que lhes dão origem.

Parágrafo único. No caso de criação e instalação de Município, o Tribunal de Contas da União fará revisão dos coeficientes individuais de participação dos demais Municípios do Estado a que pertence, reduzindo proporcionalmente as parcelas que a estes couberem, de modo a lhe assegurar recursos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

.....  
 .....

## ANEXO ÚNICO À LEI COMPLEMENTAR Nº 62, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989

Acre	3,4210
Amapá	3,4120
Amazonas	2,7904
Pará	6,1120
Rondônia	2,8156
Roraima	2,4807
Tocantins	4,3400
Alagoas	4,1601
Bahia	9,3962
Ceará	7,3369
Maranhão	7,2182
Paraíba	4,7889
Pernambuco	6,9002
Piauí	4,3214
Rio Grande do Norte	4,1779
Sergipe	4,1553
Distrito Federal	0,6902
Goiás	2,8431
Mato Grosso	2,3079
Mato Grosso do Sul	1,3320
Espírito Santo	1,5000
Minas Gerais	4,4545
Rio de Janeiro	1,5277
São Paulo	1,0000
Paraná	2,8832
Rio Grande do Sul	2,3548
Santa Catarina	1,2798

**LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966**

Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e  
Institui Normas Gerais de Direito Tributário  
Aplicáveis à União, Estados e Municípios.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

TÍTULO VI  
DISTRIBUIÇÕES DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS

.....

CAPÍTULO III  
FUNDOS DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DOS MUNICÍPIOS



## **Seção I**

### **Constituição dos Fundos**

Art. 86. Do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os artigos 43 e 46, 80% (oitenta por cento) constituem a receita da União e o restante será distribuído à razão de 10% (dez por cento) ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e 10% (dez por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios.

Parágrafo único. Para cálculo da percentagem destinada aos Fundos de Participação, exclui-se do produto da arrecadação do imposto a que se refere o art. 43 a parcela distribuída nos termos do inciso II do artigo anterior.

Art. 87. O Banco do Brasil S.A., à medida em que for recebendo as comunicações do recolhimento dos impostos a que se refere o artigo anterior, para escrituração na conta "Receita da União", efetuará automaticamente o destaque de 20% (vinte por cento), que creditará, em partes iguais, ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios.

Parágrafo único. Os totais relativos a cada imposto, creditados mensalmente a cada um dos Fundos, serão comunicados pelo Banco do Brasil S.A. ao Tribunal de Contas da União até o último dia útil do mês subsequente.

## **Seção II**

### **Critério de Distribuição do Fundo de Participação dos Estados**

Art. 88. O Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, a que se refere o art. 86, será distribuído da seguinte forma:

I - 5% (cinco por cento), proporcionalmente à superfície de cada entidade participante;

II - 95% (noventa e cinco por cento), proporcionalmente ao coeficiente individual de participação, resultante do produto do fator representativo da população pelo fator representativo do inverso da renda per capita, de cada entidade participante, como definidos nos artigos seguintes.

Parágrafo único. Para os efeitos do disposto neste artigo, consideram-se:

I - a superfície territorial apurada e a população estimada, quanto a cada entidade participante, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

II - a renda per capita, relativa a cada entidade participante, no último ano para o qual existam estimativas efetuadas pela Fundação "Getúlio Vargas".

Art. 89. O fator representativo da população a que se refere o inciso II do artigo anterior, será estabelecido da seguinte forma:

Percentagem que a população da entidade participante representa da população total do País:

	Fator
I - até 2% .....	2,0
II - acima de 2% até 5%:	
a) pelos primeiros 2% .....	2,0
b) para cada 0,3% ou fração excedente, mais .....	0,3
III - acima de 5% até 10%:	
a) pelos primeiros 5% .....	5,0
b) para cada 0,5% ou fração excedente, mais .....	0,5
IV - acima de 10% .....	10,0

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, considera-se como população total do País a soma das populações estimadas a que se refere o inciso I do parágrafo único do artigo anterior.

Art. 90. O fator representativo do inverso da renda per capita, a que se refere o inciso II do artigo 88, será estabelecido da seguinte forma:

Inverso do índice relativo à renda per capita da entidade participante:

	Fator
Até 0,0045 .....	0,4
Acima de 0,0045 até 0,0055 .....	0,5
Acima de 0,0055 até 0,0065 .....	0,6
Acima de 0,0065 até 0,0075 .....	0,7
Acima de 0,0075 até 0,0085 .....	0,8
Acima de 0,0085 até 0,0095 .....	0,9
Acima de 0,0095 até 0,0110 .....	1,0
Acima de 0,0110 até 0,0130 .....	1,2
Acima de 0,0130 até 0,0150 .....	1,4
Acima de 0,0150 até 0,0170 .....	1,6
Acima de 0,0170 até 0,0190 .....	1,8
Acima de 0,0190 até 0,0220 .....	2,0
Acima de 0,220 .....	2,5

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, determina-se o índice relativo à renda per capita de cada entidade participante, tomando-se como 100 (cem) a renda per capita média do País.

### Seção III

#### Critério de Distribuição do Fundo de Participação dos Municípios

Art. 91. Do Fundo de Participação dos Municípios a que se refere o art. 86, serão atribuídos: (*“Caput” com redação dada pelo Ato Complementar nº 35, de 28/2/1967*)

I - 10% (dez por cento) aos Municípios das Capitais dos Estados; (*Inciso com redação dada pelo Ato Complementar nº 35, de 28/2/1967*)

II - 90% (noventa por cento) aos demais Municípios do País. (*Inciso com redação*

dada pelo Ato Complementar nº 35, de 28/2/1967)

§ 1º A parcela de que trata o inciso I será distribuída proporcionalmente a um coeficiente individual de participação, resultante do produto dos seguintes fatores:

a) fator representativo da população, assim estabelecido:

Percentual da População de cada Município em relação à do conjunto das

Capitais:

	Fator:
Até 2% .....	2
Mais de 2% até 5%:	
Pelos primeiros 2%.....	2
Cada 0,5% ou fração excedente, mais.....	0,5
Mais de 5% .....	5

b) Fator representativo do inverso da renda per capita do respectivo Estado, de conformidade com o disposto no art. 90. (Parágrafo com redação dada pelo Ato Complementar nº 35, de 28/2/1967)

§ 2º A distribuição da parcela a que se refere o item II deste artigo, deduzido o percentual referido no artigo 3º do Decreto-lei que estabelece a redação deste parágrafo, far-se-á atribuindo-se a cada Município um coeficiente individual de participação determinado na forma seguinte:

Categoria do Município, segundo seu número de habitantes Coeficiente

a) Até 16.980

Pelos primeiros 10.188 0,6

Para cada 3.396, ou fração excedente, mais 0,2

b) Acima de 16.980 até 50.940

Pelos primeiros 16.980 1,0

Para cada 6.792 ou fração excedente, mais 0,2

c) Acima de 50.940 até 101.880

Pelos primeiros 50.940 2,0

Para cada 10.188 ou fração excedente, mais 0,2

d) Acima de 101.880 até 156.216

Pelos primeiros 101.880 3,0

Para cada 13.584 ou fração excedente, mais 0,2

e) Acima de 156.216 4,0 (Parágrafo com redação dada pelo Decreto-Lei nº 1.881, de 27/8/1981)

§ 3º Para os efeitos deste artigo, consideram-se os municípios regularmente instalados, fazendo-se a revisão das quotas anualmente, a partir de 1989, com base em dados oficiais de população produzidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (Parágrafo com redação dada pela Lei Complementar nº 59, de 22/12/1988)

§ 4º (Parágrafo acrescido pela Lei Complementar nº 35, de 28/2/1967 e revogado pela Lei Complementar nº 91, de 22/12/1997)

§ 5º (Parágrafo acrescido pela Lei Complementar nº 35, de 28/2/1967 e revogado pela Lei Complementar nº 91, de 22/12/1997)

#### Seção IV

#### Cálculo e Pagamento das Quotas Estaduais e Municipais

Art. 92. Até o último dia útil de cada exercício, o Tribunal de Contas da União

comunicará ao Banco do Brasil S.A. os coeficientes individuais de participação de cada Estado e do Distrito Federal, calculados na forma do disposto no art. 88, e de cada Município, calculados na forma do disposto no art. 91, que prevalecerão para todo o exercício subsequente.

Art. 93. Até o último dia útil de cada mês, o Banco do Brasil S.A. creditará a cada Estado, ao Distrito Federal e a cada Município as quotas a eles devidas, em parcelas distintas para cada um dos impostos a que se refere o art. 86, calculadas com base nos totais creditados ao Fundo correspondente, no mês anterior.

§ 1º Os créditos determinados por este artigo serão efetuados em contas especiais, abertas automaticamente pelo Banco do Brasil S.A., em sua agência na Capital de cada Estado, no Distrito Federal e na sede de cada Município, ou, em sua falta, na agência mais próxima.

§ 2º O cumprimento do disposto neste artigo será comunicado pelo Banco do Brasil S.A. ao Tribunal de Contas da União, discriminadamente, até o último dia útil do mês subsequente.

### **Seção V**

#### **Comprovação da Aplicação das Quotas Estaduais e Municipais**

Art. 94. Do total recebido nos termos deste Capítulo, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão obrigatoriamente 50% (cinquenta por cento), pelo menos, ao seu orçamento de despesas de capital como definidas em lei de normas gerais de direito financeiro.

§ 1º Para comprovação do cumprimento do disposto neste artigo, as pessoas jurídicas de direito público, nele referidas, remeterão ao Tribunal de Contas da União:

I - cópia autêntica da parte pertinente das contas do Poder Executivo, relativas ao exercício anterior;

II - cópia autêntica do ato de aprovação, pelo Poder Legislativo, das contas a que se refere o inciso anterior;

III - prova da observância dos requisitos aplicáveis, previstos em lei de normas gerais de direito financeiro, relativamente ao orçamento e aos balanços do exercício anterior.

§ 2º O Tribunal de Contas da União poderá suspender o pagamento das distribuições previstas no art. 86, nos casos:

I - de ausência ou vício da comprovação a que se refere o parágrafo anterior;

II - de falta de cumprimento ou cumprimento incorreto do disposto neste artigo, apurados diretamente ou por diligência determinada às suas Delegações nos Estados, mesmo que tenha sido apresentada a comprovação a que se refere o parágrafo anterior.

§ 3º A sanção prevista no parágrafo anterior subsistirá até comprovação, a juízo do tribunal, de ter sido sanada a falta que determinou sua imposição, e não produzirá efeitos quanto à responsabilidade civil, penal ou administrativa do governador ou prefeito.

### **CAPÍTULO IV**

#### **IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS A COMBUSTÍVEIS, LUBRIFICANTES, ENERGIA ELÉTRICA E MINERAIS DO PAÍS**

Art. 95. Do produto da arrecadação do imposto a que se refere o art. 74 serão

distribuídos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios 60% (sessenta por cento) do que incidir sobre operações relativas a combustíveis, lubrificantes e energia elétrica, e 90% (noventa por cento) do que incidir sobre operações relativas a minerais do País.

Parágrafo único. [\(Revogado pelo Ato Complementar nº 35, de 28/02/1967\)](#)

## LIVRO SEGUNDO NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

### TÍTULO I LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

#### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

##### **Seção I Disposição Preliminar**

Art. 96. A expressão "legislação tributária" compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.

.....

.....

## **LEI Nº 8.443, DE 16 DE JULHO DE 1992**

Dispõe sobre a Lei Orgânica do  
Tribunal de Contas da União e dá outras  
providências.

### O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

### TÍTULO IV DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

.....

Art. 102. A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou entidade congênere fará publicar no *Diário Oficial da União*, até o dia 31 de agosto de cada ano, e para os fins previstos no inciso VI do art. 1º desta Lei, a relação das populações por Estados e Municípios.

§ 1º Os interessados, dentro do prazo de vinte dias da publicação, poderão apresentar reclamações fundamentadas à Fundação IBGE, que decidirá conclusivamente.

§ 2º Até o dia 31 de outubro de cada ano, a Fundação IBGE encaminhará ao Tribunal de Contas da União a relação referida neste artigo.

Art. 103. O Tribunal de Contas da União prestará auxílio à comissão mista do Congresso Nacional incumbida do exame do endividamento externo brasileiro, nos termos do art. 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

.....

.....

## **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**

### **N.º 458-A, DE 2009**

**(Do Sr. José Fernando Aparecido de Oliveira)**

Altera os critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Municípios, para incluir no cálculo dos coeficientes de participação fatores representativos da área e da renda per capita dos Municípios; tendo pareceres: da Comissão de Finanças e Tributação, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição deste (relator: DEP. JÚLIO CESAR); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e dos de nºs 565/10 e 582/10, apensados, com emendas (relator: DEP. EFRAIM FILHO).

**DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE:

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

**APRECIÇÃO:**

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

## **S U M Á R I O**

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Finanças e Tributação:

- parecer do relator
- parecer da Comissão
- voto em separado

III - Projeto apensado: 582/10

IV - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania:

- parecer do relator
- emendas oferecidas pelo relator (4)
- parecer da Comissão
- emenda adotadas pela Comissão (4)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 2.º do art. 91 da Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 91 .....

.....

§ 2.º A parcela de que trata o inciso II será distribuída da seguinte forma:

I – dez por cento, proporcionalmente à área territorial de cada Município em relação à área de seu respectivo Estado;

II – noventa por cento, proporcionalmente a um coeficiente individual de participação, resultante do produto dos seguintes fatores:

a) fator representativo da população, assim estabelecido:

1. em Municípios até 16.980 habitantes, seis décimos pelos primeiros 10.188 habitantes e, para cada 3.396 habitantes ou fração excedente, mais dois décimos;

2. em Municípios acima de 16.980 e até 50.940 habitantes, um inteiro pelos primeiros 16.980 habitantes e, para cada 6.792 habitantes ou fração excedente, mais dois décimos;

3. em Municípios acima de 50.940 e até 101.880 habitantes, dois inteiros pelos primeiros 50.940 habitantes e, para cada 10.188 habitantes ou fração excedente, mais dois décimos;

4. em Municípios acima de 101.880 até 156.216 habitantes, três inteiros pelos primeiros 101.880 habitantes e, para cada 13.584 habitantes ou fração excedente, mais dois décimos;

5. em Municípios acima de 156.216 habitantes, quatro inteiros;

b) fator representativo do inverso da renda *per capita* do Município, tomando-se como a renda *per capita* do respectivo Estado, assim estabelecido:

1. até 0,0045, quatro décimos;
2. acima de 0,0045 até 0,0055, cinco décimos;
3. acima de 0,0055 até 0,0065, seis décimos;
4. acima de 0,0065 até 0,0075, sete décimos;
5. acima de 0,0075 até 0,0085, oito décimos;
6. acima de 0,0085 até 0,0095, nove décimos;
7. acima de 0,0095 até 0,0110, um inteiro;
8. acima de 0,0110 até 0,0130, um inteiro e dois décimos;
9. acima de 0,0130 até 0,0150, um inteiro e quatro décimos;
10. acima de 0,0150 até 0,0170, um inteiro e seis décimos;
11. acima de 0,0170 até 0,0190, um inteiro e oito décimos;
12. acima de 0,0190 até 0,0220, dois inteiros;
13. acima de 0,0220, dois inteiros e cinco décimos.

Art. 2.º Compete ao IBGE a divulgação das informações sobre área territorial e da renda per capita para os efeitos desta Lei Complementar.

Art. 3.º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposta tem o intuito de corrigir distorções verificadas na repartição dos recursos do FPM aos Municípios do Interior.

Atualmente, o contingente populacional de cada Município é o único critério relevante para se determinar a distribuição de tão importante transferência intergovernamental.

Entende-se fundamental considerar outros critérios, como área territorial e renda *per capita*, para que se faça uma distribuição mais eqüitativa do FPM.



Parte-se do princípio de que quanto maior é o Município, maior a dispersão de sua população em seu território, o que eleva o custo médio de provisão de serviços públicos de qualidade.

Além disso, Municípios com população mais carente devem ser agraciados com maior volume de recursos, pois é exatamente nestas localidades em que os serviços públicos são mais demandados.

Por tudo isso, contamos com o apoio dos Nobres Pares nesta iniciativa.

Sala das Sessões, em 25 de março de 2009.

Deputado José Fernando Aparecido de Oliveira

<p align="center"><b>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</b></p>
--

**LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966**

Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e  
Institui Normas Gerais de Direito Tributário  
Aplicáveis à União, Estados e Municípios.

.....

**LIVRO PRIMEIRO  
SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL**

.....

**TÍTULO VI  
DISTRIBUIÇÕES DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS**

.....

**CAPÍTULO III  
FUNDOS DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DOS MUNICÍPIOS**

.....

**Seção III  
Critério de Distribuição do Fundo de Participação dos Municípios**

Art. 91. Do Fundo de Participação dos Municípios a que se refere o art. 86, serão atribuídos:

I - 10% (dez por cento) aos Municípios das capitais dos Estados;

II - 90% (noventa por cento) aos demais Municípios do País.

*\* Caput e incisos com redação determinada pelo Ato Complementar nº 35, de 28 de fevereiro de 1967.*

§ 1º A parcela de que trata o inciso I será distribuída proporcionalmente a um coeficiente individual de participação, resultante do produto dos seguintes fatores:

a) fator representativo da população, assim estabelecido:

Percentual da População de cada Município em relação à do Conjunto das

Capitais:

Fator

Até 2% ..... 2

Mais de 2% até 5%:

Pelos primeiros 2% ..... 2

Cada 0,5% ou fração excedente, mais ..... 0,5

Mais de 5% ..... 5

b) fator representativo do inverso da renda per capita do respectivo Estado, de conformidade com o disposto no art. 90.

*\* § 1º com redação determinada pelo Ato Complementar nº 35, de 28 de fevereiro de 1967.*

§ 2º A distribuição da parcela a que se refere o item II deste artigo, deduzido o percentual referido no art. 3º do Decreto-lei que estabelece a redação deste parágrafo, far-se-á atribuindo-se a cada Município um coeficiente individual de participação determinado na forma seguinte:

Categoria do Município, segundo seu número de habitantes Coeficiente

a) Até 16.980

Pelos primeiros 10.188 ..... 0,6

Para cada 3.396 ou fração excedente, mais ..... 0,2

b) Acima de 16.980 até 50.940

Pelos primeiros 16.980 ..... 0,1

Para cada 6.792 ou fração excedente, mais ..... 0,2

c) Acima de 50.940 até 101.880

Pelos primeiros 50.940 ..... 2,0

Para cada 10.188 ou fração excedente, mais ..... 0,2

d) Acima de 101.880 até 156.216

Pelos primeiros 101.880 ..... 3,0

Para cada 13.584 ou fração excedente, mais ..... 0,2

e) Acima de 156.216 ..... 4,0

*\* § 2º com redação determinada pelo Decreto-Lei nº 1.881, de 27 de agosto de 1981.*

§ 3º Para os efeitos deste artigo, consideram-se os Municípios regularmente instalados, fazendo-se a revisão das quotas anualmente, a partir de 1989, com base em dados oficiais de população produzidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

*\* § 3º com redação determinada pela Lei Complementar nº 59, de 22 de dezembro de 1988.*

§ 4º (Revogado pela Lei Complementar nº 91, de 22/12/1997).

§ 5º (Revogado pela Lei Complementar nº 91, de 22/12/1997).

#### Seção IV

#### Cálculo e Pagamento das Quotas Estaduais e Municipais

Art. 92. Até o último dia útil de cada exercício, o Tribunal de Contas da União comunicará ao Banco do Brasil S.A. os coeficientes individuais de participação de cada Estado e do Distrito Federal, calculados na forma do disposto no art. 88, e de cada Município, calculados na forma do disposto no art. 91, que prevalecerão para todo o exercício subsequente.

.....

.....

## **COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**

### **I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei Complementar n.º 458, de 2009, promove radical mudança nos critérios de repartição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios – FPM destinados aos Municípios do Interior de cada Estado, mantendo inalterados os critérios atuais de repartição dos recursos do FPM para as Capitais e para a Reserva do FPM.

A proposição introduz as seguintes mudanças:

- i) introduz a superfície territorial dos Municípios como mais uma variável a ser considerada na repartição dos recursos do FPM, reservando 10% (dez por cento) dos recursos destinados aos Municípios do Interior (86,4% do montante do FPM) que serão repartidos proporcionalmente à área de cada Município em relação à área do respectivo Estado;
- ii) a repartição dos recursos do FPM aos Municípios do interior, mantida a atual distribuição por Estado, passa a levar em conta a população de cada Município e o inverso da renda per capita local.

É o relatório.

### **II - VOTO DO RELATOR**

Preliminarmente, entendemos que a propositura em pauta trata de matéria normativa, que diz respeito especificamente a novos critérios para a definição dos coeficientes individuais do Fundo de Participação dos Municípios – FPM para os Municípios do interior de cada Estado.

Diante disto, a matéria não traz qualquer implicação para as finanças públicas na esfera federal. Estamos tratando de uma alteração de critérios na definição de parâmetros que determinam a participação local no FPM, cujo resultado financeiro esgota-se única e exclusivamente na esfera dos Municípios. Estamos, pois, examinando uma transferência no plano horizontal, ou seja, perdas e ganhos de receita serão compensados entre si entre os Municípios de um mesmo Estado, não havendo, inclusive, migração de recursos do FPM entre Municípios de Estados diferentes.

Por esta razão, não há o que opinar a propósito da adequação da proposição às normas federais vigentes que regem as finanças públicas no Governo Federal, em especial o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária anual.

O que pretende o projeto de lei sob comento?

A proposição mantém inalterados os critérios de repartição dos recursos para as Capitais (10% do FPM) e para a Reserva do FPM (3,6%), que beneficia os Municípios com população a partir de 142.633 habitantes, baseados no produto dos seguintes fatores: proporcionalmente à população local, em relação ao conjunto da população das Capitais, ou dos Municípios que integram a Reserva do FPM, e ao inverso da renda per capita do respectivo Estado, tendo como referência a renda *per capita* do País.

O Projeto de Lei n.º 458, de 2009, não altera também a distribuição dos recursos do FPM (86,4%) para o conjunto de Municípios do Interior de cada Estado, mantendo, então, a seguinte repartição regional:

**DISTRIBUIÇÃO DO FPM POR ESTADO EM 2009 (86,4% do FPM )**

	ESTADO	SOMATÓRIO DOS COEFICIENTES	SOMATÓRIO DA POPULAÇÃO (UF)	QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS
1	São Paulo	866,4	30.021.386	644
2	Minas Gerais	825,8	17.415.430	852
3	Bahia	518,2	11.553.842	416
4	Rio Grande do Sul	469,4	9.424.994	495
5	Paraná	401,4	8.762.077	398
6	Santa Catarina	281,2	5.650.241	292
7	Pernambuco	263,4	7.181.202	183
8	Maranhão	259,6	5.318.713	216
9	Ceará	257,6	5.976.913	183
10	Goiás	231,0	4.579.602	245
11	Pará	226,2	5.897.369	142
12	Rio de Janeiro	188,4	9.711.315	91
13	Paraíba	187,8	3.049.524	222
14	Piauí	173,0	2.325.098	223
15	Rio Grande do Norte	140,0	2.308.365	166
16	Mato Grosso	135,4	2.412.995	140
17	Alagoas	115,2	2.203.414	101
18	Espírito Santo	104,0	3.135.831	77
19	Tocantins	97,4	1.096.499	138
20	Mato Grosso do Sul	83,0	1.588.869	77
21	Amazonas	81,2	1.632.086	61
22	Sergipe	78,6	1.462.589	74
23	Rondônia	57,4	1.114.380	51
24	Acre	21,8	378.675	21
25	Amapá	14,4	254.144	15
26	Roraima	10,8	151.853	14
<b>TOTAL</b>		<b>6.088,6</b>	<b>144.607.406</b>	<b>5.537</b>

Fonte: IBGE /DN TCU n.º 92/2008, de 19 de novembro de 2008

O percentual do FPM que cabe ao conjunto dos Municípios do Interior em cada Estado, na forma estabelecida acima, está cristalizado pelo art. 5º da Lei Complementar n.º 62, de 28 de dezembro de 1989. É sempre oportuno recordar que a aprovação da LC n.º 62/89 foi o caminho político encontrado para desestimular a criação indiscriminada de novos Municípios, prática largamente utilizada para aumentar a participação regional nos recursos do FPM. A partir daí, a criação de novos Municípios passa a afetar exclusivamente os Municípios localizados no próprio Estado. Isto significa que a criação de novos Municípios é neutra para as demais municipalidades fora do Estado onde surgiram as novas unidades.

A partir daí, o Projeto de Lei n.º 458, de 2009, inova ao dispor que 10% dos recursos destinados aos Municípios em cada Estado serão repartidos proporcionalmente à área territorial, tendo como referência a área territorial do Estado, certamente excluída a área territorial do Município-Capital.

Em verdade, a utilização da variável território já foi utilizada no passado para a repartição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE), mais tarde abandonada nos termos da Lei Complementar n.º 62, de 28/12/89, que acabou fixando percentuais que até hoje vigoram, cuja premissa foi a de privilegiar as regiões menos desenvolvidas (85% dos recursos do FPE são destinados às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste).

A variável território para fins de distribuição do FPE seria até justificável pois os Estados são mesmo pressionados no que diz respeito a ações importantes que se estendem ao longo do território sob sua jurisdição, como por exemplo a construção, manutenção e conservação de estradas. Já no caso dos Municípios, entendemos que esta não é uma variável pertinente para ser utilizada na repartição de recursos do FPM, especialmente porque a população brasileira está concentrada nas regiões urbanas e esta população demanda serviços públicos extremamente complexos e de custo elevado nas áreas de educação, de atenção à saúde, de lazer, de saneamento básico, de transporte e de tantas outras de igual relevância.

Já em relação à distribuição de recursos do FPM para os Municípios, no âmbito de cada Estado, como indica a proposição em tela, levando-se em conta a população (diretamente proporcional) e o inverso da renda per capita local, a mudança pretendida pode prejudicar os Municípios mais populosos e um pouco mais ricos, o que numa conjuntura adversa como a que estamos vivendo, parece não ser uma medida conveniente. Nenhum Município, por mais recursos que tenha, aceitaria uma redução de sua participação no FPM diante de uma conjuntura ainda recheada de incertezas.

O emprego destas duas variáveis população e inverso da renda per capita para as capitais faz sentido porque temos um confronto direto entre estados bem mais ricos e estados mais pobres. Assim, Fortaleza e Salvador, por exemplo, têm uma participação no FPM bem mais expressiva que São Paulo, Rio de Janeiro e outras capitais das regiões Sudeste e Sul. O mesmo não ocorre no âmbito

de cada Estado, onde a distância entre os Municípios mais ricos e os mais pobres não é tão grande, salvo algumas exceções.

O Fundo de Participação dos Municípios, segundo esclarecem os especialistas que têm analisado o assunto, é mais adequado para reduzir o que denominam de “hiato fiscal”, segundo o que o sistema de transferências, como no caso do FPM, deve considerar tanto a capacidade fiscal de cada Município como a demanda potencial por serviços públicos, que é, em tese, proporcional à sua população. Em outras palavras, quanto maior é a população maior naturalmente é a demanda por investimentos e serviços públicos, sendo esta a variável que deve ser levada em conta quando se fala em repartir recursos entre os Municípios.

Assim sendo, repartir recursos entre Municípios de um mesmo Estado, levando-se em conta a variável renda per capita, pressupõe suficientemente atendidas as demandas da população por serviços públicos, aventando-se assim a possibilidade de os Municípios mais ricos e mais populosos cederem parte de sua participação no FPM para outros. Não nos parece uma premissa politicamente factível com já assinalamos.

Diante das questões aqui colocadas, em face da não-implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita e da despesa da União, somos de opinião de que não cabe pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária da proposição em tela. No mérito, votamos pela rejeição do Projeto de Lei Complementar n.º 458, de 2009.

Sala da Comissão, em 5 de outubro de 2009

**Deputado JÚLIO CÉSAR**

**Relator**

### **III - PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião extraordinária realizada hoje, opinou, unanimemente, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição do Projeto de Lei Complementar nº 458/09, nos termos do parecer do relator, Deputado Júlio Cesar.

O Deputado Silvio Costa apresentou voto em separado.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Vignatti, Presidente; Antonio Palocci, Luiz Carlos Hauly e Félix Mendonça, Vice-Presidentes; Aelton Freitas, Andre Vargas, Arnaldo Madeira, Carlos Melles, Ciro Pedrosa, Eduardo Amorim, Geraldinho, Gladson Cameli, Guilherme Campos, Ilderlei Cordeiro, João Dado, João Pizzolatti, Júlio Cesar, Luiz Carreira, Manoel Junior, Marcelo Castro, Pedro Eugênio, Pedro Novais, Pepe Vargas, Ricardo Barros, Ricardo Berzoini, Silvio Costa, Vicentinho Alves, Wilson Santiago, Leonardo Quintão e Reginaldo Lopes.

Sala da Comissão, em 18 de novembro de 2009.

Deputado VIGNATTI

Presidente

## **I - VOTO EM SEPARADO**

Do ponto de vista de adequação financeira e orçamentária, estamos perfeitamente de acordo com o nobre Relator. Trata-se de um projeto que não tem qualquer repercussão nas finanças públicas federais, seja do lado da receita, seja do lado da despesa, desde que pretende alterar o mecanismo de cálculo das quotas do Fundo de Participação dos Municípios. Nem mesmo no âmbito dos orçamentos dos governos estaduais poderá ser observada qualquer modificação.

No mérito, devemos registrar com satisfação que o parecer do Relator identificou corretamente uma série de cuidados que a proposição ora em exame teve, para provocar transtornos desnecessários. É o caso, por exemplo, na manutenção inalterada dos recursos que, hoje, são destinados às capitais dos Estados, bem como o percentual de 3,6%, reservado aos grandes municípios, atualmente distribuídos de acordo com critérios relacionados com a população e o inverso da renda per capita.

Nada foi alterado também no que diz respeito ao mecanismo instituído pela Lei Complementar Nº 62, de 1989, que sabiamente resolveu o problema da criação indiscriminada de novos Municípios, estabelecendo parcelas fixas do FPM para cada Estado. Depois da aprovação do referido diploma legal, qualquer novo Município tem que repartir os recursos que recebe dentro do Estado onde está localizado, sem prejudicar as demais regiões do País.

Na verdade, é justamente o sucesso da aplicação dos critérios populacionais e de renda per capita para os grandes municípios que inspirou a medida que agora examinamos. O que se pretende com a proposição é simplesmente estender esses fatores para todos os Municípios, grandes ou pequenos. A justiça da mudança parece óbvia. Quanto maior é o território de uma cidade, mais encargos recaem sobre sua administração local. E não se trata apenas de um crescimento algébrico dos encargos. A partir de certo ponto, de nada adianta



ampliar as instalações de um posto de saúde para atender as demandas. É preciso construir novas instalações, localizadas em outras regiões da cidade, do contrário o atendimento não poderá ser prestado. Em outras palavras, as diferenças territoriais trazem na maioria das vezes acréscimos de escala nos gastos municipais que, se não forem compensados pelo aumento correspondente dos recursos do Fundo de Participação, deixarão as populações expostas ao desserviço e o descaso.

Quanto ao critério do inverso da renda per capita, a explicação é ainda mais simples. Municípios mais pobres devem ser melhor socorridos pela repartição de renda que os impostos promovem. A Federação brasileira não pode ignorar a pobreza que, infelizmente, ainda acomete tantos rincões do País. A esse respeito, precisamos chamar a atenção para o trecho do parecer do Relator em que se afirma que a mudança proposta não seria conveniente, porque “pode prejudicar os Municípios mais populosos e um pouco mais ricos”. Não resta dúvida de que a elevação dos coeficientes dos mais pobres somente se tornará possível com a redução de outros, mais ricos, mas devemos considerar aqui o impacto relativo. Se um Município é mais rico, a redução de, digamos, um por cento dos seus recursos no FPM será suficiente para elevar no mesmo percentual dezenas de outros Municípios pobres ou, alternativamente, elevar a receita de um único Município em muito mais que um por cento. Não pode haver dúvida de que uma medida desta natureza é mais do que justa.

Não podemos concordar com o nobre Deputado Júlio César quando ele afirma que o emprego do critério da renda per capita para as capitais “faz sentido porque temos um confronto direto entre estados bem mais ricos e estados mais pobres”, enquanto “mesmo não ocorre no âmbito de cada Estado, onde a distância entre os Municípios mais ricos e os mais pobres não é tão grande”. No Estado de Minas Gerais, por exemplo, podemos encontrar Municípios em praticamente todas as situações tanto no que se refere ao critério populacional, como em relação à renda per capita ou ao território ocupado. Temos certeza de que tal situação de repete, em maior ou menor grau em todos os Estados. Se a demanda potencial de serviços municipais fosse de fato proporcional apenas à população, como afirma “em tese” o Relator, esse seria o único critério adotado para capitais e grandes Municípios, o sabemos que não é o caso.

Precisamos compreender que é chegado o momento para se fazer uma reavaliação do mecanismo de distribuição dos recursos do FPM, dando mais justiça social e mais coerência econômica.

Diante do exposto, votamos pela não implicação orçamentária e financeira e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei Complementar Nº 458, de 2009.

Sala da Comissão, em 21 de outubro de 2009.

**Deputado SILVIO COSTA**

**PTB / PE**

# PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

## N.º 582, DE 2010

(Da Sra. Vanessa Grazziotin)

Estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE.

**DESPACHO:**  
APENSE-SE À(AO) PLP-266/2013.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, de que tratam a alínea a do inciso I do art. 159 da Constituição, far-se-ão nos termos desta Lei Complementar, consoante o disposto nos incisos II e III do art. 161 da Constituição.

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, integrarão a base de cálculo das transferências, além do montante dos impostos nele referidos, inclusive os extintos por compensação ou dação, os respectivos adicionais, juros e multa moratória, cobrados administrativa ou judicialmente.

Art. 2º A partir de 1º de janeiro de 2012 os recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE serão distribuídos da seguinte forma:

I - 80% (oitenta por cento) às unidades da Federação que apresentem renda per capita inferior à média nacional;

II - 10% (dez por cento) às unidades da Federação que apresentem renda per capita igual ou superior à média nacional;

III – 8% (oito por cento), em partes iguais, para as cinco unidades da Federação mais populosas dentre aquelas que preencham o critério estabelecido no Inciso I;

IV – 2% (dois por cento) para constituir reserva a ser distribuída às unidades da Federação que abriguem unidades de conservação da natureza ou terras indígenas demarcadas, para aplicação em projetos de desenvolvimento sustentável, segundo diretrizes estabelecidas na regulamentação desta Lei Complementar.

§ 1º Os coeficientes das unidades da Federação pertencentes ao critério referidos do Inciso I e II, do caput, serão calculados :

- a) 50% (cinquenta por cento), pelo inverso da renda per capita multiplicada pela renda per capita nacional; calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; e
- b) 50% (cinquenta por cento), pelo inverso do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH multiplicado pelo IDH nacional, determinado pela metodologia do Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento – PNUD, a ser calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 2º A distribuição da parcela a que se refere o inciso IV far-se-á atribuindo-se, a cada unidade da Federação, um coeficiente individual de participação baseado no percentual de sua área ocupada por unidades de conservação da natureza ou terras indígenas demarcadas, na forma discriminada no Anexo I desta Lei Complementar.

§ 3º As unidades de conservação da natureza de que trata o § 2º são os parques, as reservas biológicas e estações ecológicas, as florestas nacionais, as reservas extrativistas e as áreas de proteção ambiental.

§ 4º Em nenhum dos casos poderá ser destinada a qualquer unidade federada mais de 20% (vinte por cento) do total do Fundo.

Art. 3º O cálculo dos coeficientes a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2012, serão calculados: para a renda per capita e a população, com os dados relativos ao ano de 2007, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; para o Índice de Desenvolvimento Humano, com os dados relativos ao ano de 2005, publicado pelo Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento – PNUD; para as áreas de reservas de conservação da natureza e

de terras indígenas demarcadas, conforme publicado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais - IBAMA e Fundação Nacional do Índio - Funai, respectivamente, para a situação existente ao final do ano de 2007.

Parágrafo único. Os coeficientes de que tratam o § 1º do art. 2º para vigorar a partir de 1º de janeiro de 2012, são os que constam do Anexo II desta Lei Complementar.

Art. 4º Os coeficientes de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 2º serão revisados a cada decênio, tomando por base a variação observada no Censo Demográfico e nas variáveis pertinentes ao Índice de Desenvolvimento Humano – IDH no mesmo ano.

§ 1º Os ajustes nos coeficientes das unidades federadas vigorará no segundo exercício subsequente à realização do Censo Demográfico, devendo esses ajustes serem implementados por três exercícios fiscais à razão de um terço a cada ano.

§ 2º A primeira revisão dos coeficientes ocorrerá a partir do Censo Demográfico do ano de 2020, devendo os ajustes serem implementados por cinco exercícios fiscais à razão de um quinto a cada ano.

Art. 5º A União observará os seguintes prazos máximos na entrega, através de créditos em contas individuais dos Estados e do Distrito Federal dos recursos do Fundo de Participação:

I - recursos arrecadados do primeiro ao décimo dia de cada mês: até o vigésimo dia;

II - recursos arrecadados do décimo primeiro ao vigésimo dia de cada mês: até o trigésimo dia;

III - recursos arrecadados do vigésimo primeiro dia ao final de cada mês: até o décimo dia do mês subsequente.

Art. 6º O Tribunal de Contas da União efetuará o cálculo das quotas referentes ao Fundo de Participação e de suas revisões, acompanhando junto aos órgãos competentes da União a classificação das receitas que lhes dão origem.

Art. 7º A União divulgará mensalmente os montantes dos impostos arrecadados e classificados para efeitos de distribuição através dos Fundos de

Participação e os valores das liberações por Estado, além da previsão do comportamento dessas variáveis nos 3 (três) meses seguintes ao da divulgação.

Art. 8º A União, através do Ministério da Fazenda, e o Tribunal de Contas da União baixarão, nas suas respectivas áreas de competência, as normas e instrução complementares necessárias ao pleno cumprimento do disposto nesta Lei Complementar.

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2012.

## **ANEXO I**

### **Tabela de coeficientes de que trata o § 2º do art. 2º**

Categoria da unidade da Federação, segundo percentual de sua área ocupada por unidades de conservação da natureza ou terras indígenas demarcadas	Coeficiente
a) até 5%	1
b) acima de 5% até 10%	2
c) acima de 10% até 15%	3
d) acima de 15% até 20%	4
e) acima de 20% até 25%	5
f) acima de 25% até 30%	6
g) acima de 30%	7

## **ANEXO II**

### **Coeficientes de que trata o parágrafo único do art. 3º**

Unidade da Federação	Coeficiente
Distrito Federal	0,9179
Goiás	3,2716
Mato Grosso	1,4247
Mato Grosso do Sul	3,1414
Alagoas	5,3022
Bahia	5,8635
Ceará	6,6235
Maranhão	7,3683
Paraíba	5,0638
Pernambuco	6,0816
Piauí	6,1594
Rio Grande do Norte	4,3360
Sergipe	3,9773
Acre	3,9372
Amapá	3,5384
Amazonas	3,1003
Pará	6,1371
Rondônia	3,5329
Roraima	3,5434
Tocantins	3,8918
Espírito Santo	1,3009
Minas Gerais	3,1304
Rio de Janeiro	1,2375
São Paulo	1,1547
Paraná	1,3698
Rio Grande do Sul	1,3207
Santa Catarina	1,2738

### JUSTIFICAÇÃO

O objetivo deste Projeto de Lei Complementar é estabelecer os novos critérios de distribuição das quotas do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE a partir de 1º de janeiro de 2012, em substituição às normas constantes da Lei Complementar nº 62, de 1989.

A necessidade de uma nova Lei Complementar decorre da decisão do Supremo Tribunal Federal - STF que, em sessão 24 de fevereiro de 2010, decidiu que a Lei Complementar atual perdeu sua eficácia, considerando o Congresso

Nacional em mora quanto a edição de uma nova legislação que estabeleça novos critérios para o FPE. De fato, a Lei Complementar nº 62, de 1989, determinava a vigência de suas regras, de forma provisória, até o exercício de 1991, prevendo que uma nova Lei estabeleceria as regras definitivas a vigorar a partir de 1992, o que, no entanto, nunca foi feito.

Em sua decisão, o STF, considerando a complexidade da tarefa normativa, determinou que o Congresso Nacional deve editar uma nova norma para o FPE a vigorar a partir da citada data de 1º de janeiro de 2012.

Este Projeto pretende contribuir com o cumprimento do mandado da Suprema Corte, oferecendo à Casa uma metodologia de cálculo para as quotas das unidades da Federação no Fundo de modo que esse rateio cumpra o seu objetivo constitucional de ser um instrumento para o equilíbrio socioeconômico da Federação.

Atualmente pela Lei Complementar 62, de 1989, o FPE é dividido em duas reservas: uma de 85% dos recursos, distribuídos entre as unidades federadas das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; e outra, com os 15% restantes, distribuído para as unidades do Sudeste e Sul.

Os coeficientes fixados para cada unidade nas duas reservas, no entanto, não foram determinados por critérios claros e homogêneos, tendo os legisladores optados por alterarem o mínimo possível a distribuição anterior, fixada em 1966, adotando em vários casos soluções discricionárias. Isso vem congelando a posição relativa das unidades federadas na situação que existia, praticamente, na década de 1960.

Determinar a forma de distribuição do FPE sempre foi uma tarefa legislativa complexa. Além dos interesses dos entes federados serem muitas vezes díspares, refletindo a realidade de um país marcado por desequilíbrios regionais significativos e por uma dinâmica e um ritmo de desenvolvimento socioeconômico também diferenciados, o rateio do Fundo é uma operação de soma zero, onde o ganho de uma unidade corresponderá necessariamente a perda de outra. A tarefa torna-se ainda mais difícil quando se parte de uma situação já existente e à medida

que as regras de distribuição foram ficando cada vez mais defasadas em relação à realidade socioeconômica em mutação, já congeladas no tempo pelo espaço de um geração. Destaque-se que um dos critérios utilizados para o rateio desde 1966 era a área territorial das unidades federadas, o que deve agora ser abandonado, já que a Constituição restringe a distribuição a critérios socioeconômicos. A complexidade e o tamanho do desafio vêm determinando a situação de mora do Congresso Nacional em relação ao tema. Porém, não há mais como adiar a edição da nova lei, necessário se faz editá-la. Ao definir os novos coeficientes das unidades federadas no FPE, o Projeto enfrentou dois problemas. Primeiro, estabelecer critérios que traduzam de forma adequada o mandado constitucional para o objetivo do Fundo, constante do art. 161, Inciso II, definido como o de “promover equilíbrio socioeconômico entre os Estados (...)”. E, segundo, adequar os novos coeficientes de forma a minimizar as mudanças inevitáveis que sofrerão as quotas de vários Estados, tanto a maior como a menor, de modo a tornar viável a adoção das novas regras e a acomodação fiscal dos entes federados, suavizando as maiores discrepâncias em relação às quotas vigentes e adotando regras de transição que permitam absorver, sem traumas, as inevitáveis perdas. Por fim, outra diretiva do Projeto para escolha dos critérios de rateio foi a consideração de que o FPE não é o único instrumento constitucional que atende ao objetivo de equilibrar a realidade socioeconômica na Federação. Há fontes de recursos da União para as unidades federadas – como o SUS, a educação básica e o Fundo de 10% do IPI para os estados exportadores – que também agem no mesmo sentido do equilíbrio, fazendo com que se tenha evitado utilizar para o FPE critérios já utilizados por esses outros fundos, como população e receita tributária.

Por essas razões, o Projeto adotou como critérios para atender o objetivo do equilíbrio socioeconômico a razão inversa da renda per capita e do Índice de Desenvolvimento Humano; e para minimizar as variações bruscas de cotas a razão direta entre os estados mais populosos. O Projeto buscou incorporar também o critério já proposto no Projeto de Lei Complementar 351, de 2002, do chamado FPE Verde, como forma de compensar aquelas unidades federadas que cedem parte de seus territórios para reservas ambientais ou terras indígenas, que



também tem a função de minimizar as discrepâncias entre as atuais e as novas cotas a serem estabelecidas.

Para estabelecer os coeficientes do rateio, o Projeto optou, por dividir o FPE em quatro reservas assim definidas, conforme os objetivos:

Para o objetivo de promover o equilíbrio socioeconômico entre as unidades federadas:

Reserva 1: formada por 80% dos recursos, a ser distribuído entre aquelas unidades federadas cuja renda per capita seja inferior à mesma renda média nacional (19 unidades);

Reserva 2: formada por 10% dos recursos, a ser distribuído entre aquelas unidades federadas cuja renda per capita seja igual ou superior à média nacional (oito unidades);

Para o objetivo de minimizar as discrepâncias entre as novas e as atuais cotas:

Reserva 3: formada por 8% dos recursos, a ser distribuído igualmente entre as cinco unidades de maior população dentre aquelas cuja renda per capita esteja abaixo da média nacional (as da Reserva 1);

Para compensação àquelas unidades federadas que cedam parte relativamente maior de seus territórios para reservas ambientais e terras indígenas:

Reserva 4: formada por 2% dos recursos, a ser distribuído entre todas as unidades na proporção direta da área ocupada em cada uma por reservas ambientais e terras indígenas.

Ao adotarmos o critério para estabelecer as duas primeiras reservas, abandonamos completamente o critério atual de criar reservas segundo as macrorregiões, pois atualmente essas macrorregiões já registram importantes discrepâncias socioeconômicas entre as unidades que as compõem, em especial as Regiões Norte e Centro-Oeste.

Os recursos das reservas citadas como 1 e 2 serão distribuídas

conforme os seguintes critérios: 50% de cada uma das reservas na razão inversa à renda per capita; e os outros 50% na razão inversa do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH. Enquanto a renda per capita representa bem uma variável econômica, a adoção do IDH – cujo valor depende variáveis como educação e saúde – representa as condições sociais vigentes em cada unidade federada.

Para manter a estabilidade e a previsibilidade das cotas, os valores desses dois critérios terão validade por dez anos, devendo se proceder a revisões decenais, acompanhando a periodicidade dos Censos Demográficos. Essa periodicidade decenal permite a estabilidade das cotas, ao tempo que permite que os coeficientes reflitam as mudanças socioeconômicas sofridas pelas unidades federadas em suas posições relativas. Na realização dessas revisões, os valores dos novos coeficientes terão uma regra transitória de três anos, de modo a evitar bruscas as reduções ou acréscimos nas cotas. Especificamente para o cálculo dos coeficientes que vigorarão a partir de 1º de janeiro de 2012, esses valores já serão conhecidos desde a edição da nova Lei Complementar, adotando-se para a renda per capita os valores estimados pelo IBGE para o ano de 2007 e para o IDH, os publicados pelo PNUD para 2005. Adotar valores já previamente conhecidos, embora com alguma defasagem, é condição importante para viabilizar o trabalho dos legisladores, eliminando a incerteza que haveria, por exemplo, caso se adotasse os dados relativos ao Censo Demográfico de 2010, ainda por acontecer. O período de transição nessa primeira mudança também será maior, passando de três para cinco anos; haja vista que as variações nos valores de cada cota, nesse caso, deverão ser maiores do que nas revisões periódicas decenais futuras.

O resultado a que se chega com esses critérios não é perfeito nem o único possível, mas pensamos que ele atende satisfatoriamente o objetivo constitucional do Fundo de equilibrar as condições socioeconômicas entre as unidades federadas. Os critérios são objetivos e permite que as Unidades da Federação acompanhem sua variação ao longo de cada decênio, evitando resultados abruptos. As regras de transição adotadas também facilitarão a adoção das novas regras, ao suavizar as perdas ou evitar bruscas elevações de recursos disponíveis.

Acreditamos, por fim, que este Projeto poderá ser melhorado com a contribuição dos pares, fazendo com que o Congresso Nacional cumpra o mandato do Supremo Tribunal Federal – STF da melhor forma e no prazo mais expedito possível.

Sala das Sessões, em        de junho de 2010.

Deputada VANESSA GRAZZIOTIN  
PCdoB - AM

<b>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</b>
--

**CONSTITUIÇÃO  
DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
1988**

.....

**TÍTULO VI  
DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO**

**CAPÍTULO I  
DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL**

.....

**Seção VI  
Da Repartição das Receitas Tributárias**

.....

Art. 159. A União entregará:

I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados quarenta e oito por cento na seguinte forma: (“Caput” do inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 55, de 2007)

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras

de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer;

d) um por cento ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano; [\*\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 55, de 2007\)\*](#)

II - do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados;

III - do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que refere o inciso II, c, do referido parágrafo. [\*\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 44, de 2004\)\*](#)

§ 1º Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I.

§ 2º A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada Estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso. [\*\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003\)\*](#)

Art. 160. É vedada a retenção ou qualquer restrição à entrega e ao emprego dos recursos atribuídos, nesta Seção, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, neles compreendidos adicionais e acréscimos relativos a impostos.

Parágrafo único. A vedação prevista neste artigo não impede a União e os Estados de condicionarem a entrega de recursos: [\*\(Parágrafo único com redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000\)\*](#)

I – ao pagamento de seus créditos, inclusive de suas autarquias; [\*\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/00\)\*](#)

II – ao cumprimento do disposto no art. 198, § 2º, incisos II e III. [\*\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000\)\*](#)

Art. 161. Cabe à lei complementar:

I - definir valor adicionado para fins do disposto no art. 158, parágrafo único, I;

II - estabelecer normas sobre a entrega dos recursos de que trata o art. 159, especialmente sobre os critérios de rateio dos fundos previstos em seu inciso I, objetivando promover o equilíbrio sócio-econômico entre Estados e entre Municípios;

III - dispor sobre o acompanhamento, pelos beneficiários, do cálculo das quotas e da liberação das participações previstas nos arts. 157, 158 e 159.

Parágrafo único. O Tribunal de Contas da União efetuará o cálculo das quotas

referentes aos fundos de participação a que alude o inciso II.

Art. 162. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios divulgarão, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, os recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio.

Parágrafo único. Os dados divulgados pela União serão discriminados por Estado e por Município; os dos Estados, por Município.

.....

.....

## LEI COMPLEMENTAR Nº 62, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989

Estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, de que tratam as alíneas a e b do inciso I do art. 159 da Constituição, far-se-ão nos termos desta Lei Complementar, consoante o disposto nos incisos II e III do art. 161 da Constituição.

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, integrarão a base de cálculo das transferências, além do montante dos impostos nele referidos, inclusive os extintos por compensação ou dação, os respectivos adicionais, juros e multa moratória, cobrados administrativa ou judicialmente, com a correspondente atualização monetária paga.

Art. 2º Os recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE serão distribuídos da seguinte forma:

I - 85% (oitenta e cinco por cento) às Unidades da Federação integrantes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste;

II - 15% (quinze por cento) às Unidades da Federação integrantes das regiões Sul e Sudeste.

§ 1º Os coeficientes individuais de participação dos Estados e do Distrito Federal no Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE a serem aplicados até o exercício de 1991, inclusive, são os constantes do Anexo Único, que é parte integrante desta Lei Complementar.

§ 2º Os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, a vigorarem a partir de 1992, serão fixados em lei específica, com base na apuração do censo de 1990.

§ 3º Até que sejam definidos os critérios a que se refere o parágrafo anterior,

continuarão em vigor os coeficientes estabelecidos nesta Lei Complementar.

.....

.....

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

### I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei Complementar em exame, de autoria do Deputado JOSÉ FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA, tem por objetivo alterar os critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Municípios, contidos na Lei nº 5.172/66 (Código Tributário Nacional), para incluir no cálculo dos coeficientes de participação fatores representativos da área e da renda *per capita* dos Municípios.

De acordo com o nobre autor, é necessário corrigir distorções criadas pelo sistema atual de distribuição de cotas do Fundo de participação dos Municípios para as municipalidades do interior, baseado apenas na população. Entende o autor que a área territorial deva ser levada em conta, pois quanto maior o Município maior será o custo médio dos serviços públicos prestados à população, que se encontra dispersa na área municipal. Da mesma forma, os Municípios mais carentes devem ser beneficiados com maior volume de recursos, como forma de distribuição de renda.

O projeto foi encaminhado inicialmente à Comissão de Finanças e Tributação, a qual concluiu pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária, e, quanto ao mérito, pela rejeição da matéria.

Em apenso, encontram-se as seguintes proposições:

- PLP nº 565, de 2010, de autoria do Deputado Júlio César, que altera o art. 2º da Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, que estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências, para determinar que a participação de cada Estado e do Distrito Federal no FPE será um percentual da soma dos coeficientes representativos do inverso da renda per capita

das unidades federativas;

- PLP nº 582, de 2010, de autoria da Deputada Vanessa Grazziotin, que estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE.

Referidos projetos apensados não receberam parecer quanto ao mérito na comissão anterior.

Trata-se de proposição sujeita à apreciação do Plenário.

É o relatório.

## **II – VOTO DO RELATOR**

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronunciar sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dos Projetos de Lei Complementar nºs 458, de 2009, 565, de 2010, e 582, de 2010, a teor do art. 32, inc. IV, alínea “a”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A matéria em apreço é da competência legislativa concorrente da União, Estados e Distrito Federal (arts. 24, I - CF), cabendo ao Congresso Nacional dispor sobre normas gerais, sendo a iniciativa parlamentar legítima, em face da inexistência de iniciativa privativa de outro Poder.

No tocante à constitucionalidade formal, todos os projetos obedecem aos requisitos constitucionais para a espécie normativa, eis que veiculados sob a forma de projeto de lei complementar. O PLP nº 458, de 2009, altera lei ordinária recepcionada pela Constituição Federal como lei complementar (Código Tributário Nacional) por força do seu art. 146. Já o PLP nº 565, de 2010, altera lei complementar, e o PLP nº 582, de 2010, regulamenta a matéria conforme exigido pelo art. 158, II e III, da Constituição Federal.

Há, todavia, inconstitucionalidade no art. 8º do PLP nº 582, de 2010, ao determinar ao Ministério da Fazenda e ao Tribunal de Contas da União a expedição de normas complementares, regulamentando a norma legal. Tal determinação fere o Princípio da Separação entre os Poderes, devendo ser retirada

da proposição mediante emenda.

As proposições não afrontam dispositivos de natureza material da Carta Magna, sendo, portanto, constitucionais.

No que tange à juridicidade, todos os projetos harmonizam-se com o ordenamento jurídico vigente.

Quanto à técnica legislativa, faz-se necessário acrescentar a expressão (NR) ao final do dispositivo modificado pelo PLP nº 458, de 2009, a qual é obrigatória, de acordo com a Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01. Além disso, a obrigação contida no art. 2º da proposição pode ser acrescentada à exigência também dirigida ao IBGE pelo §3º do art. 91 da referida Lei nº 5.172/66.

Da mesma forma, faz-se necessário acrescentar a expressão (NR) ao dispositivo alterado pelo PLP nº 565, de 2010.

Não há qualquer outra restrição à redação empregada nos projetos.

Em face do exposto, o nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa dos Projetos de Lei Complementar nºs 458, de 2009, 565, de 2010, e 582, de 2010, com as emendas em anexo.

Sala da Comissão, em        de        de 2010.

**Deputado EFRAIM FILHO**

Relator

### **EMENDA Nº**

Acrescente-se ao final do art. 91 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, alterado pelo art. 1º do projeto em epígrafe, a expressão “(NR)”.

Sala da Comissão, em        de        de 2010.



**Deputado EFRAIM FILHO**

Relator

**EMENDA Nº**

Dê-se ao art. 2º do projeto a seguinte redação:

“Art. 2º O §3º do art. 91 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 91.....

.....

§3º Para os efeitos deste artigo, consideram-se os municípios regularmente instalados, fazendo-se a revisão das quotas anualmente, a partir de 1989, com base em dados oficiais de população, área territorial e renda *per capita* produzidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.’ “

Sala da Comissão, em                      de                      de 2010.

**Deputado EFRAIM FILHO**

Relator

**EMENDA Nº**

Acrescente-se ao final do art. 2º da Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, alterado pelo art. 1º do projeto em epígrafe, a expressão “(NR)”.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2010.

**Deputado EFRAIM FILHO**

Relator

**EMENDA Nº**

Suprima-se o art. 8º do projeto em epígrafe, renumerando-se o dispositivo subsequente.

Sala da Comissão, em        de        de 2010.

**Deputado EFRAIM FILHO**

Relator

**III - PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei Complementar nº 458/2009 e dos de nºs 565/2010 e 582/2010, apensados, com 4 emendas, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Efraim Filho.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

João Paulo Cunha - Presidente, Arthur Oliveira Maia e Cesar Colnago - Vice-Presidentes, Anthony Garotinho, Antonio Bulhões, Arnaldo Faria de Sá, Delegado Protógenes, Dr. Grilo, Edson Silva, Esperidião Amin, Fabio Trad, Jilmar Tatto, João Campos, José Mentor, Luiz Carlos, Luiz Couto, Marçal Filho, Maurício Quintella Lessa, Mauro Benevides, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Odair Cunha, Onyx Lorenzoni, Osmar Serraglio, Paes Landim, Roberto Teixeira, Ronaldo Fonseca, Rubens Otoni, Valtenir Pereira, Vieira da Cunha, Alexandre Leite, Alfredo Sirkis, Gabriel Chalita, Gean Loureiro, Gonzaga Patriota, José Nunes, Nazareno Fonteles, Nelson Marchezan Junior, Sandro Alex e Sérgio Barradas Carneiro.

Sala da Comissão, em 21 de junho de 2011.

Deputado JOÃO PAULO CUNHA  
Presidente

**EMENDA Nº 01 ADOTADA PELA CCJC AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR  
Nº 458, DE 2009  
(Apensos: PLP nº 565, de 2010; PLP nº 582, de 2010)**

Acrescente-se ao final do art. 91 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, alterado pelo art. 1º do projeto em epígrafe, a expressão “(NR)”.

Sala da Comissão, em 21 de junho de 2011.

**Deputado JOÃO PAULO CUNHA**

Presidente

**EMENDA Nº 02 ADOTADA PELA CCJC AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR  
Nº 458, DE 2009**

**(Apensos: PLP nº 565, de 2010; PLP nº 582, de 2010)**

Dê-se ao art. 2º do projeto a seguinte redação:

“Art. 2º O §3º do art. 91 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 91.....

.....

§3º Para os efeitos deste artigo, consideram-se os municípios regularmente instalados, fazendo-se a revisão das quotas anualmente, a partir de 1989, com base em dados oficiais de população, área territorial e renda *per capita* produzidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.’ “

Sala da Comissão, em 21 de junho de 2011.

**Deputado JOÃO PAULO CUNHA**

Presidente

**EMENDA Nº 03 ADOTADA PELA CCJC AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR  
Nº 458, DE 2009**

**(Apensos: PLP nº 565, de 2010; PLP nº 582, de 2010)**

Acrescente-se ao final do art. 2º da Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, alterado pelo art. 1º do projeto em epígrafe, a expressão “(NR)”.

Sala da Comissão, em 21 de junho de 2011.

**Deputado JOÃO PAULO CUNHA**

Presidente

**EMENDA Nº 04 ADOTADA PELA CCJC AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR  
Nº 458, DE 2009  
(Aposos: PLP nº 565, de 2010; PLP nº 582, de 2010)**

Suprima-se o art. 8º do projeto em epígrafe, renumerando-se o dispositivo subsequente.

Sala da Comissão, em 21 de junho de 2011.

**Deputado JOÃO PAULO CUNHA**  
Presidente

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR  
N.º 97, DE 2011  
(Do Sr. Eduardo Cunha)**

Altera a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, que "estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências".

**DESPACHO:**  
APENSE-SE À(AO) PLP-266/2013

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, passa vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

I - .....

II - .....

Parágrafo único. Fica atribuído aos Estados e Distrito Federal coeficiente individual no Fundo de Participação dos Estados- FPE, segundo seu número de habitantes.”

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação

### **JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposta tem o objetivo de equiparar a distribuição aos Estados na forma como é feita aos municípios.

O critério existente é injusto com os Estados, ao contrário do que ocorre com os Municípios, que tem como critério a população. A forma de distribuição dos Estados não tem critério objetivo e sim político.

Ante o exposto, peço apoio aos nobres pares para aprovação da matéria.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 2011

**EDUARDO CUNHA**  
Deputado Federal

<p><b>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</b></p>
---

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 62, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989**

Estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, de que tratam as alíneas a e b do inciso I do art. 159 da Constituição, far-se-ão nos termos desta Lei Complementar, consoante o disposto nos incisos II e III do art. 161 da Constituição.

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, integrarão a base de cálculo das transferências, além do montante dos impostos nele referidos, inclusive os extintos por compensação ou dação, os respectivos adicionais, juros e multa moratória, cobrados administrativa ou judicialmente, com a correspondente atualização monetária paga.

Art. 2º Os recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal -

FPE serão distribuídos da seguinte forma:

I - 85% (oitenta e cinco por cento) às Unidades da Federação integrantes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste;

II - 15% (quinze por cento) às Unidades da Federação integrantes das regiões Sul e Sudeste.

§ 1º Os coeficientes individuais de participação dos Estados e do Distrito Federal no Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE a serem aplicados até o exercício de 1991, inclusive, são os constantes do Anexo Único, que é parte integrante desta Lei Complementar.

§ 2º Os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, a vigorarem a partir de 1992, serão fixados em lei específica, com base na apuração do censo de 1990.

§ 3º Até que sejam definidos os critérios a que se refere o parágrafo anterior, continuarão em vigor os coeficientes estabelecidos nesta Lei Complementar.

Art. 3º Ficam mantidos os atuais critérios de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios até que lei específica sobre eles disponha, com base no resultado do Censo de 1991, realizado pela Fundação IBGE. (*“Caput” do artigo com redação dada pela Lei Complementar nº 71, de 3/9/1992, produzindo efeitos a partir de 1/1/1992*)

.....

.....

## **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**

### **N.º 107, DE 2011**

**(Do Sr. Anthony Garotinho)**

Estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos FUNDOS DE PARTICIPAÇÃO e dá outras providências.

**DESPACHO:**  
APENSE-SE AO PLP-266/2013.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** O cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, de que tratam as alíneas a e b do inciso I do art. 159 da

Constituição, far-se-ão nos termos desta Lei Complementar, consoante o disposto nos incisos II e III do art. 161 da Constituição.

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, integrarão a base de cálculo das transferências, além do montante dos impostos nele referidos, inclusive os extintos por compensação ou dação, os respectivos adicionais, juros e multa moratória, cobrados administrativa ou judicialmente, com a correspondente atualização monetária paga.

**Art. 2º** Os recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE serão distribuídos igualmente entre os Estados-membros da Federação.

**Art. 3º** Os recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE serão distribuídos às unidades da Federação da seguinte forma:

I – 1/3 (um terço) diretamente proporcional à soma dos valores dos tributos recolhidos pela União no território do respectivo Estado-membro;

II - 1/3 (um terço) diretamente proporcional à respectiva população e à área territorial do respectivo Estado-membro;

III - 1/3 (um terço) igualmente distribuído para utilização nos programas de combate à pobreza dos respectivos Estados membros.

Parágrafo único - Os valores dos coeficientes referidos nos inciso I a III serão calculados pela Fundação IBGE.

**Art. 4º** O critério de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios entre estes obedecerá aos mesmos tipos de parâmetros fixados para os Estados pelos incisos I a III do art. 3º desta lei.

**Art. 5º** Esta Lei Complementar entra em vigor a partir do primeiro mês subsequente ao de sua publicação, mantidas todas as demais disposições da Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989 que não conflitem com as constantes da presente lei.

## JUSTIFICATIVA

**1.** Sob o Título da Tributação e do Orçamento, sob o Capítulo do Sistema Tributário Nacional, a Constituição Federal, após dispor

sobre os Princípios Gerais, as Limitações do Poder de Tributar, os Impostos da União, os dos Estados e do Distrito Federal, os dos Municípios, abre uma grande seção sob o título de Repartição das Receitas Tributárias (art. 157 usque 162).

Nesta seção, estão previstos os Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios (art. 159, inciso I, alíneas a e b).

2. Ora, se a Carta Magna estabelece um tratamento tentativamente equilibrado do ponto de vista abstrato em tema de receitas adjudicáveis aos entes componentes da Federação, é indisputável que, entretanto, impõe, entre eles, entre os entes que se uniram para a composição dela, a Federação, o respeito à individualidade de cada qual.

3. Comece-se por ter em conta o teor da provisão normativa preludial da Constituição Federal que reza que ***“A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito (...).”***

Passe-se à do art. 18 que dita que ***“A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.”***

4. Atente-se bem: a **autonomia** é característica predominante.

Esta, por sua vez, repousa sobre uma característica que é fundamental à índole de membro-componente do conjunto federativo, qual seja, a independência de cada qual, o que desemboca, por sua vez, na **homogeneidade**.

5. Para ser mais explícito em tema de receitas, cada qual goza de competência impositiva a instituir os seus próprios tributos que a Constituição permite. Além disto, a Constituição, no capítulo acima falado da repartição das receitas, institui uma margem de distribuição em favor de Estados e Municípios de alguns tributos, mas com rigorosa



limitação a duas características: (1ª) a de somente distribuir frações de tributos da competência da União enquanto **"comunidade jurídica total"** (no dizer de HANS KELSEN); (2ª) a de distribuí-las sem motivações paternalísticas, sem pretender instaurar processos de compensações a entes menos favorecidos pela sorte, isto é, menos agraciados por condições de desenvolvimento econômico e social. Este último atributo, por certo, em subsunção ao princípio da **"homogeneidade"** que é traço fundamental de qualquer federação.

6. Com efeito, os dispositivos da Constituição Federal que tratam do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios **desenganadamente não falam de se tratarem estes de fatores corretivos, suplementadores, retificadores, beneficiadores ou coisas que tais**, dotados do propósito de socorrer pobres ou desfavorecidos.

São fatores (o FPE e o FPM) de redirecionamento aos cofres dos respectivos entes componentes da Federação daquilo, daqueles **excedentes** que cada qual, no primeiro estágio do processo produtivo, dirigiu ao ente central, melhor dizendo, aos cofres da **"comunidade jurídica total"** (no dizer de KELSEN). Logo, tais excedentes são pertença de cada ente federativo do qual saíram. E a eles, pelo FPM e pelo FPE se lhes devolvem.

E esta é, exatamente, a função a que se refere o inciso II do art.161 da Constituição Federal, norma integrante do conjunto das da **Repartição das Receitas Tributárias** na federação. Ela diz:

*"Art. 161. Cabe à lei complementar:*

*I - 'omissis';*

*II - estabelecer normas sobre a entrega dos recursos de que trata o art. 159, especialmente sobre os critérios de rateio dos fundos previstos em seu inciso I, objetivando promover o equilíbrio sócio-econômico entre Estados e entre Municípios;*

*III - 'omissis'".*

Ora, se a economia de um Estado permite, em seu território, que a União recolha tributos em **montante muito superior** à parcela do rateio que lhe cabe no FPE, e o panorama com outro Estado é o inverso, isto é, a União recolha, no território deste outro Estado, tributos em **montante muito inferior** à parcela do rateio que lhe

cabe no FPE, ou melhor, a parcela do FPE deste último é muito maior que o recolhido de tributos pela União, é claro que este desbalanceamento está sendo feito em prejuízo daquele primeiro Estado. É claro que a igualdade dos entes federativos, a homogeneidade na federação, não estarão sendo respeitadas. E é claro que tal panorama importa em afronta a uma figura que a própria Constituição estampa e configura e tutela ---e o faz exatamente por este inciso II do seu art. 161--- qual a do **"equilíbrio sócio-econômico entre Estados e entre Municípios"**.

A Constituição exige que, na federação brasileira, se dê o **"equilíbrio sócio-econômico entre Estados e entre Municípios"**. E tal equilíbrio (**"equilíbrio sócio-econômico entre Estados e entre Municípios"**) não se verificará se um ente for obrigado a subsidiar a economia de outro. Haverá, sim, desatenção à **igualdade** e à **homogeneidade** federativa.

Destarte, o suso transcrito inciso II tem por propósito, precisamente, re-equilibrar situações em que, no território de um dado Estado (e de um Município), a União recolha tributos em **montante muito superior** à parcela do rateio que cabe àquele no FPE.

**7.** Note-se, ademais, que os respectivos ditados das alíneas "a" e "b" do inciso I do art. 159 da Magna (FPE e FPM) ostentam redações que não dão margem a discordar desta afirmação acabada de fazer-se.

Seus ditados são espartanos.

Seguem a regra geral.

Tanto que tais redações são extremamente diferentes da da alínea "c"<sup>1</sup> que, esta, sim, vale como um socorro de regiões vistas em 1988 como necessitadas.

O que importa em obrigatoriamente concluir que, quando a Constituição quis o tratamento não igualitário, não homogeneístico, o tratamento de socorro a bolsões de pobreza, ela o disse **às expressas**. E o fez como **exceção**.

Assim, aquele provimento: *"Art. 159.A União entregará: I- do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e provento de qualquer natureza s sobre produtos industrializados quarenta e oito por cento da seguinte forma: (...) c- três por cento para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de*

<sup>1</sup> "Art. 159 (...) c- três por cento para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer."

*desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer."*

**O que não fez ao instituir os FPE e FPM.** A Magna Carta, ao disciplinar o FPE e o FPM, não lhes impôs qualquer tratamento restritivo paternalístico, assistencial, em resgate de sua eventual e pobreza segmental.

**8.** Sendo importante notar-se que pobreza é situação conjuntural, transitória, passível de reverter-se, vale dizer, é não-permanente, e, por ser conjuntural, jurídico-constitucionalmente transitória, logo, própria de alojar-se no livro do *Ato das Disposições Constitucionais Transitórias-ADCT*. E a seção *Da Repartição das Receitas Tributárias* se hospeda no corpo **permanente** da Constituição Federal, não no ADCT.

Tanto que o panorama de pobreza vivido por alguns segmentos das regiões à época da promulgação da Constituição, 1988, mais de 20 anos atrás, não persiste hoje necessariamente. Ademais, bolsões de pobreza existem em todos os Estados da Federação, o que não importa em que se conclua que a Região a que pertence tal bolsão deva ser havida como Região pobre e necessitada de auxílio das demais.

Quem visita as belíssimas praias do Nordeste brasileiro (Atalaia etc.) constata isto ao mirar a pletora de sondas espetadas no horizonte marinho exploratórias de petróleo cujo funcionamento, evidentemente, mudou o panorama econômico da região, fomentou riquezas. Quem visita Salvador dá-se conta do explosivo crescimento vivido pela região de 1988 para cá. E por aí afora.

**9.** Acabou-se de dizer que, quando a Constituição quis o tratamento não igualitário, não homogeneístico, o tratamento de socorro a bolsões de pobreza, ela o disse **às expressas**. E o fez como **exceção**.

E que é o que está em provimento normativo deste mesmo conjunto de repartição de receitas, isto é, o da alínea "c" do mesmo art. 159 da Carta (transcrito acima).

Logo, FPE e FPM não podem ser havidos como instrumentos de correção, de retificação de distribuição de riqueza, de compensação de mais pobres com recursos de outros mais favorecidos pela sorte.

A Constituição não o permite. As redações das suso mencionadas alíneas "a" e "b" do inciso I do art. 159 da Magna Carta não o permitem.

E nem se pretenda que o permita a do *in fine* do inciso II do art. 161 ("*objetivando promover o equilíbrio sócio-econômico entre Estados e entre Municípios*"). Não é possível ver, daí, o propinamento

de espórtulas de uns Estados a outros, de uns Municípios a outros (*"entre Estados e entre Municípios"*).

**10.** As normas das alíneas *a* e *b* do inciso I do art. 159 da Constituição põem em prática o conceito estudado por CARL SCHMITT e que este mestre chama de ***"homogeneidade"*** na Federação.

Brilhante página na literatura jurídico-constitucional que aprecia a matéria da ***igualdade***, a ***homogeneidade*** entre os membros de uma federação, e que é de autoria de CARL SCHMITT, está na sua antológica Teoria da Constituição.

**11.** Relacionado com esta ***homogeneidade***, CARL SCHMITT descreve sobre o tema daquilo que denomina ***antinomias na federação***.

Uma federação impõe-se obrigatoriamente o propósito de manter a existência política de todos os seus membros, a auto-conservação de cada um deles, a conservação da independência política de cada qual, leciona o mestre, um cientista, quanto a tema de enorme conspiciência científica, que não admite, pois, tratamento leigo.

A coisa é complexa, é científica...

Pelas lições daquele mestre, infere-se que a Constituição contém uma "garantia" de existência política de cada um de seus membros.

CARL SCHMITT, na sua clássica *Teoria da Constituição*, explica o fenômeno de garantia do *status quo* político de cada membro de uma federação dentro dela, com as seguintes palavras:

*"La Federación reconoce por finalidad el mantenimiento de la existencia política de sus miembros en marco de la Federación. De aquí se sigue que la Constitución federal contiene en todo*

*caso, incluso cuando no habla de ello expressamente, una garantía de la existencia política de cada uno de los miembros, y, en efecto, garantiza la existencia de cada uno de los miembros frente a todos y de todos frente a cada uno y frente a todos juntos. Se garantiza, pues, dentro de la Federación el status quo político, en el sentido de la existencia política."* <sup>2</sup>

Ora, então, a Federação garante, como de fato garante, a independência política de cada qual.

Daí que, quando as normas constitucionais de repartição de receitas tributárias quis ir em socorro de entes debilitados, pobres, ela teve que dizê-lo explicitamente, às expensas, com tratamento de **exceção**. O que a Carta Magna não fez quando instituiu o FPE e o FPM.

Fenômeno que SCHMITT traduz com as seguintes palavras: "(...) *toda Federación descansa sobre un supuesto esencial, cual es el de la homogeneidad de todos sus miembros, homogeneidad sustancial que da lugar a una coincidencia concreta, (...) y es causa de que no se produzca en el seno de la Federación el caso extremo de conflicto*" <sup>3</sup> Ou seja, **a igualdade**.

E tanto é assim, que SCHMIT **elenc**a **unicamente três exceções**, as que ele chama de **"antinomias na Federação"**.

Destarte, garante-se —e só assim se garante— **o equilíbrio sócio-econômico entre os entes federativos**.

Isto é, garante-se com a regra geral da manutenção da **igualdade** de tratamento, de homogeneidade e, excepcionalmente, vale dizer, em exceção (logo, que deve ser havida às expensas porquanto exceção), um ou outro socorro tópico a entes porventura sazonalmente menos favorecidos.

O socorro a ATALIBA dá endosso. GERALDO ATALIBA extrai a fórmula de ouro da igualdade e da inexistência de relação de supra-infra hierarquização entre a União Federal, de um lado, e os Estados-membros, de outro, e entre estes, vez que dois princípios, o republicano e o federativo, no modelo brasileiro, na forma de Estado brasileira, determinam, presidem, percolam **"toda a parte orgânica da Constituição"** (note-se bem, **"orgânica"**), o que faz com estas lapidares palavras:

<sup>2</sup> CARL SCHMITT, *Teoría de la Constitución*, Madrid, Alianza Universidad Textos, 1982, p. 350.

<sup>3</sup> CARL SCHMITT, *Teoría de la Constitución*, Madrid, Alianza Universidad Textos, 1982, p. 356.

"Praticamente toda a parte orgânica da Constituição é seu desdobramento [desdobramento dos princípios de república e de federação]. Exsurge a federação como a associação de Estados ('foedus', 'foederis') para formulação de novo Estado (o federal) com repartição rígida de atributos da soberania entre eles. Informa-se seu relacionamento pela 'autonomia recíproca da União e dos Estados, sob a égide da Constituição Federal' (Sampaio Dória), caracterizadora de sua **igualdade jurídica** (Ruy Barbosa), dado que ambos extraem sua competência da mesma norma (Kelsen).

*Daí cada qual ser supremo na sua esfera, tal como disposta no Pacto Federal (Victor Nunes)."*

4

E o arremate de ouro:

"Não teria sentido que os cidadãos se reunissem em 'república', erigissem um Estado, outorgassem a si mesmos uma Constituição, em termos republicanos, para consagrar instituições que tolerassem ou permitissem —seja de modo direto, seja indireto— **a violação da igualdade fundamental**, que foi o próprio postulado básico, condicional da ereção do regime. **Que dessem ao Estado —que**

**criaram em rigorosa isonomia cidadã—**  
**poderes para serem usados criando**  
**privilégios, engendrando desigualações**  
 (...) De nada valeria a legalidade se não fosse  
 marcada pela **igualdade.**" (ênfases acrescentadas)

5

Não teria sentido que os cidadãos se reunissem em 'república', erigissem um Estado, outorgassem a si mesmos uma Constituição, em *termos republicanos*, para consagrar instituições que tolerassem ou permitissem —seja de modo direto, seja indireto— a violação da **igualdade fundamental**, que foi o próprio postulado básico, condicional **da ereção do regime republicano. República é sinônimo natural de igualdade.** Não teria sentido que tudo isto houvesse ocorrido, que houvessem criado a *rigorosa isonomia cidadã*, e engendrassem *privilégios*, urdissem *desigualações* em favor de uns e contra outros.

No dizer de um sábio da primeira hora da república brasileira, da sua primeira Constituição republicana, JOÃO BARBALHO, "*Os novos Estados são recebidos na União no mesmo pé de egualdade, com os mesmos direitos e prerogativas dos que já a constituíam e, ligados pelo laço federativo, ficam também como elles sujeitos a ação constitucional dos poderes federaes. Sua Constituição deve conformar-se com os principios cardeaes da União (art. 63). Uma federação republicana, composta de Estados republicanos, não poderia, sem desvirtuar-se e sem perder a sua homogeneidade (indispensavel a seus fins), receber em seu seio e adoptar entre suas unidades componentes uma de character estranho ás suas bases fundamentaes*" <sup>6</sup>.

<sup>4</sup> GERALDO ATALIBA, *República e Constituição*, Malheiros Editores, 2ª edição atualizada por ROSALEA MIRANDA FOLGOSI, p. 37.

<sup>5</sup> GERALDO ATALIBA, *República e Constituição*, Malheiros Editores, 2ª edição atualizada por ROSALEA MIRANDA FOLGOSI, p. 160.

<sup>6</sup> JOÃO BARBALHO UCHÔA CAVALCANTI. *Constituição Federal Brasileira: 1891: Comentada*, ed. fac. similar. Brasília: Senado Federal, 2002. 416 p. (Coleção História Constitucional Brasileira).

**12.** E retornando a CARL SCHMIT, atente-se ao que ele chama de antinomias na federação, que são unicamente três e que, em seu reduzido numerus clausus, só fazem por enfatizar a independência, a homogeneidade, a igualdade dos integrantes da federação, o que repele tratamentos assistenciais esportulatórios de uns poucos em favor de tantos.

Veja-se.

Comece-se por ter em conta o teor da provisão normativa preludial da Constituição Federal que reza que *“A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito (...)”*.

Passe-se à do art. 18 que dita que *“A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.”*

Atente-se bem: ambos dispositivos, o art. 1º e o art. 18 (este, seguido pelo 29), designam o Município como ente componente do Estado Federal Total brasileiro (noção de HANS Kelsen, na sua *Teoria Pura do Direito*).

E *autônomo*.

Por ende, age, a Carta, de tal forma compativelmente com o **plano de não-hierarquização** entre as comunidades jurídicas parciais do Estado Federal total brasileiro, seu modelo de estado federal, sua *“forma federativa de Estado”* (de resto, encapsulada por *cláusula pétrea*, art. 60, § 4º, I, CF/88).

Daí se passa —tudo isto imbricado com os arts. 34 a 36 da Magna Carta, aqueles que disciplinam o fenômeno da *intervenção* em ente componente da Federação— à constatação do porquê estão nestes provimentos, os arts. 34 a 36, as **únicas e restritas** hipóteses de mitigação da autonomia na Federação, as **“antinomias da federação”**, fenômeno do arsenal da *Teoria da Constituição* que SCHMITT ensina.

Brilhante página na literatura jurídico-constitucional que aprecia a matéria da **igualdade**, a **homogeneidade** entre os membros de uma federação, e que é de autoria de **CARL SCHMITT**, está na sua antológica *Teoria da Constituição*.

Relacionado com esta homogeneidade, **CARL SCHMITT** descreve sobre o tema daquilo que denomina ***antinomias da federação***

Uma federação impõe-se obrigatoriamente o propósito de manter a existência política de todos os seus membros, a



autoconservação de cada um deles, a conservação da independência política de cada qual, leciona o mestre, um cientista, quanto a tema de enorme conspiciência científica, que não admite, pois, tratamento leigo.

A coisa é complexa, é científica...

Pelas lições daquele mestre, infere-se que a Constituição contém uma "*garantia*" de existência política de cada um de seus membros.

**CARL SCHMITT**, na sua clássica *Teoria da Constituição*, explica o fenômeno de garantia do *status quo* político de cada membro de uma federação dentro dela, com as seguintes palavras:

*"La Federación reconoce por finalidad el mantenimiento de la existencia política de sus miembros en marco de la Federación. De aquí se sigue que la Constitución federal contiene en todo caso, incluso cuando no habla de ello expresamente, una garantía de la existencia política de cada uno de los miembros, y, en efecto, garantiza la existencia de cada uno de los miembros frente a todos y de todos frente a cada uno y frente a todos juntos. Se garantiza, pues, dentro de la Federación el status quo político, en el sentido de la existencia política."* <sup>7</sup>

Ora, se a Federação garante, como de fato garante, a existência de cada um de seus membros frente a todos e de todos frente a cada um e frente a todos juntos, a *autoconservação de cada um deles*, e garante assim a conservação da *independência política* de cada qual. ocorre, contudo, realisticamente ter presente a possibilidade de surgirem as fatais *antinomias* —as *antinomias jurídicas e políticas* — que se verificam no sistema, é como lembra **SCHMITT**. Todavia, em

---

<sup>7</sup> CARL SCHMITT, *Teoria de la Constitución*, Madri, Alianza Universidad Textos, 1982, p. 350.

termos.

Aí, no cerne, reside a idéia de independência como regra geral; e antinomias como exceções.

Mas exceções restritas, únicas possíveis e não mais outras, *numerus clausus*. Do contrário, não seriam exceções...

Todavia, há que entendê-las, entender a razão da sua existência, o seu porquê, e os seus limites, conceituá-las e solvê-las, em proveito da própria Federação, afinal. Sobretudo, insista-se, a extensão da zona antinômica.

Também neste passo é notável o ensinamento de SCHMITT, ao dissertar sobre tais *antinomias*, enumerá-las, classificá-las, conceituá-las e, por derradeiro e indispensavelmente, imaginar-lhes o deslinde —que ele chama de *dissolución*—, e isto ainda em bem da Federação.

Note-se bem. Insista-se. O núcleo da idéia de SCHMITT reside na ***homogeneidade*** (*rectius*, ***igualdade***, autoconservação, independência política), como regra geral, dos entes formadores da federação, as *comunidades jurídicas parciais* do *Estado Federal total* (para se ser fiel à nomenclatura de KELSEN).

Esta índole o Ministro CARLOS VELLOSO, no seu livro, deixa ver quando trata do ***equilíbrio federativo***<sup>8</sup>.

Mas entende como partícipe do conceito de federação a ocorrência de exceções àquela homogeneidade, isto é, exceções que, contudo, em homenagem à índole de federação e pois da ***homogeneidade*** (como ***regra geral***) dos seus componentes, são rigorosamente restritas, *numerus clausus*.

Veja-se.

A antológica página de SCHMITT arrola os três (3) tipos —e únicos por óbvio— de *antinomias jurídicas e políticas* correntes numa

---

<sup>8</sup> CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO, *Temas de Direito Público*, Livraria Del Rey Editora, 1994, ps. 359 ss.

Federação. A saber.

A primeira antinomia importa, ensina ele, na mitigação individual correspondente à renúncia ao *ius belli* por parte de cada membro. SCHMITT descreve assim esta antinomia:

*"Primera antinomia: la Federación tiene por finalidad la autoconservación, es decir, la conservación de la independencia política de cada miembro. Por otra parte, la pertenencia a una Federación comporta una minoración de esa independencia, que conduce a una renuncia al 'ius belli', al medio esencial de la autoconservación, una 'renuncia a valerse por sí mismo'. Esta antinomia afecta, pues, al 'derecho de autoconservación' de cada miembro federal."*<sup>9</sup>

A segunda antinomia identifica-a SCHMITT com o atinente precisamente às intervenções.

*"Segunda antinomia: el miembro federal trata de mantener mediante la Federación su independencia política y de asegurar su autodeterminación. 'Por otra parte', una Federación, en interés de su propia seguridad, no puede perder de vista los asuntos internos de sus miembros. Toda Federación da lugar a 'intervenciones'. Toda auténtica ejecución federal es una ingerencia que suprime la autodeterminación completamente independiente del Estado a que afecta, quitándole su carácter de cerrado e impenetrable, su impermeabilidad. Esta antinomia afecta, pues, al 'derecho de autodeterminación' de cada uno de los miembros federales."*<sup>10</sup>

<sup>9</sup>

CARL SCHMITT, *Teoría de la Constitución*, Madrid, Alianza Universidad Textos, 1982, p. 352.

<sup>10</sup>

CARL SCHMITT, *Teoría de la Constitución*, Madrid, Alianza Universidad Textos, 1982, p. 352.

A terceira antinomia, que SCHMITT considera a mais geral, enxerga-a, ele, com o seguinte desenho:

*"Toda Federación como tal, con independencia de la distinción entre Confederación de Estados y Estado federal, tiene una voluntad total y existencia política. En esto se distingue de una alianza. A consecuencia de ello, coexisten en una Federación dos clases de existencia política: la existencia común de la Federación y la existencia particular de los Estados-miembros. Ambas subsistirán en tanto deba subsistir una federación. Ni la existencia común de esta puede suprimir la existencia particular de los Estados-miembros, ni viceversa. Ni los Estados-miembros son simplemente subordinados de la Federación, ni ésta se encuentra subordinada a ellos. La Federación consiste tan sólo en esa vinculación existencial y ese equilibrio. Caben gradaciones en ambos sentidos; el caso extremo lleva siempre a que, o bien se disuelve la Federación, quedando solo los Estados particulares, o éstos cesan de existir y queda tan sólo un Estado único. La esencia de la Federación estriba en un dualismo de la existencia política, en una vinculación de coexistencia federal y unidad política, de una parte, con una pluralidad que subsiste, un pluralismo de unidades políticas particulares, de otra parte. Una tal situación de equilibrio difícil ha de conducir a muchos conflictos, que necesitan ser resueltos."* <sup>11</sup>

---

<sup>11</sup>CARL SCHMITT, *Teoría de la Constitución*, Madrid, Alianza Universidad Textos, 1982, p. 352/3.

Assim, estas são as únicas antinomias possíveis de ocorrer na federação, vale dizer, são as únicas exceções à regra geral de que há igualdade entre os membros da Federação, há homogeneidade dos seus componentes, há independência política de cada qual, daí dizer SCHMITT que

*"La Federación reconoce por finalidad el mantenimiento de la existencia política de sus miembros en marco de la Federación. De aquí se sigue que la Constitución federal contiene en todo caso, incluso cuando no habla de ello expressamente, una garantía de la existencia política de cada uno de los miembros, y, en efecto, garantiza la existencia de cada uno de los miembros frente a todos y de todos frente a cada uno y frente a todos juntos. Se garantiza, pues, dentro de la Federación el status quo político, en el sentido de la existencia política."*

Portanto, a *homogeneidade* que deve imperar entre os membros da federação, vale dizer, a isonomia, a igualdade entre eles, assim porque SCHMITT a traduz com as seguintes palavras: *"(...) toda Federación descansa sobre un supuesto esencial, cual es el de la homogeneidad de todos sus miembros, homogeneidad sustancial que da lugar a una coincidencia concreta, (...) y es causa de que no se produzca en el seno de la Federación el caso extremo de conflicto"*.<sup>12</sup>

Logo, não há como impor-se a uns entes componentes da federação mitigações federativas (aqui, no tocante às receitas constitucionais de sua pertença) em favor de outros. Não há **"antinomias federativas"** que as permitam.

---

<sup>12</sup>

CARL SCHMITT, *Teoría de la Constitución*, Madrid, Alianza Universidad Textos, 1982, p. 356.

**13.** Pois bem.

Promulgada a Constituição Federal em 1988, já não mais que 1 ano após, em 1989, editou-se a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, que estabeleceu normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação.

Esta lei estabeleceu disposições extremamente desigualatórias, desisonômicas entre os entes componentes da Federação.

A tal ponto, que o Supremo Tribunal Federal vem de, exatamente por força de tanto, julgá-la inconstitucional. O que fez pelas ADINs n.º 875/DF, 1.987/DF, 2.727/DF e 3.243/DF. E deu prazo ao Legislativo para que corrigisse os vícios, o que se pretende fazer por via do presente projeto.

Basta lembrar-se que o art. 2º da dita LC 62/89 destinou 85% do FPE às unidades componentes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e somente 15% aos das regiões Sul e Sudeste, o que, evidentemente, não trilha o equilíbrio sócio-econômico-financeiro. Especialmente em se considerando, como considerou o Supremo naquelas ADINs, que os parâmetros eram tomados —e continuaram a sê-lo— em estatísticas desatualizadíssimas.

Diz o Supremo, o que condena, que, passados mais de 20 anos da lei, ela continua a reger a matéria louvada em índices que se levantaram para 1990 e 1991. Daí que a Suprema Corte haja decidido determinar ao Congresso Nacional a atualização da legislação do FPE e do FPM, o que se busca com o presente projeto.

Brasília, 9 de novembro de 2011

DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

**CONSTITUIÇÃO  
DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
1988**

**TÍTULO I  
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS**

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e

tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

### TÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

#### CAPÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

§ 1º Brasília é a Capital Federal.

§ 2º Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.

§ 3º Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

§ 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei. ([\*Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 15, de 1996\*](#))

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

II - recusar fé aos documentos públicos;

III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

#### CAPÍTULO IV DOS MUNICÍPIOS

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

I - eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País;

II - eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizada no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77, no caso de Municípios com mais de duzentos mil eleitores; [\*\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997\)\*](#)

III - posse do Prefeito e do Vice-Prefeito no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição;

IV - para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de: [\*\(“Caput” do inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009\)\*](#)

a) 9 (nove) Vereadores, nos Municípios de até 15.000 (quinze mil) habitantes; [\*\(Alínea com redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009\)\*](#)

b) 11 (onze) Vereadores, nos Municípios de mais de 15.000 (quinze mil) habitantes e de até 30.000 (trinta mil) habitantes; [\*\(Alínea com redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009\)\*](#)

c) 13 (treze) Vereadores, nos Municípios com mais de 30.000 (trinta mil) habitantes e de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes; [\*\(Alínea com redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009\)\*](#)

d) 15 (quinze) Vereadores, nos Municípios de mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes e de até 80.000 (oitenta mil) habitantes; [\*\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009\)\*](#)

e) 17 (dezessete) Vereadores, nos Municípios de mais de 80.000 (oitenta mil) habitantes e de até 120.000 (cento e vinte mil) habitantes; [\*\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009\)\*](#)

f) 19 (dezenove) Vereadores, nos Municípios de mais de 120.000 (cento e vinte mil) habitantes e de até 160.000 (cento e sessenta mil) habitantes; [\*\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009\)\*](#)

g) 21 (vinte e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 160.000 (cento e sessenta mil) habitantes e de até 300.000 (trezentos mil) habitantes; [\*\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009\)\*](#)

h) 23 (vinte e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 300.000 (trezentos mil) habitantes e de até 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) habitantes; [\*\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009\)\*](#)

i) 25 (vinte e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) habitantes e de até 600.000 (seiscentos mil) habitantes; [\*\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009\)\*](#)

j) 27 (vinte e sete) Vereadores, nos Municípios de mais de 600.000 (seiscentos mil) habitantes e de até 750.000 (setecentos e cinquenta mil) habitantes; [\*\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009\)\*](#)

k) 29 (vinte e nove) Vereadores, nos Municípios de mais de 750.000 (setecentos e cinquenta mil) habitantes e de até 900.000 (novecentos mil) habitantes; [\*\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009\)\*](#)

l) 31 (trinta e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 900.000 (novecentos



mil) habitantes e de até 1.050.000 (um milhão e cinquenta mil) habitantes; [\*\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009\)\*](#)

m) 33 (trinta e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.050.000 (um milhão e cinquenta mil) habitantes e de até 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) habitantes; [\*\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009\)\*](#)

n) 35 (trinta e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) habitantes e de até 1.350.000 (um milhão e trezentos e cinquenta mil) habitantes; [\*\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009\)\*](#)

o) 37 (trinta e sete) Vereadores, nos Municípios de 1.350.000 (um milhão e trezentos e cinquenta mil) habitantes e de até 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) habitantes; [\*\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009\)\*](#)

p) 39 (trinta e nove) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) habitantes e de até 1.800.000 (um milhão e oitocentos mil) habitantes; [\*\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009\)\*](#)

q) 41 (quarenta e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.800.000 (um milhão e oitocentos mil) habitantes e de até 2.400.000 (dois milhões e quatrocentos mil) habitantes; [\*\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009\)\*](#)

r) 43 (quarenta e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 2.400.000 (dois milhões e quatrocentos mil) habitantes e de até 3.000.000 (três milhões) de habitantes; [\*\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009\)\*](#)

s) 45 (quarenta e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 3.000.000 (três milhões) de habitantes e de até 4.000.000 (quatro milhões) de habitantes; [\*\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009\)\*](#)

t) 47 (quarenta e sete) Vereadores, nos Municípios de mais de 4.000.000 (quatro milhões) de habitantes e de até 5.000.000 (cinco milhões) de habitantes; [\*\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009\)\*](#)

u) 49 (quarenta e nove) Vereadores, nos Municípios de mais de 5.000.000 (cinco milhões) de habitantes e de até 6.000.000 (seis milhões) de habitantes; [\*\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009\)\*](#)

v) 51 (cinquenta e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 6.000.000 (seis milhões) de habitantes e de até 7.000.000 (sete milhões) de habitantes; [\*\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009\)\*](#)

w) 53 (cinquenta e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 7.000.000 (sete milhões) de habitantes e de até 8.000.000 (oito milhões) de habitantes; e [\*\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009\)\*](#)

x) 55 (cinquenta e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 8.000.000 (oito milhões) de habitantes; [\*\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009\)\*](#)

v - subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; [\*\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)\*](#)

VI - o subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe esta Constituição, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os seguintes limites máximos: [\*\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992 e com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000\)\*](#)

a) em Municípios de até dez mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores

corresponderá a vinte por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; (Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

b) em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; (Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

c) em Municípios de cinquenta mil e um a cem mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a quarenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; (Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

d) em Municípios de cem mil e um a trezentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a cinquenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; (Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

e) em Municípios de trezentos mil e um a quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a sessenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; (Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

f) em Municípios de mais de quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a setenta e cinco por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; (Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

VII - o total da despesa com a remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do município; (Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

VIII - inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município; (Primitivo inciso VI renumerado pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

IX – proibições e incompatibilidades, no exercício da vereança, similares, no que couber, ao disposto nesta Constituição para os membros do Congresso Nacional e, na Constituição do respectivo Estado, para os membros da Assembléia Legislativa; (Primitivo inciso VII renumerado pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

X – julgamento do Prefeito perante o Tribunal de Justiça; (Primitivo inciso VIII renumerado pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

XI - organização das funções legislativas e fiscalizadoras da Câmara Municipal; (Primitivo inciso IX renumerado pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

XII - cooperação das associações representativas no planejamento municipal; (Primitivo inciso X renumerado pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

XIII - iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado; (Primitivo inciso XI renumerado pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

XIV - perda do mandato do Prefeito, nos termos do art. 28, parágrafo único. (Primitivo inciso XII renumerado pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior: (“Caput” do artigo acrescido pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes; (Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000).e com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009)

II - 6% (seis por cento) para Municípios com população entre 100.000 (cem mil) e 300.000 (trezentos mil) habitantes; (Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000).e com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009)

III - 5% (cinco por cento) para Municípios com população entre 300.001 (trezentos mil e um) e 500.000 (quinhentos mil) habitantes; (Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000).e com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009)

IV - 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população entre 500.001 (quinhentos mil e um) e 3.000.000 (três milhões) de habitantes; (Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000).e com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009)

V - 4% (quatro por cento) para Municípios com população entre 3.000.001 (três milhões e um) e 8.000.000 (oito milhões) de habitantes; (Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009)

VI - 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população acima de 8.000.001 (oito milhões e um) habitantes. (Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009)

§ 1º A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

§ 2º Constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal:

I - efetuar repasse que supere os limites definidos neste artigo;

II - não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês; ou

III - enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

§ 3º Constitui crime de responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal o desrespeito ao § 1º deste artigo. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

## CAPÍTULO VI DA INTERVENÇÃO

Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:

I - manter a integridade nacional;

II - repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra;

III - por termo a grave comprometimento da ordem pública;

IV - garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação;

V - reorganizar as finanças da unidade da Federação que:

a) suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior;

b) deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas nesta Constituição dentro dos prazos estabelecidos em lei;

VI - prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial;

VII - assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais:

a) forma republicana, sistema representativo e regime democrático;

b) direitos da pessoa humana;

c) autonomia municipal;

d) prestação de contas da administração pública, direta e indireta.

e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde. (Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996 e com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

Art. 35. O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando:

I - deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada;

II - não forem prestadas contas devidas, na forma da lei;

III - não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde; (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

IV - o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

Art. 36. A decretação da intervenção dependerá:

I - no caso do art. 34, IV, de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal, se a coação for exercida contra o Poder Judiciário;

II - no caso de desobediência a ordem ou decisão judiciária, de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral;

III - de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, na hipótese do art. 34, VII, e no caso de recusa à execução de lei federal. (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

IV - (Revogado pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 1º O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembléia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas.

§ 2º Se não estiver funcionando o Congresso Nacional ou a Assembléia Legislativa, far-se-á convocação extraordinária, no mesmo prazo de vinte e quatro horas.

§ 3º Nos casos do art. 34, VI e VII, ou do art. 35, IV, dispensada a apreciação pelo Congresso Nacional ou pela Assembléia Legislativa, o decreto limitar-se-á a suspender a execução do ato impugnado, se essa medida bastar ao restabelecimento da normalidade.

§ 4º Cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos a estes voltarão, salvo impedimento legal.

## CAPÍTULO VII DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### Seção I Disposições Gerais

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [\(“Caput” do artigo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; [\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; [\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; [\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica; [\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; [\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos; [\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003\)](#)



XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público; [\*\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)\*](#)

XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores; [\*\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)\*](#)

XV - o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; [\*\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)\*](#)

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: [\*\(“Caput” do inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)\*](#)

a) a de dois cargos de professor;

b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico;

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; [\*\(Alínea com redação dada pela Emenda Constitucional nº 34, de 2001\)\*](#)

XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; [\*\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)\*](#)

XVIII - a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XIX - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação; [\*\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)\*](#)

XX - depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

XXII - as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio. [\*\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003\)\*](#)

§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos

públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2º A não-observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

I - as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços;

II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII;

III - a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública. [\*\(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)\*](#)

§ 4º Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 5º A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

§ 7º A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas. [\*\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)\*](#)

§ 8º A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre:

I - o prazo de duração do contrato;

II - os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes;

III - a remuneração do pessoal. [\*\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)\*](#)

§ 9º O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral. [\*\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)\*](#)

§ 10. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração. [\*\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998\)\*](#)

§ 11. Não serão computadas, para efeito dos limites remuneratórios de que trata o

inciso XI do *caput* deste artigo, as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei.  
(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

§ 12. Para os fins do disposto no inciso XI do *caput* deste artigo, fica facultado aos Estados e ao Distrito Federal fixar, em seu âmbito, mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Orgânica, como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando o disposto neste parágrafo aos subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais e dos Vereadores.  
(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

## TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

### CAPÍTULO I DO PODER LEGISLATIVO

#### Seção VIII Do Processo Legislativo

#### Subseção II Da Emenda à Constituição

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II - do Presidente da República;

III - de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

§ 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.



### Subseção III Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; [\*\(Alínea com redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998\)\*](#)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; [\*\(Alínea com redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001\)\*](#)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. [\*\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998\)\*](#)

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

## TÍTULO VI DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO

### CAPÍTULO I DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

#### Seção VI Da Repartição das Receitas Tributárias

Art. 157. Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal:

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituïrem e mantiverem;

II - vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pelo art. 154, I.

Art. 158. Pertencem aos Municípios:

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III; [\*\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003\)\*](#)

III - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;

IV - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Parágrafo único. As parcelas de receita pertencentes aos Municípios, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios:

I - três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios;

II - até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos Territórios, lei federal.

Art. 159. A União entregará:

I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados quarenta e oito por cento na seguinte forma: [\*\(“Caput” do inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 55, de 2007\)\*](#)

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer;

d) um por cento ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano; [\*\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 55, de 2007\)\*](#)

II - do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados;

III - do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que refere o inciso II, c, do referido parágrafo. [\*\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 44, de 2004\)\*](#)

§ 1º Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I.

§ 2º A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada Estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso. [\*\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003\)\*](#)

Art. 160. É vedada a retenção ou qualquer restrição à entrega e ao emprego dos recursos atribuídos, nesta Seção, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, neles compreendidos adicionais e acréscimos relativos a impostos.

Parágrafo único. A vedação prevista neste artigo não impede a União e os Estados de condicionarem a entrega de recursos: [\*\(Parágrafo único com redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000\)\*](#)

I – ao pagamento de seus créditos, inclusive de suas autarquias; [\*\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/00\)\*](#)

II – ao cumprimento do disposto no art. 198, § 2º, incisos II e III. [\*\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000\)\*](#)

Art. 161. Cabe à lei complementar:

I - definir valor adicionado para fins do disposto no art. 158, parágrafo único, I;

II - estabelecer normas sobre a entrega dos recursos de que trata o art. 159, especialmente sobre os critérios de rateio dos fundos previstos em seu inciso I, objetivando promover o equilíbrio sócio-econômico entre Estados e entre Municípios;

III - dispor sobre o acompanhamento, pelos beneficiários, do cálculo das quotas e da liberação das participações previstas nos arts. 157, 158 e 159.

Parágrafo único. O Tribunal de Contas da União efetuará o cálculo das quotas referentes aos fundos de participação a que alude o inciso II.

Art. 162. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios divulgarão, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, os recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio.

Parágrafo único. Os dados divulgados pela União serão discriminados por Estado e por Município; os dos Estados, por Município.

.....  
.....

**LEI COMPLEMENTAR Nº 62, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989**

Estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

.....  
Art. 2º Os recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE serão distribuídos da seguinte forma:

I - 85% (oitenta e cinco por cento) às Unidades da Federação integrantes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste;

II - 15% (quinze por cento) às Unidades da Federação integrantes das regiões Sul e Sudeste.

§ 1º Os coeficientes individuais de participação dos Estados e do Distrito Federal no Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE a serem aplicados até o exercício de 1991, inclusive, são os constantes do Anexo Único, que é parte integrante desta Lei Complementar.

§ 2º Os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, a vigorarem a partir de 1992, serão fixados em lei específica, com base na apuração do censo de 1990.

§ 3º Até que sejam definidos os critérios a que se refere o parágrafo anterior, continuarão em vigor os coeficientes estabelecidos nesta Lei Complementar.

Art. 3º Ficam mantidos os atuais critérios de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios até que lei específica sobre eles disponha, com base no resultado do Censo de 1991, realizado pela Fundação IBGE. (“Caput” do artigo com redação dada pela Lei Complementar nº 71, de 3/9/1992, produzindo efeitos a partir de 1/1/1992)

Parágrafo único. A lei estabelecerá os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, a vigorarem a partir de 1992, com base na apuração do Censo de 1990.

.....  
.....

# PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

## N.º 129, DE 2012

(Da Sra. Perpétua Almeida)

Estabelece normas sobre o cálculo, à entrega e o controle das liberações dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE.

**DESPACHO:**  
APENSE-SE À(AO) PLP-266/2013.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, de que tratam à alínea a do inciso I do art. 159 da Constituição, far-se-ão nos termos desta Lei Complementar, consoante o disposto nos incisos II e III do art. 161 da Constituição.

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, integrarão a base de cálculo das transferências, além do montante dos impostos nele referidos, inclusive os extintos por compensação ou dação, os respectivos adicionais, juros e multa moratória, cobrados administrativa ou judicialmente.

Art. 2º A partir de 1º de janeiro de 2012 os recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE serão distribuídos da seguinte forma:

I - 80% (oitenta por cento) às unidades da Federação que apresentem renda per capita inferior à média nacional;

II - 10% (dez por cento) às unidades da Federação que apresentem renda per capita igual ou superior à média nacional;

III – 8% (oito por cento), em partes iguais, para as cinco unidades da

Federação mais populosas dentre aquelas que preencham o critério estabelecido no Inciso I, que integram as regiões norte, nordeste e centro-oeste;

IV – 2% (dois por cento) para constituir reserva a ser distribuída às unidades da Federação que abriguem unidades de conservação da natureza ou terras indígenas demarcadas, para aplicação em projetos de desenvolvimento sustentável, segundo diretrizes estabelecidas na regulamentação desta Lei Complementar.

§ 1º Os coeficientes das unidades da Federação pertencentes aos critérios referidos do Inciso I e II, do caput, serão calculados:

a) 50% (cinquenta por cento), pelo inverso da renda per capita multiplicada pela renda per capita nacional; calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; e

b) 50% (cinquenta por cento), pelo inverso do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH multiplicado pelo IDH nacional, determinado pela metodologia do Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento – PNUD, a ser calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 2º A distribuição da parcela a que se refere o inciso IV far-se-á atribuindo-se, a cada unidade da Federação, um coeficiente individual de participação baseado no percentual de sua área ocupada por unidades de conservação da natureza ou terras indígenas demarcadas, na forma discriminada no Anexo I desta Lei Complementar.

§ 3º As unidades de conservação da natureza de que trata o § 2º são os parques, as reservas biológicas e estações ecológicas, as florestas nacionais, as reservas extrativistas e as áreas de proteção ambiental.

§ 4º Em nenhum dos casos poderá ser destinada a qualquer unidade federada mais de 20% (vinte por cento) do total do Fundo.

Art. 3º O cálculo dos coeficientes a vigorar a partir de 1º de janeiro de

2012, serão calculados: para a renda per capita e a população, com os dados relativos ao ano de 2007, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; para o Índice de Desenvolvimento Humano, com os dados relativos ao ano de 2005, publicado pelo Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento – PNUD; para as áreas de reservas de conservação da natureza e de terras indígenas demarcadas, conforme o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, de que trata o art. 50 da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, e o publicado pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, respectivamente, para a situação existente ao final do ano de 2007.

Parágrafo único. Os coeficientes de que tratam o inciso III e o § 1º do art. 2º para vigorar a partir de 1º de janeiro de 2012, são os que constam do Anexo II desta Lei Complementar.

Art. 4º Os coeficientes de que trata o art. 2º serão revisados a cada decênio.

§ 1º Os ajustes nos coeficientes das unidades federadas vigorará no segundo exercício subsequente à realização do Censo Demográfico, devendo esses ajustes ser implementados por três exercícios fiscais à razão de um terço a cada ano.

§ 2º A primeira revisão dos coeficientes ocorrerá a partir do Censo Demográfico do ano de 2020, devendo os ajustes serem implementados por cinco exercícios fiscais à razão de um quinto a cada ano.

Art. 5º A União observará os seguintes prazos máximos na entrega, através de créditos em contas individuais dos Estados e do Distrito Federal dos recursos do Fundo de Participação:

I - recursos arrecadados do primeiro ao décimo dia de cada mês: até o vigésimo dia;

II - recursos arrecadados do décimo primeiro ao vigésimo dia de cada

mês: até o trigésimo dia;

III - recursos arrecadados do vigésimo primeiro dia ao final de cada mês: até o décimo dia do mês subsequente.

Art. 6º O Tribunal de Contas da União efetuará o cálculo das quotas referentes ao Fundo de Participação e de suas revisões, acompanhando junto aos órgãos competentes da União a classificação das receitas que lhes dão origem.

Art. 7º A União divulgará mensalmente os montantes dos impostos arrecadados e classificados para efeitos de distribuição através dos Fundos de Participação e os valores das liberações por Estado, além da previsão do comportamento dessas variáveis nos 3 (três) meses seguintes ao da divulgação.

Art. 8º A União, através do Ministério da Fazenda, e o Tribunal de Contas da União baixarão, nas suas respectivas áreas de competência, as normas e instrução complementares necessárias ao pleno cumprimento do disposto nesta Lei Complementar.

Art. 9º Os coeficientes a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2012 serão implementados progressivamente a razão de um quinto a cada exercício.

Art. 10 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2012.

Deputada Perpétua Almeida  
PCdoB/AC

## ANEXO I

### Tabela de coeficientes de que trata o § 2º do art. 2º

Categoria da unidade da Federação, segundo percentual de sua área ocupada por unidades de conservação da natureza ou terras indígenas demarcadas.	Coeficiente
---	-------------



a) até 5%	1
b) acima de 5% até 10%	2
c) acima de 10% até 15%	3
d) acima de 15% até 20%	4
e) acima de 20% até 25%	5
f) acima de 25% até 30%	6
g) acima de 30%	7

## ANEXO II

### Coeficientes de que trata o parágrafo único do art. 3º

Unidade da Federação	Coeficiente
Distrito Federal	0,9179
Goiás	3,2716
Mato Grosso	1,4247
Mato Grosso do Sul	3,1414
Alagoas	5,3022
Bahia	5,8635
Ceará	6,6235
Maranhão	7,3683
Paraíba	5,0638
Pernambuco	6,0816
Piauí	6,1594
Rio Grande do Norte	4,3360
Sergipe	3,9773
Acre	3,9372
Amapá	3,5384
Amazonas	3,1003
Pará	6,1371
Rondônia	3,5329
Roraima	3,5434
Tocantins	3,8918
Espírito Santo	1,3009
Minas Gerais	3,1304
Rio de Janeiro	1,2375
São Paulo	1,1547
Paraná	1,3698

Rio Grande do Sul  
Santa Catarina

1,3207  
1,2738

---

## JUSTIFICAÇÃO

O objetivo deste Projeto de Lei Complementar é estabelecer os novos critérios de distribuição das quotas do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE a partir de 1º de janeiro de 2013, em substituição às normas constantes da Lei Complementar nº 62, de 1989.

Este Projeto de Lei Complementar objetiva estabelecer novas regras de rateio do FPE entre os Estados e o Distrito Federal e teve por base o texto do Projeto de Lei Complementar nº 582, de 2010, de autoria da deputada Vanessa Grazziotin, que se encontra arquivado. O presente Projeto aperfeiçoa e atualiza o texto citado, para atender a decisão do Supremo Tribunal Federal para que o Congresso Nacional elabore uma nova lei a vigorar em 1º de janeiro de 2013.

A necessidade de uma nova Lei Complementar decorre da decisão do Supremo Tribunal Federal - STF que, em sessão 24 de fevereiro de 2010, decidiu que a Lei Complementar atual perdeu sua eficácia, considerando o Congresso Nacional em mora quanto a edição de uma nova legislação que estabeleça novos critérios para o FPE. De fato, a Lei Complementar nº 62, de 1989, determinava a vigência de suas regras, de forma provisória, até o exercício de 1991, prevendo que uma nova Lei estabeleceria as regras definitivas a vigorar a partir de 1992, o que, no entanto, nunca foi feito.

Em sua decisão, o STF, considerando a complexidade da tarefa normativa, determinou que o Congresso Nacional deve editar uma nova norma para o FPE a vigorar a partir da citada data de 1º de janeiro de 2013.

Este Projeto pretende contribuir com o cumprimento do mandado da Suprema Corte, oferecendo à Casa uma metodologia de cálculo para as quotas das unidades da Federação no Fundo de modo que esse rateio cumpra o seu objetivo constitucional de ser um instrumento para o equilíbrio socioeconômico da Federação.

Atualmente pela Lei Complementar 62, de 1989, o FPE é dividido em duas reservas: uma de 85% dos recursos, distribuídos entre as unidades federadas das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; e outra, com os 15% restantes, distribuído para as unidades do Sudeste e Sul.

Os coeficientes fixados para cada unidade nas duas reservas, no entanto, não foram determinados por critérios claros e homogêneos, tendo os legisladores optados por alterarem o mínimo possível a distribuição anterior, fixada

em 1966, adotando em vários casos soluções discricionária. Isso vem congelando a posição relativa das unidades federadas na situação que existia, praticamente, na década de 1960.

Determinar a forma de distribuição do FPE sempre foi uma tarefa legislativa complexa. Além dos interesses dos entes federados serem muitas vezes díspares, refletindo a realidade de um país marcado por desequilíbrios regionais significativos e por uma dinâmica e um ritmo de desenvolvimento socioeconômico também diferenciado, o rateio do Fundo é uma operação de soma zero, onde o ganho de uma unidade corresponderá necessariamente à perda de outra.

A tarefa torna-se ainda mais difícil quando se parte de uma situação já existente e à medida que as regras de distribuição foram ficando cada vez mais defasadas em relação à realidade socioeconômica em mutação, já congeladas no tempo pelo espaço de uma geração. Destaque-se que um dos critérios utilizados para o rateio desde 1966 era a área territorial das unidades federadas, o que deve agora ser abandonado, já que a Constituição restringe a distribuição a critérios socioeconômicos.

A complexidade e o tamanho do desafio vêm determinando a situação de mora do Congresso Nacional em relação ao tema. Porém, não há mais como adiar a edição da nova lei, necessário se faz editá-la.

Ao definir os novos coeficientes das unidades federadas no FPE, o Projeto enfrentou dois problemas. Primeiro, estabelecer critérios que traduzam de forma adequada o mandato constitucional para o objetivo do Fundo, constante do art. 161, Inciso II, definido como o de “promover equilíbrio socioeconômico entre os Estados (...)”. E, segundo, adequar os novos coeficientes de forma a minimizar as mudanças inevitáveis que sofrerão as quotas de vários Estados, tanto a maior como a menor, de modo a tornar viável a adoção das novas regras e a acomodação fiscal dos entes federados, suavizando as maiores discrepâncias em relação às quotas vigentes e adotando regras de transição que permitam absorver, sem traumas, as inevitáveis perdas.

Por fim, outra diretiva do Projeto para escolha dos critérios de rateio deve-se a constatação de que o FPE não é o único instrumento constitucional que atende ao objetivo de equilibrar a realidade socioeconômica na Federação. Há fontes de recursos da União para as unidades federadas – como o SUS, a educação básica e o Fundo de 10% do IPI para os estados exportadores – que também agem no mesmo sentido do equilíbrio, fazendo com que se tenha evitado utilizar para o FPE critérios já utilizados por esses outros fundos, como população e receita tributária.

Por essas razões, o Projeto adotou como critérios para atender o objetivo do equilíbrio socioeconômico a razão inversa da renda per capita e do Índice de Desenvolvimento Humano; e para minimizar as variações bruscas de cotas a razão direta entre os estados mais populosos. O Projeto buscou incorporar também

o critério já proposto no Projeto de Lei Complementar 351, de 2002, do chamado FPE Verde, como forma de compensar aquelas unidades federadas que cedem parte de seus territórios para reservas ambientais ou terras indígenas, que também tem a função de minimizar as discrepâncias entre as atuais e as novas cotas a serem estabelecidas.

Para estabelecer os coeficientes do rateio, o Projeto optou, por dividir o FPE em quatro reservas assim definidas, conforme os objetivos:

Para o objetivo de promover o equilíbrio socioeconômico entre as unidades federadas:

Reserva 1: formada por 80% dos recursos, a ser distribuído entre aquelas unidades federadas cuja renda per capita seja inferior à mesma renda média nacional (19 unidades);

Reserva 2: formada por 10% dos recursos, a ser distribuído entre aquelas unidades federadas cuja renda per capita seja igual ou superior à média nacional (oito unidades);

Para o objetivo de minimizar as discrepâncias entre as novas e as atuais cotas:

Reserva 3: formada por 8% dos recursos, a ser distribuído igualmente entre as cinco unidades de maior população dentre aquelas cuja renda per capita esteja abaixo da média nacional (as da Reserva 1);

Para compensação àquelas unidades federadas que cedam parte relativamente maior de seus territórios para reservas ambientais e terras indígenas:

Reserva 4: formada por 2% dos recursos, a ser distribuído entre todas as unidades na proporção direta da área ocupada em cada uma por reservas ambientais e terras indígenas.

Ao adotarmos o critério para estabelecer as duas primeiras reservas, abandonamos completamente o critério atual de criar reservas segundo as macrorregiões, pois atualmente essas macrorregiões já registram importantes discrepâncias socioeconômicas entre as unidades que as compõem, em especial as Regiões Norte e Centro-Oeste.

Os recursos das reservas citadas como 1 e 2 serão distribuídas conforme os seguintes critérios: 50% de cada uma das reservas na razão inversa à renda per capita; e os outros 50% na razão inversa do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH. Enquanto a renda per capita representa bem uma variável econômica, a adoção do IDH – cujo valor depende variável como educação e saúde – representa as condições sociais vigentes em cada unidade federada.

Para manter a estabilidade e a previsibilidade das cotas, os valores

desses dois critérios terão validade por dez anos, devendo se proceder a revisões decenais, acompanhando a periodicidade dos Censos Demográficos. Essa periodicidade decenal permite a estabilidade das cotas, ao tempo que permite que os coeficientes reflitam as mudanças socioeconômicas sofridas pelas unidades federadas em suas posições relativas. Na realização dessas revisões, os valores dos novos coeficientes terão uma regra transitória de três anos, de modo a evitar bruscas as reduções ou acréscimos nas cotas.

Especificamente para o cálculo dos coeficientes que vigorarão a partir de 1º de janeiro de 2013, esses valores já serão conhecidos desde a edição da nova Lei Complementar, adotando-se para a renda per capita os valores estimados pelo IBGE para o ano de 2007 e para o IDH, os publicados pelo PNUD para 2005. Adotar valores já previamente conhecidos, embora com alguma defasagem, é condição importante para viabilizar o trabalho dos legisladores, eliminando a incerteza que haveria, por exemplo, caso se adotasse os dados relativos ao Censo Demográfico de 2010, ainda por acontecer. O período de transição nessa primeira mudança também será maior, passando de três para cinco anos; haja vista que as variações nos valores de cada cota, nesse caso, deverão ser maiores do que nas revisões periódicas decenais futuras.

Introduz-se uma disposição transitória (art. 9º) estabelecendo que a adoção dos novos coeficientes se dará progressivamente, em cinco exercícios anuais, o que nos parece necessário para viabilizar a adoção das novas regras de distribuição do FPE.

O resultado a que se chega com esses critérios não é perfeito nem o único possível, mas pensamos que ele atende satisfatoriamente o objetivo constitucional do Fundo de equilibrar as condições socioeconômicas entre as unidades federadas. Os critérios são objetivos e permite que as Unidades da Federação acompanhem sua variação ao longo de cada decênio, evitando resultados abruptos. As regras de transição adotadas também facilitarão a adoção das novas regras, ao suavizar as perdas ou evitar bruscas elevações de recursos disponíveis.

Acreditamos, por fim, que este Projeto poderá ser melhorado com a contribuição dos pares, fazendo com que o Congresso Nacional cumpra o mandato do Supremo Tribunal Federal – STF da melhor forma e no prazo mais expedito possível.

Sala das Sessões, em 7 de fevereiro de 2012.

Deputada Perpétua Almeida

PCdoB/AC

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

**CONSTITUIÇÃO  
DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
1988**

.....  
**TÍTULO VI  
DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO**

**CAPÍTULO I  
DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL**  
.....

**Seção VI  
Da Repartição das Receitas Tributárias**  
.....

Art. 159. A União entregará:

I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados quarenta e oito por cento na seguinte forma: [\*\(“Caput” do inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 55, de 2007\)\*](#)

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer;

d) um por cento ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano; [\*\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 55, de 2007\)\*](#)

II - do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados;

III - do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que refere o inciso II, c, do referido parágrafo. [\*\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 44, de 2004\)\*](#)

§ 1º Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do

disposto nos arts. 157, I, e 158, I.

§ 2º A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada Estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso. [\*\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003\)\*](#)

Art. 160. É vedada a retenção ou qualquer restrição à entrega e ao emprego dos recursos atribuídos, nesta Seção, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, neles compreendidos adicionais e acréscimos relativos a impostos.

Parágrafo único. A vedação prevista neste artigo não impede a União e os Estados de condicionarem a entrega de recursos: [\*\(Parágrafo único com redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000\)\*](#)

I – ao pagamento de seus créditos, inclusive de suas autarquias; [\*\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/00\)\*](#)

II – ao cumprimento do disposto no art. 198, § 2º, incisos II e III. [\*\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000\)\*](#)

Art. 161. Cabe à lei complementar:

I - definir valor adicionado para fins do disposto no art. 158, parágrafo único, I;

II - estabelecer normas sobre a entrega dos recursos de que trata o art. 159, especialmente sobre os critérios de rateio dos fundos previstos em seu inciso I, objetivando promover o equilíbrio sócio-econômico entre Estados e entre Municípios;

III - dispor sobre o acompanhamento, pelos beneficiários, do cálculo das quotas e da liberação das participações previstas nos arts. 157, 158 e 159.

Parágrafo único. O Tribunal de Contas da União efetuará o cálculo das quotas referentes aos fundos de participação a que alude o inciso II.

Art. 162. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios divulgarão, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, os recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio.

Parágrafo único. Os dados divulgados pela União serão discriminados por Estado e por Município; os dos Estados, por Município.

.....

.....

## LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000

Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da

Natureza e dá outras providências.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

CAPÍTULO VII  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

.....

Art. 50. O Ministério do Meio Ambiente organizará e manterá um Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, com a colaboração do Ibama e dos órgãos estaduais e municipais competentes.

§ 1º O Cadastro a que se refere este artigo conterá os dados principais de cada unidade de conservação, incluindo, dentre outras características relevantes, informações sobre espécies ameaçadas de extinção, situação fundiária, recursos hídricos, clima, solos e aspectos socioculturais e antropológicos.

§ 2º O Ministério do Meio Ambiente divulgará e colocará à disposição do público interessado os dados constantes do Cadastro.

Art. 51. O Poder Executivo Federal submeterá à apreciação do Congresso Nacional, a cada dois anos, um relatório de avaliação global da situação das unidades de conservação federais do País.

.....

.....

**LEI COMPLEMENTAR Nº 62, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989**

Estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, de que tratam as alíneas a e b do inciso I do art. 159 da Constituição, far-se-ão nos termos desta Lei Complementar, consoante o disposto nos incisos II e III do art. 161 da Constituição.

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, integrarão a base de cálculo das transferências, além do montante dos impostos nele referidos, inclusive os extintos por compensação ou dação, os respectivos adicionais, juros e multa moratória, cobrados administrativa ou judicialmente, com a correspondente atualização monetária paga.



Art. 2º Os recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE serão distribuídos da seguinte forma:

I - 85% (oitenta e cinco por cento) às Unidades da Federação integrantes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste;

II - 15% (quinze por cento) às Unidades da Federação integrantes das regiões Sul e Sudeste.

§ 1º Os coeficientes individuais de participação dos Estados e do Distrito Federal no Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE a serem aplicados até o exercício de 1991, inclusive, são os constantes do Anexo Único, que é parte integrante desta Lei Complementar.

§ 2º Os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, a vigorarem a partir de 1992, serão fixados em lei específica, com base na apuração do censo de 1990.

§ 3º Até que sejam definidos os critérios a que se refere o parágrafo anterior, continuarão em vigor os coeficientes estabelecidos nesta Lei Complementar.

.....  
 .....

## **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**

### **N.º 135, DE 2012**

**(Do Sr. Nazareno Fonteles)**

Modifica a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, para estabelecer novos critérios para a distribuição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE.

**DESPACHO:**  
 APENSE-SE À(AO) PLP-266/2013.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece a nova forma de cálculo para a distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE.

Art. 2º Os recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE, a partir de 2013, serão distribuídos para estes entes federativos, proporcionalmente ao coeficiente individual de participação de cada um

deles. Este coeficiente é resultante do produto do fator representativo da população, adicionado do fator representativo da população com renda familiar *per capita* de até um quarto do salário mínimo, pelo fator representativo do inverso da renda *per capita*, de cada ente participante, conforme a seguir definido.

§ 1º Algebricamente, indicando o coeficiente individual de participação por IP, o fator representativo da população por P, o fator representativo da população com renda familiar *per capita* de até um quarto do salário mínimo por D e o fator representativo do inverso da renda *per capita* por R, obtemos a seguinte fórmula que traduz a definição do IP expressa no *caput* deste artigo:

$$IP = (P + D) \times R.$$

§ 2º Os dados usados no cálculo dos fatores mencionados no *caput* serão fornecidos pelo IBGE, atualizados pelo menos a cada quinquênio, e divulgados pelo TCU, a quem caberá, também, a fiscalização dos mesmos.

§ 3º Independentemente da atualização prevista no parágrafo anterior, de caráter obrigatório, haverá revisão do cálculo dos fatores adotados, a cada quatro anos, por ocasião das discussões sobre o plano plurianual.

§ 4º O fator representativo da população será calculado tendo por base a percentagem que a população de cada ente representa em relação à população total do País, de acordo com a seguinte distribuição:

Percentagem da população	Fator representativo da população
Até 0,5%	1,0
Acima de 0,5% até 1,0%	1,5
Acima de 1,0% até 1,5%	2,0
Acima de 1,5% até 2%	2,5
Acima de 2% até 3%	3,0
Acima de 3% até 4%	3,5
Acima de 4% até 5%	4,0

Acima de 5% até 7%	4,5
Acima de 7% até 10%	5,0
Acima de 10% até 15%	5,5
Acima de 15%	6,0

§ 5º O fator D representativo da população com renda familiar *per capita* de até um quarto de salário mínimo é calculado pela razão entre o percentual de domicílios permanentes com renda domiciliar *per capita* de até um quarto de salário mínimo de cada unidade federativa e o percentual de domicílios permanentes com renda *per capita* de até um quarto de salário mínimo do Brasil. E, para o ano de 2013 este fator será calculado com os dados do Censo 2010 do IBGE conforme a seguinte distribuição:

Unidades da Federação	Domicílios particulares permanentes	Até 1/4 (Salário mínimo)	Fator D
<b>Brasil</b>	<b>57.324.185</b>	<b>5.252.767</b>	<b>1,00</b>
Rondônia	455.599	42.223	1,01
Acre	190.645	31.544	1,81
Amazonas	799.629	143.845	1,96
Roraima	115.844	14.451	1,36
Pará	1.859.165	386.981	2,27
Amapá	156.284	22.823	1,59
Tocantins	398.367	50.949	1,40
Maranhão	1.653.701	438.412	2,89
Piauí	848.263	210.332	2,71
Ceará	2.365.276	515.628	2,38
Rio Grande do Norte	899.513	144.954	1,76
Paraíba	1.080.672	218.935	2,21
Pernambuco	2.546.872	453.553	1,94
Alagoas	842.884	190.253	2,46
Sergipe	591.315	110.456	2,04
Bahia	4.094.405	781.072	2,08
Minas Gerais	6.028.223	381.958	0,69
Espírito Santo	1.101.394	65.490	0,65
Rio de Janeiro	5.243.029	195.026	0,41

Unidades da Federação	Domicílios particulares permanentes	Até 1/4 (Salário mínimo)	Fator D
São Paulo	12.827.153	354.870	0,30
Paraná	3.298.578	132.533	0,44
Santa Catarina	1.993.097	42.321	0,23
Rio Grande do Sul	3.599.604	134.212	0,41
Mato Grosso do Sul	759.299	42.683	0,61
Mato Grosso	915.089	49.119	0,59
Goiás	1.886.264	77.633	0,45
Dist Federal	774.021	20.511	0,29

§ 6º O fator representativo do inverso da renda *per capita* será calculado tendo por base o inverso do índice correspondente à razão entre a renda *per capita* de cada unidade federativa e a renda *per capita* média do País, representada por 100 (cem), de acordo com a seguinte distribuição:

Inverso do índice relativo	Fator representativo da renda p/c
Até 0,005	0,4
Acima de 0,005 até 0,006	0,5
Acima de 0,006 até 0,007	0,6
Acima de 0,007 até 0,008	0,7
Acima de 0,008 até 0,009	0,8
Acima de 0,009 até 0,010	0,9
Acima de 0,010 até 0,011	1,0
Acima de 0,011 até 0,012	1,1
Acima de 0,012 até 0,013	1,2
Acima de 0,013 até 0,014	1,3

Acima de 0,014 até 0,015	1,4
Acima de 0,015 até 0,017	1,6
Acima de 0,017 até 0,019	1,8
Acima de 0,019 até 0,021	2,0
Acima de 0,021 até 0,025	2,4
Acima de 0,025 até 0,029	2,8
Acima de 0,029	3,2

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se os novos critérios de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal a partir de janeiro de 2013.

### JUSTIFICAÇÃO

O estabelecimento de novos critérios de rateio dos recursos do FPE se tornou imperioso a partir da declaração de inconstitucionalidade, pelo STF, dos critérios em vigor, constantes da Lei Complementar nº 62, de 1989.

Antes mesmo dessa decisão, entretanto, era evidente que a regra vigente se tornara obsoleta, não só porque permaneceu estática durante mais de 20 anos, apesar de todas as mudanças ocorridas em nosso País, desconsiderando a posição relativa de cada unidade da Federação, como também em virtude de não se ter atendido a determinação da própria Lei Complementar nº 62, de 1989, em seu art. 2º, § 2º, no sentido da fixação de novos critérios a partir de 1992.

Em nossa Proposta, revigoramos a combinação de dois parâmetros anteriormente adotados, constantes do Código Tributário Nacional (e que correspondiam a 95% do rateio do FPE), consistentes na participação da população e no inverso da renda *per capita*, e reforçamos o caráter redistributivo do Fundo, tal como previsto na Constituição Federal, ao inserir um terceiro parâmetro, referente ao peso relativo da população com renda familiar *per capita* até um quarto do salário mínimo. Em outros termos, a renda *per capita* é um parâmetro que pode mascarar a distribuição interna da renda, pois, em se tratando de uma média, é muito influenciada por valores extremos, não levando em conta o grau de concentração e, em particular, a parcela da população em condições de miséria.

Além do mais, procuramos aperfeiçoar a aplicação dos dois parâmetros tradicionais. No caso da população, aumentou-se a equidade de seus fatores representativos, levando em conta as enormes diferenças entre as unidades da Federação e sua dinâmica. No caso dos fatores representativos do inverso da renda *per capita*, também aumentamos a sua equidade, reduzindo as faixas de proporcionalidade para valores quase pontuais.

E, o que é, também, muito importante, o Projeto prevê a atualização e a revisão das tabelas e dos parâmetros, de modo a acompanhar a dinâmica da economia e a evitar as distorções e injustiças que o atual critério estático de distribuição provocou por tão longo período de tempo.

Contamos, assim, com o apoio dos ilustres Pares, inclusive com as sugestões de aperfeiçoamento que se possa lograr durante a tramitação legislativa da matéria.

Sala das Sessões, em 15 de fevereiro de 2012.

**Deputado NAZARENO FONTELES**

<p align="center"><b>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</b></p>
--

**LEI COMPLEMENTAR Nº 62, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989**

Estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, de que tratam as alíneas a e b do inciso I do art. 159 da Constituição, far-se-ão nos termos desta Lei Complementar, consoante o disposto nos incisos II e III do art. 161 da Constituição.

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, integrarão a base de cálculo das transferências, além do montante dos impostos nele referidos, inclusive os extintos por compensação ou dação, os respectivos adicionais, juros e multa moratória, cobrados administrativa ou judicialmente, com a correspondente atualização monetária paga.

Art. 2º Os recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE serão distribuídos da seguinte forma:

I - 85% (oitenta e cinco por cento) às Unidades da Federação integrantes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste;

II - 15% (quinze por cento) às Unidades da Federação integrantes das regiões Sul e Sudeste.

§ 1º Os coeficientes individuais de participação dos Estados e do Distrito Federal no Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE a serem aplicados até o exercício de 1991, inclusive, são os constantes do Anexo Único, que é parte integrante desta Lei Complementar.

§ 2º Os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, a vigorarem a partir de 1992, serão fixados em lei específica, com base na apuração do censo de 1990.

§ 3º Até que sejam definidos os critérios a que se refere o parágrafo anterior, continuarão em vigor os coeficientes estabelecidos nesta Lei Complementar.

Art. 3º Ficam mantidos os atuais critérios de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios até que lei específica sobre eles disponha, com base no resultado do Censo de 1991, realizado pela Fundação IBGE. (*“Caput” do artigo com redação dada pela Lei Complementar nº 71, de 3/9/1992, produzindo efeitos a partir de 1/1/1992*)

Parágrafo único. A lei estabelecerá os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, a vigorarem a partir de 1992, com base na apuração do Censo de 1990.

Art. 4º A União observará, a partir de março de 1990, os seguintes prazos máximos na entrega, através de créditos em contas individuais dos Estados e Municípios, dos recursos do Fundo de Participação:

I - recursos arrecadados do primeiro ao décimo dia de cada mês: até o vigésimo dia;

II - recursos arrecadados do décimo primeiro ao vigésimo dia de cada mês: até o trigésimo dia;

III - recursos arrecadados do vigésimo primeiro dia ao final de cada mês: até o décimo dia do mês subsequente.

§ 1º Até a data prevista no caput deste artigo, a União observará os seguintes prazos máximos:

I - recursos arrecadados do primeiro ao vigésimo dia de cada mês: até o décimo quinto dia do mês subsequente;

II - recursos arrecadados do vigésimo primeiro dia ao final de cada mês: até o vigésimo dia do mês subsequente.

§ 2º Ficam sujeitos à correção monetária, com base na variação do Bônus do Tesouro Nacional Fiscal, os recursos não liberados nos prazos previstos neste artigo.

Art. 5º O Tribunal de Contas da União efetuará o cálculo das quotas referentes aos Fundos de Participação e acompanhará, junto aos órgãos competentes da União, a classificação das receitas que lhes dão origem.

Parágrafo único. No caso de criação e instalação de Município, o Tribunal de

Contas da União fará revisão dos coeficientes individuais de participação dos demais Municípios do Estado a que pertence, reduzindo proporcionalmente as parcelas que a estes couberem, de modo a lhe assegurar recursos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

Art. 6º A União divulgará mensalmente os montantes dos impostos arrecadados e classificados para efeitos de distribuição através dos Fundos de Participação e os valores das liberações por Estado e Município, além da previsão do comportamento dessas variáveis nos 3 (três) meses seguintes ao da divulgação.

Art. 7º A União, através do Ministério da Fazenda, e o Tribunal de Contas da União baixarão, nas suas respectivas áreas de competência, as normas e instrução complementares necessárias ao pleno cumprimento do disposto nesta Lei Complementar.

Art. 8º Esta Lei Complementar entra em vigor a partir do primeiro mês subsequente ao de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de dezembro de 1989; 168º da Independência e 101º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

João Batista de Abreu

ANEXO ÚNICO À LEI COMPLEMENTAR Nº 62, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989

Acre	3,4210
Amapá	3,4120
Amazonas	2,7904
Pará	6,1120
Rondônia	2,8156
Roraima	2,4807
Tocantins	4,3400
Alagoas	4,1601
Bahia	9,3962
Ceará	7,3369
Maranhão	7,2182
Paraíba	4,7889
Pernambuco	6,9002
Piauí	4,3214
Rio Grande do Norte	4,1779
Sergipe	4,1553
Distrito Federal	0,6902
Goiás	2,8431
Mato Grosso	2,3079
Mato Grosso do Sul	1,3320
Espírito Santo	1,5000
Minas Gerais	4,4545
Rio de Janeiro	1,5277
São Paulo	1,0000
Paraná	2,8832



Rio Grande do Sul 2,3548  
 Santa Catarina 1,2798

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

### N.º 137, DE 2012

(Da Sra. Rose de Freitas)

Altera o art. 2º e acrescenta os arts. 2ºA e 2ºB à Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, que estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências, para dispor sobre critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE, e dá outras providências.

**DESPACHO:**  
 APENSE-SE À(AO) PLP-266/2013.

#### O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º.** O art. 2º da Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 2º** .....  
 I – .....  
 II – .....

§ 1º Os coeficientes individuais de participação dos Estados e do Distrito Federal no Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE a serem aplicados até o exercício de 2017, inclusive, na forma do disposto no art. 2ºB, são os constantes do Anexo Único, que é parte integrante desta Lei Complementar.” (NR)

**Art. 2º.** A Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 2º-A e 2º-B:

“**Art. 2ºA.** A participação individual de cada Estado e do Distrito Federal no Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE obedecerá aos seguintes critérios:

I – 27% (vinte e sete por cento) do total será entregue aos Estados e Distrito Federal de acordo com a distância existente entre o maior Índice de Desenvolvimento

Humano (IDH) registrado por uma Unidade da Federação brasileira e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da própria Unidade da Federação;

II – 12% (doze por cento) do total será entregue aos Estados e Distrito Federal de acordo com a evolução decenal do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de cada Unidade da Federação;

III – 14% (catorze por cento) do total será entregue aos Estados e Distrito Federal de acordo com o inverso da renda *per capita* de cada Unidade da Federação;

IV – 23% (vinte e três por cento) do total será entregue aos Estados e Distrito Federal de acordo com a proporção populacional de cada Unidade da Federação;

V – 6% (seis por cento) do total será entregue aos Estados e Distrito Federal de acordo com a proporção da superfície territorial de cada Unidade da Federação em relação ao território nacional;

VI – 7% (sete por cento) do total será entregue aos Estados e Distrito Federal de acordo com a proporção de unidades de conservação e áreas indígenas em relação à superfície territorial da Unidade da Federação;

VII – 11% (dez por cento) do total será entregue aos Estados e Distrito Federal de acordo com a proporção inversa do Produto Interno Bruto (PIB) de cada Unidade da Federação, sendo obedecido o limite máximo de 10% (dez por cento) de fator de partilha, e a fração restante redistribuída aos demais Estados e Distrito Federal.

§ 1º As fórmulas, sistemáticas de distribuição e fontes às quais se referem este artigo são definidas no Anexo a esta Lei Complementar.

§ 2º A distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE obedecerá à seguinte regra adicional de distribuição:

I - 85% (oitenta e cinco por cento) dos recursos serão destinados às Unidades da Federação integrantes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, inclusive o Distrito Federal;

II - 15% (quinze por cento) às Unidades da Federação integrantes das regiões Sul e Sudeste.

§ 3º Caberá ao Tribunal de Contas da União divulgar anualmente, até a data de 31 de agosto, os coeficientes individuais de partilha dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE.

**Art. 2ºB.** A aplicação dos critérios estabelecidos no art. 2ºA. será gradual durante o período de 5 (cinco) anos contados a partir do exercício de 2013, obedecendo à seguinte correlação:

I – no primeiro ano, 5% (cinco por cento) da distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE de acordo com o art. 2ºA. e 95% (noventa e cinco por cento) conforme o art. 2º;

II – no segundo ano, 15% (quinze por cento) da distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE de acordo com o art. 2ºA. e 85% (oitenta e cinco por cento) conforme o art. 2º;

III – no terceiro ano, 35% (trinta e cinco por cento) da distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE de acordo com o art. 2ºA. e 65% (sessenta e cinco por cento) conforme o art. 2º;

IV - no quarto ano, 55% (cinquenta e cinco por cento) da distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE de acordo com o

art. 2ºA. e 45% (quarenta e cinco por cento) conforme o art. 2º;

V – no quinto ano, 70% (setenta por cento) da distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE de acordo com o art. 2ºA. e 30% (trinta por cento) conforme o art. 2º;

VI – a partir do sexto ano, 100% (cem por cento) da distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE de acordo com o art. 2ºA.”

**Art. 3º.** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013.

## ANEXO

I – Fator distância do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH):

$$X_{1it} = \left( \frac{IDHmax_{i,t} - IDH_{i,t}}{IDHmax_{i,t}} \right) \times 100$$

Onde,

$i = 1.2.3...27$  Representa o número de unidades da federação;

$t = 1.2.3...n$  Representa o ano de referência do cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH;

$X_{1it}$  Representa o Fator de distância do Índice de Desenvolvimento Humano IDH da Unidade da Federação  $i$  no período  $t$  em relação à unidade  $i$  com no período  $t$ ;

$IDHmax_{i,t}$  Representa o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH máximo observado entre todas as unidades da federação  $i$  no período  $t$ ;

X100 Representa o cálculo percentual do fator.

Divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA);

II – Fator evolução decenal do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH):

$$X_{2it} = \left( \frac{IDH_{i,t} - IDH_{i,t-1}}{IDH_{i,t-1}} \right) \times 100$$

Onde,

$i = 1.2.3...27$  Representa o número de unidades da federação;

$t = 1.2.3...n$  Representa o ano de referência do cálculo do Índice de desenvolvimento Humano – IDH;

$X_{2i}$  Representa o fator evolução decenal do Índice de Desenvolvimento Humano da Unidade da Federação  $i$ , e corresponde a variação do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH da Unidade da Federação  $i$  no período  $t$  em relação ao período  $t - 1$ . Se essa variação for negativa, será atribuído o fator igual a zero.

$IDH_{it}$  Representa o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH da Unidade da Federação  $i$  no período  $t$ ;

$IDH_{it-1}$  Representa o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH da Unidade da Federação  $i$

no período  $t - 1$ ,

X100 Representa o cálculo percentual do fator

Divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA);

III – Fator renda *per capita*, conforme o artigo 90 da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966;

IV – Fator população, conforme o artigo 89 da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966;

V – Fator superfície:

$$X_{3i} = \left( \frac{S_i}{\sum_{n=27}^i S} \right) X100$$

Onde,

$i = 1.2.3...27$  Representa o número de unidades da federação;

$X_{3i}$  Representa o Fator Superfície da Unidade da Federação  $i$ , corresponde a proporção do território da Unidade da Federação  $i$  em relação ao total da superfície;

$S_i$  Representa o total da superfície a Unidade da Federação  $i$  em quilômetros quadrados;

$\sum_{n=27}^i S$  Representa a soma total das superfícies das 27 unidades da federação;

X100 Representa o cálculo percentual do fator.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

VI – Fator unidades de conservação e terras indígenas:

$$X_{6i,t} = \left( \frac{U_{1i,t} + U_{2i,t}}{S_i} \right) X100$$

Onde,

$i = 1.2.3...n$  Representa o número da Unidade da Federação, no Brasil  $n = 27$ ;

$t = 1.2....n$  Representa o ano de referência da base de dados pesquisada;

$X_{6it}$  Representa o fator unidades de conservação e terras indígenas e corresponde a proporção de unidades de conservação e terras indígenas no período  $t$  da Unidade da Federação  $i$ , em relação a soma total do território da Unidade da Federação  $i$ ;

$U_{1it}$  Representa o quilômetro quadrado de unidades de conservação da Unidade da Federação  $i$  no período  $t$ ;

$U_{2it}$  Representa o quilômetro quadrado de áreas indígenas da Unidade da Federação  $i$  no período  $t$ ;

$S_i$  Representa o tamanho da superfície da Unidade da Federação  $i$ ;

X100 denota o cálculo percentual do fator.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente e Fundação Nacional do Índio, com dados apurados no período anterior ao cálculo do fator de distribuição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE, conforme prazo legal definido no § 3º.

VII – Fator inverso do Produto Interno Bruto (PIB):

$$X_{6i,t} = \left( \frac{1}{\text{PIB}_{i,t} / \sum_{n=27}^i \text{PIB}_t} \right) \times 100$$

Onde,

$i = 1.2.3...27$  Representa o número da Unidade da Federação,

$t = 1.2.3...n$  Representa o ano de referência da base de dados pesquisada;

$X_{6i,t}$  Representa o fator inverso do Produto Interno Bruto - PIB da Unidade da Federação  $i$  no período  $t$ ;

$\text{PIB}_{i,t}$  Representa o Produto Interno Bruto (PIB) da Unidade da Federação  $i$  no período  $t$ ;

$\sum_{n=27}^i \text{PIB}_t$  Representa a soma do Produto Interno Bruto (PIB) de todas as Unidades da Federação  $i$  e corresponde o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil no período  $t$ ;

X100 denota o cálculo percentual do fator.

Divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com dados apurados no período anterior ao cálculo do fator de distribuição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE, conforme prazo legal definido no § 3º.

## JUSTIFICAÇÃO

O Supremo Tribunal Federal (STF), provocado por diversas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs nºs 875, 1987, 3243 e 2727), declarou inconstitucional o atual método de partilha do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), então previsto no art. 2º da Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, fixando prazo até 31 de dezembro de 2012 para que o Congresso aprove nova fórmula de partilha.

Decidiu, outro mais, que a tabela de repartição do FPE, congelada por mais de 20 (vinte) anos, não promove o equilíbrio socioeconômico entre Estados e Distrito Federal na transferência de receitas.

O FPE foi originariamente estabelecido pelo art. 21 da Emenda Constitucional nº 18, de 1965, e tem-se afirmado como importante mecanismo na temática da repartição de receitas no planisfério constitucional subsequente, inclusive com previsão maior, no art. 159, I, a, da CF/88.

Tem-se por inafastável princípio, aplicável à temática, da redução das disparidades regionais pelo equilíbrio socioeconômico da repartição de receitas tributárias, tendo, conforme a experiência constitucional tem demonstrado, sempre por fonte os impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (IR) e sobre produtos industrializados (IPI).

Segundo regras estabelecidas desde 2007 pelo Poder Constituinte Derivado (conforme dicção da EC nº 55), no Capítulo de Repartição das Receitas Tributárias da Constituição Federal, a União deve entregar ao FPE 21,5% das receitas provenientes da arrecadação do IR e do IPI.

Tem-se notícia de que em 2010, pelo FPE, transferiu-se o equivalente a 1,1% do PIB (R\$ 39 bilhões). Em Estados de base tributária mais estreita, como Amapá, Roraima, Acre e Tocantins, o FPE tem demonstrado ser a principal fonte de recursos, representando quase metade da receita desses entes federativos. Já nos mais desenvolvidos, como São Paulo, não representa mais que 1% da receita.

Com o advento da Constituição de 1988, ademais, com a exigência que é imputada ao Legislador pelo art. 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), porquanto seja o comando normativo previsto no art. 159, I, a, da CF/88, norma de eficácia limitada, a demanda por uma lei complementar (exigência do art. 161, II, da CF/88) foi sanada emergencialmente com a vigência da Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989.

A importância da matéria, dada à própria sustentabilidade do pacto federativo, exigia o estabelecimento de lei do referido quilate o quanto antes. Não consubstanciando, na ocasião, planifério político salutar ao debate, optou-se por uma tabela provisória, que plasmara os coeficientes individuais de partilhas dos Estados-membros e do Distrito Federal.

Tendo-se a perspectiva de que se tratava de algo provisório, haja vista a previsão no § 1º, do art. 2º, da Lei Complementar nº 62/89, de que os coeficientes individuais de participação dos Estados e do Distrito Federal, no FPE, seriam tão-só aplicados até o exercício de 1991, constando inclusive no Anexo Único da Lei Complementar.

Portanto, desde 1989 o FPE é distribuído com base em cotas fixas (que são os coeficientes individuais de partilha indicados no Anexo da Lei Complementar nº 62/89), isto é, os Estados e o Distrito Federal vêm recebendo um percentual fixo dos recursos do Fundo.

Anteriormente, vigia um sistema em que as cotas eram recalculadas anualmente, com base em variações da renda *per capita* e da população de cada Estado. Assim, Estados que se desenvolvessem mais vagarosamente ou tivessem maior crescimento populacional passariam a receber uma parcela maior dos recursos do Fundo.

Com efeito, assim como já referido, a Lei Complementar nº 62/89 traz fórmula de partilha que atende ao disposto no art. 34, do ADCT. Determinando-se ao Congresso o prazo de um ano para regulamentar os arts. 159 e 161, da CF, de modo a promover, em última análise, o equilíbrio socioeconômico entre os Estados e do Distrito Federal.

Portanto, o que deveria ser provisório (até 1991), acabou por perpetuar-se. Não atendendo à exigência constitucional de elaboração de lei específica aos idos de 1992 para estipular forma de rateio, com dados levantados pelo censo de 1990.

Essa questão foi ponto fulcral a que o STF declarasse, em fevereiro de 2010, a inconstitucionalidade da inquinada Lei Complementar, no tocante aos critérios de

rateio do FPE. Estabelecendo, porém, sua vigência até 31 de dezembro de 2012.

Declarada a inconstitucionalidade, nos termos expostos, o CONFAZ determinou a criação de grupo de estudo a fornecer subsídios técnico-jurídicos ao tema. Deu-se a criação do Grupo de Trabalho Especial do Fundo de Participação dos Estados (GEFPE), gerando o documento “Novos Critérios para Determinação dos índices de Distribuição do Fundo de Participação dos Estados”.

O referido estudo fornece *critérios* importantes para o presente esboço de repartição, a que se estabelece com base na razoabilidade e proporcionalidade, a fim de, além de apresentar alternativa ao atual critério de repartição, atende-se à necessidade de marco legal à matéria em comento.

Dessa forma, no intuito de regulamentar de forma mais condizente com a realidade brasileira, propomos os seguintes *critérios* para repartição do FPE:

1. *Em relação ao IDH:*

- 27% do total serão entregues aos estados e ao Distrito Federal de acordo com a distância existente entre o maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) registrado por uma unidade da Federação brasileira e o IDH da própria unidade da Federação;
- 12% do total serão entregues aos estados e ao Distrito Federal de acordo com a evolução decenal do IDH de cada unidade da Federação;

2. *Em função da Renda:*

- 14% do total serão entregues aos estados e ao Distrito Federal de acordo com o inverso da renda per capita de cada unidade da Federação

3. *Em função da População:*

- 23% do total serão entregues aos estados e ao Distrito Federal de acordo com a proporção populacional de cada unidade da Federação;

4. *Em razão da Área:*

- 6% do total serão entregues aos estados e ao Distrito Federal de acordo com a proporção da superfície territorial de cada unidade da Federação em relação ao território nacional;

5. *Em razão de Reservas:*

- 7% do total serão entregues aos estados e ao Distrito Federal de acordo com a proporção de unidades de conservação e áreas indígenas em relação à superfície territorial da unidade da Federação;

6. *Em função do PIB:*

- 11% do total serão entregues aos estados e ao Distrito Federal de acordo com a proporção inversa do Produto Interno Bruto (PIB) de cada unidade da Federação, sendo obedecido o limite máximo de 10% de fator de partilha, e a fração restante redistribuída aos demais estados e ao Distrito Federal.

7. Os limites máximos gerais, como regra adicional de repartição, são mantidos idênticos aos que se já se apresentavam na Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 2012:

- 85% dos recursos serão destinados às unidades da Federação integrantes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, inclusive o Distrito Federal;
- 15% às unidades da Federação integrantes das regiões Sul e Sudeste.

No tocante à necessidade de aplicação gradual dos critérios acima informados, inclui-se o *art. 2ºB*, de sorte a engendrar esforços a uma salutar regra de

transição, que perdurará durante um quinquênio.

Ante o exposto, com o fito de estabelecer critérios ao FPE, em consonância com a atual situação socioeconômica do país, apresentamos este Projeto de Lei Complementar.

Sala das Sessões, em 27 de fevereiro de 2012.

Deputada ROSE DE FREITAS – PMDB/ES

<b>LEGISLAÇÃO CITADA</b>
--------------------------

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

[...]

TÍTULO VI – Da Tributação e do Orçamento

CAPÍTULO I – DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Seção VI – DA REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS

Art. 159. A União entregará:

~~I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e sete por cento na seguinte forma:~~

I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados quarenta e oito por cento na seguinte forma: [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 55, de 2007\)](#)

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

[...]

Art. 161. Cabe à lei complementar:

[...]

II - estabelecer normas sobre a entrega dos recursos de que trata o art. 159, especialmente sobre os critérios de rateio dos fundos previstos em seu inciso I, objetivando promover o equilíbrio sócio-econômico entre Estados e entre Municípios;

[...]

TÍTULO X – ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS



Art. 34. O sistema tributário nacional entrará em vigor a partir do primeiro dia do quinto mês seguinte ao da promulgação da Constituição, mantido, até então, o da Constituição de 1967, com a redação dada pela Emenda nº 1, de 1969, e pelas posteriores.

[...]

§ 2º - O Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e o Fundo de Participação dos Municípios obedecerão às seguintes determinações:

[...]

II - o percentual relativo ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal será acrescido de um ponto percentual no exercício financeiro de 1989 e, a partir de 1990, inclusive, à razão de meio ponto por exercício, até 1992, inclusive, atingindo em 1993 o percentual estabelecido no art. 159, I, "a";

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 62, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989**

Estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, de que tratam as alíneas a e b do inciso I do art. 159 da Constituição, far-se-ão nos termos desta Lei Complementar, consoante o disposto nos incisos II e III do art. 161 da Constituição.

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, integrarão a base de cálculo das transferências, além do montante dos impostos nele referidos, inclusive os extintos por compensação ou dação, os respectivos adicionais, juros e multa moratória, cobrados administrativa ou judicialmente, com a correspondente atualização monetária paga.

Art. 2º Os recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE serão distribuídos da seguinte forma:

I - 85% (oitenta e cinco por cento) às Unidades da Federação integrantes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste;

II - 15% (quinze por cento) às Unidades da Federação integrantes das regiões Sul e Sudeste.

§ 1º Os coeficientes individuais de participação dos Estados e do Distrito Federal no Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE a serem aplicados até o exercício de 1991, inclusive, são os constantes do Anexo Único, que é parte integrante desta Lei Complementar.

§ 2º Os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, a vigorarem a partir de 1992, serão fixados em lei específica, com base na apuração do censo de 1990.

§ 3º Até que sejam definidos os critérios a que se refere o parágrafo anterior, continuarão em vigor os coeficientes estabelecidos nesta Lei Complementar.

Art. 3º Ficam mantidos os atuais critérios de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios até que lei específica sobre eles disponha, com base no resultado do Censo de 1991, realizado pela Fundação IBGE. (Redação dada pela LCP nº 71, de 03/09/92)

Parágrafo único. A lei estabelecerá os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, a vigorarem a partir de 1992, com base na apuração do Censo de 1990.

Art. 4º A União observará, a partir de março de 1990, os seguintes prazos máximos na entrega, através de créditos em contas individuais dos Estados e Municípios, dos recursos do Fundo de Participação:

I - recursos arrecadados do primeiro ao décimo dia de cada mês: até o vigésimo dia;

II - recursos arrecadados do décimo primeiro ao vigésimo dia de cada mês: até o trigésimo dia;

III - recursos arrecadados do vigésimo primeiro dia ao final de cada mês: até o décimo dia do mês subsequente.

§ 1º Até a data prevista no caput deste artigo, a União observará os seguintes prazos máximos:

I - recursos arrecadados do primeiro ao vigésimo dia de cada mês: até o décimo quinto dia do mês subsequente;

II - recursos arrecadados do vigésimo primeiro dia ao final de cada mês: até o vigésimo dia do mês subsequente.

§ 2º Ficam sujeitos à correção monetária, com base na variação do Bônus do Tesouro Nacional Fiscal, os recursos não liberados nos prazos previstos neste artigo.

Art. 5º O Tribunal de Contas da União efetuará o cálculo das quotas referentes aos Fundos de Participação e acompanhará, junto aos órgãos competentes da União, a classificação das receitas que lhes dão origem.

Parágrafo único. No caso de criação e instalação de Município, o Tribunal de Contas da União fará revisão dos coeficientes individuais de participação dos demais Municípios do Estado a que pertence, reduzindo proporcionalmente as parcelas que a estes couberem, de modo a lhe assegurar recursos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

Art. 6º A União divulgará mensalmente os montantes dos impostos arrecadados e classificados para efeitos de distribuição através dos Fundos de Participação e os valores das liberações por Estado e Município, além da previsão do comportamento dessas variáveis nos

3 (três) meses seguintes ao da divulgação.

Art. 7º A União, através do Ministério da Fazenda, e o Tribunal de Contas da União baixarão, nas suas respectivas áreas de competência, as normas e instrução complementares necessárias ao pleno cumprimento do disposto nesta Lei Complementar.

Art. 8º Esta Lei Complementar entra em vigor a partir do primeiro mês subsequente ao de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de dezembro de 1989; 168º da Independência e 101º da República.

ANEXO ÚNICO À LEI COMPLEMENTAR Nº 62, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989

Acre	3,4210
Amapá	3,4120
Amazonas	2,7904
Pará	6,1120
Rondônia	2,8156
Roraima	2,4807
Tocantins	4,3400
Alagoas	4,1601
Bahia	9,3962
Ceará	7,3369
Maranhão	7,2182
Paraíba	4,7889
Pernambuco	6,9002
Piauí	4,3214
Rio Grande do Norte	4,1779
Sergipe	4,1553
Distrito Federal	0,6902
Goiás	2,8431
Mato Grosso	2,3079
Mato Grosso do Sul	1,3320

Espírito Santo	1,5000
Minas Gerais	4,4545
Rio de Janeiro	1,5277
São Paulo	1,0000
Paraná	2,8832
Rio Grande do Sul	2,3548
Santa Catarina	1,2798

<p style="text-align: center;"><b>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</b></p>
---

**CONSTITUIÇÃO  
DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
1988**

---

**TÍTULO VI  
DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO**

**CAPÍTULO I  
DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL**

---

**Seção VI  
Da Repartição das Receitas Tributárias**

Art. 157. Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal:

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II - vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pelo art. 154, I.

Art. 158. Pertencem aos Municípios:

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na

hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III; [Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003](#)

III - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;

IV - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Parágrafo único. As parcelas de receita pertencentes aos Municípios, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios:

I - três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios;

II - até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos Territórios, lei federal.

Art. 159. A União entregará:

I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados quarenta e oito por cento na seguinte forma: [“Caput” do inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 55, de 2007](#)

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer;

d) um por cento ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano; [Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 55, de 2007](#)

II - do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados;

III - do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que refere o inciso II, c, do referido parágrafo. [Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 44, de 2004](#)

§ 1º Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I.

§ 2º A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos

recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada Estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso. [\*\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003\)\*](#)

Art. 160. É vedada a retenção ou qualquer restrição à entrega e ao emprego dos recursos atribuídos, nesta Seção, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, neles compreendidos adicionais e acréscimos relativos a impostos.

Parágrafo único. A vedação prevista neste artigo não impede a União e os Estados de condicionarem a entrega de recursos: [\*\(Parágrafo único com redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000\)\*](#)

I – ao pagamento de seus créditos, inclusive de suas autarquias; [\*\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/00\)\*](#)

II – ao cumprimento do disposto no art. 198, § 2º, incisos II e III. [\*\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000\)\*](#)

Art. 161. Cabe à lei complementar:

I - definir valor adicionado para fins do disposto no art. 158, parágrafo único, I;

II - estabelecer normas sobre a entrega dos recursos de que trata o art. 159, especialmente sobre os critérios de rateio dos fundos previstos em seu inciso I, objetivando promover o equilíbrio sócio-econômico entre Estados e entre Municípios;

III - dispor sobre o acompanhamento, pelos beneficiários, do cálculo das quotas e da liberação das participações previstas nos arts. 157, 158 e 159.

Parágrafo único. O Tribunal de Contas da União efetuará o cálculo das quotas referentes aos fundos de participação a que alude o inciso II.

Art. 162. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios divulgarão, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, os recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio.

Parágrafo único. Os dados divulgados pela União serão discriminados por Estado e por Município; os dos Estados, por Município.

## CAPÍTULO II DAS FINANÇAS PÚBLICAS

### Seção I Normas Gerais

Art. 163. Lei complementar disporá sobre:

## ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Art. 34. O sistema tributário nacional entrará em vigor a partir do primeiro dia do

quinto mês seguinte ao da promulgação da Constituição, mantido, até então, o da Constituição de 1967, com a redação dada pela Emenda n.º 1, de 1969, e pelas posteriores.

§ 1º Entrarão em vigor com a promulgação da Constituição os arts. 148, 149, 150, 154, I, 156, III, e 159, I, *c*, revogadas as disposições em contrário da Constituição de 1967 e das Emendas que a modificaram, especialmente de seu art. 25, III.

§ 2º O Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e o Fundo de Participação dos Municípios obedecerão às seguintes determinações:

I - a partir da promulgação da Constituição, os percentuais serão, respectivamente, de dezoito por cento e de vinte por cento, calculados sobre o produto da arrecadação dos impostos referidos no art. 153, III e IV, mantidos os atuais critérios de rateio até a entrada em vigor da lei complementar a que se refere o art. 161, II;

II - o percentual relativo ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal será acrescido de um ponto percentual no exercício financeiro de 1989 e, a partir de 1990, inclusive, à razão de meio ponto por exercício, até 1992, inclusive, atingindo em 1993 o percentual estabelecido no art. 159, I, *a*;

III - o percentual relativo ao Fundo de Participação dos Municípios, a partir de 1989, inclusive, será elevado à razão de meio ponto percentual por exercício financeiro, até atingir o estabelecido no art. 159, I, *b*.

§ 3º Promulgada a Constituição, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão editar as leis necessárias à aplicação do sistema tributário nacional nela previsto.

§ 4º As leis editadas nos termos do parágrafo anterior produzirão efeitos a partir da entrada em vigor do sistema tributário nacional previsto na Constituição.

§ 5º Vigente o novo sistema tributário nacional, fica assegurada a aplicação da legislação anterior, no que não seja incompatível com ele e com a legislação referida nos §§ 3º e 4º.

§ 6º Até 31 de dezembro de 1989, o disposto no art. 150, III, *b*, não se aplica aos impostos de que tratam os arts. 155, I, *a* e *b*, e 156, II e III, que podem ser cobrados trinta dias após a publicação da lei que os tenha instituído ou aumentado.

§ 7º Até que sejam fixadas em lei complementar, as alíquotas máximas do imposto municipal sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos não excederão a três por cento.

§ 8º Se, no prazo de sessenta dias contados da promulgação da Constituição, não for editada a lei complementar necessária à instituição do imposto de que trata o art. 155, I, *b*, os Estados e o Distrito Federal, mediante convênio celebrado nos termos da Lei Complementar n.º 24, de 7 de janeiro de 1975, fixarão normas para regular provisoriamente a matéria.

§ 9º Até que lei complementar disponha sobre a matéria, as empresas distribuidoras de energia elétrica, na condição de contribuintes ou de substitutos tributários, serão as responsáveis, por ocasião da saída do produto de seus estabelecimentos, ainda que destinado a outra unidade da Federação, pelo pagamento do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias incidente sobre energia elétrica, desde a produção ou importação até a última operação, calculado o imposto sobre o preço então praticado na operação final e assegurado seu recolhimento ao Estado ou ao Distrito Federal, conforme o local onde deva ocorrer essa operação.

§ 10. Enquanto não entrar em vigor a lei prevista no art. 159, I, *c*, cuja promulgação se fará até 31 de dezembro de 1989, é assegurada a aplicação dos recursos

previstos naquele dispositivo da seguinte maneira:

- I - seis décimos por cento na Região Norte, através do Banco da Amazônia S.A.;
- II - um inteiro e oito décimos por cento na Região Nordeste, através do Banco do Nordeste do Brasil S.A.;
- III - seis décimos por cento na Região Centro-Oeste, através do Banco do Brasil S.A.

§ 11. Fica criado, nos termos da lei, o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, para dar cumprimento, na referida região, ao que determinam os arts. 159, I, c, e 192, § 2º, da Constituição.

§ 12. A urgência prevista no art. 148, II, não prejudica a cobrança do empréstimo compulsório instituído, em benefício das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), pela Lei n.º 4.156, de 28 de novembro de 1962, com as alterações posteriores.

Art. 35. O disposto no art. 165, § 7º, será cumprido de forma progressiva, no prazo de até dez anos, distribuindo-se os recursos entre as regiões macroeconômicas em razão proporcional à população, a partir da situação verificada no biênio 1986-87.

## LEI COMPLEMENTAR Nº 62, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989

Estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, de que tratam as alíneas a e b do inciso I do art. 159 da Constituição, far-se-ão nos termos desta Lei Complementar, consoante o disposto nos incisos II e III do art. 161 da Constituição.

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, integrarão a base de cálculo das transferências, além do montante dos impostos nele referidos, inclusive os extintos por compensação ou dação, os respectivos adicionais, juros e multa moratória, cobrados administrativa ou judicialmente, com a correspondente atualização monetária paga.

Art. 2º Os recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE serão distribuídos da seguinte forma:

- I - 85% (oitenta e cinco por cento) às Unidades da Federação integrantes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste;
- II - 15% (quinze por cento) às Unidades da Federação integrantes das regiões Sul e Sudeste.

§ 1º Os coeficientes individuais de participação dos Estados e do Distrito Federal



no Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE a serem aplicados até o exercício de 1991, inclusive, são os constantes do Anexo Único, que é parte integrante desta Lei Complementar.

§ 2º Os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, a vigorarem a partir de 1992, serão fixados em lei específica, com base na apuração do censo de 1990.

§ 3º Até que sejam definidos os critérios a que se refere o parágrafo anterior, continuarão em vigor os coeficientes estabelecidos nesta Lei Complementar.

Art. 3º Ficam mantidos os atuais critérios de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios até que lei específica sobre eles disponha, com base no resultado do Censo de 1991, realizado pela Fundação IBGE. (*“Caput” do artigo com redação dada pela Lei Complementar nº 71, de 3/9/1992, produzindo efeitos a partir de 1/1/1992*)

## LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966

Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e  
Institui Normas Gerais de Direito Tributário  
Aplicáveis à União, Estados e Municípios.

### O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

### CAPÍTULO III

### FUNDOS DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DOS MUNICÍPIOS

#### Seção II

#### Critério de Distribuição do Fundo de Participação dos Estados

Art. 89. O fator representativo da população a que se refere o inciso II do artigo anterior, será estabelecido da seguinte forma:

Percentagem que a população da entidade participante representa da população total do País:

	Fator
I - até 2% .....	2,0
II - acima de 2% até 5%:	
a) pelos primeiros 2% .....	2,0
b) para cada 0,3% ou fração excedente, mais .....	0,3
III - acima de 5% até 10%:	
a) pelos primeiros 5% .....	5,0
b) para cada 0,5% ou fração excedente, mais .....	0,5

IV - acima de 10% ..... 10,0

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, considera-se como população total do País a soma das populações estimadas a que se refere o inciso I do parágrafo único do artigo anterior.

Art. 90. O fator representativo do inverso da renda per capita, a que se refere o inciso II do artigo 88, será estabelecido da seguinte forma:

Inverso do índice relativo à renda per capita da entidade participante:

	Fator
Até 0,0045 .....	0,4
Acima de 0,0045 até 0,0055 .....	0,5
Acima de 0,0055 até 0,0065 .....	0,6
Acima de 0,0065 até 0,0075 .....	0,7
Acima de 0,0075 até 0,0085 .....	0,8
Acima de 0,0085 até 0,0095 .....	0,9
Acima de 0,0095 até 0,0110 .....	1,0
Acima de 0,0110 até 0,0130 .....	1,2
Acima de 0,0130 até 0,0150 .....	1,4
Acima de 0,0150 até 0,0170 .....	1,6
Acima de 0,0170 até 0,0190 .....	1,8
Acima de 0,0190 até 0,0220 .....	2,0
Acima de 0,220 .....	2,5

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, determina-se o índice relativo à renda per capita de cada entidade participante, tomando-se como 100 (cem) a renda per capita média do País.

### Seção III Critério de Distribuição do Fundo de Participação dos Municípios

Art. 91. Do Fundo de Participação dos Municípios a que se refere o art. 86, serão atribuídos: (“Caput” com redação dada pelo Ato Complementar nº 35, de 28/2/1967)

.....

.....

## EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 18, DE 1965

Dispõe sobre o sistema tributário nacional e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgam, nos termos do art.217, § 4º, da Constituição, a seguinte Emenda Constitucional:

.....

## CAPÍTULO V DAS DISTRIBUIÇÕES DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS

Art. 21. Do produto da arrecadação dos impostos a que se referem o artigo 8º, número II, e o artigo 11, 80% (oitenta por cento) constituem receita da União e o restante distribuir-se-á à razão de 10% (dez por cento) ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, e 10% (dez por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios.

§ 1º A aplicação dos Fundos previstos neste artigo será regulada por lei complementar, que cometerá ao Tribunal de Contas da União o cálculo e a autorização orçamentária ou de qualquer outra formalidade, efetuando-se a entrega, mensalmente, através dos estabelecimentos oficiais de crédito.

§ 2º Do total recebido nos termos do parágrafo anterior, cada entidade participante destinará obrigatoriamente 50% (cinquenta por cento), pelo menos, ao seu orçamento de capital.

§ 3º Para os efeitos de cálculo da percentagem destinada aos Fundos de Participação exclui-se, do produto da arrecadação do imposto a que se refere o artigo 8º, número II, a parcela distribuída nos termos do artigo 20, número II.

Art. 22. Sem prejuízo do disposto no artigo 21, os Estados e Municípios que celebrem com a União convênios destinados a assegurar ampla e eficiente coordenação dos respectivos programas de investimentos e serviços públicos, especialmente no campo da política tributária, poderão participar de até 10% (dez por cento) da arrecadação efetuada, nos respectivos territórios, proveniente do imposto sobre o rendimento das pessoas físicas, e no artigo 11, excluído o incidente sobre fumo e bebidas alcoólicas.

## EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 55, DE 2007

Altera o art. 159 da Constituição Federal, aumentando a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios.

AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 159 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 159. ....

I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados quarenta e oito por cento na seguinte forma: .....

d) um por cento ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano;  
..... " (NR)

Art. 2º No exercício de 2007, as alterações do art. 159 da Constituição Federal previstas nesta Emenda Constitucional somente se aplicam sobre a arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados realizada a partir de 1º de setembro de 2007.

.....

.....

24/02/2010

TRIBUNAL PLENO

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 875 DISTRITO FEDERAL**

RELATOR : MIN. GILMAR MENDES  
 REQTE. : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
 E OUTROS  
 ADV. : GABRIEL PAULI FADEL E OUTROS  
 REQDO. : PRESIDENTE DA REPÚBLICA  
 REQDO. : CONGRESSO NACIONAL

**EMENTA:** Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI n.º 875/DF, ADI n.º 1.987/DF, ADI n.º 2.727/DF e ADI n.º 3.243/DF). Fungibilidade entre as ações diretas de inconstitucionalidade por ação e por omissão. Fundo de Participação dos Estados - FPE (art. 161, inciso II, da Constituição). Lei Complementar n.º 62/1989. Omissão inconstitucional de caráter parcial. Descumprimento do mandamento constitucional constante do art. 161, II, da Constituição, segundo o qual lei complementar deve estabelecer os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados, com a finalidade de promover o equilíbrio socioeconômico entre os entes federativos. Ações julgadas procedentes para declarar a inconstitucionalidade, sem a pronúncia da nulidade, do art. 2º, incisos I e II, §§ 1º, 2º e 3º, e do Anexo Único, da Lei Complementar n.º 62/1989, assegurada a sua aplicação até 31 de dezembro de 2012.

**A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, julgar procedentes as ações diretas de inconstitucionalidade 875, 2.727, 3.243 e 1.987, para, aplicando o art. 27 da Lei n. 9.868/99, declarar a inconstitucionalidade, sem a pronúncia da nulidade, do art. 2º, incisos I e II, §§ 1º, 2º e 3º, e do Anexo Único, da Lei Complementar n. 62/1989, assegurada a sua aplicação até 31 de dezembro de 2012, nos termos do voto do relator. Vencido parcialmente o Ministro Marco Aurélio, que julgou procedente apenas a ação direta de inconstitucionalidade 1.987 e, no caso, não aplicou o art. 27 da Lei n. 9.868/99.

Brasília, 24 de fevereiro de 2010.

**MINISTRO GILMAR MENDES**  
**PRESIDENTE E RELATOR**



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/> sob o número 528457

# PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

## N.º 160, DE 2012

(Do Sr. Alessandro Molon)

Altera o art. 2º e acrescenta os art. 2º-A à Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, que estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências.

**DESPACHO:**  
APENSE-SE AO PLP 266/2013.

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º.** Esta Lei Complementar tem por objetivo alterar a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, de forma a estabelecer novos critérios de repartição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal.

**Art. 2º.** O art. 2º da Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 2º** .....

I – 50% (cinquenta por cento), diretamente proporcional às populações de cada Unidade da Federação em relação ao total do país, conforme estimativas anuais divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

II – 20% (vinte por cento), proporcionalmente à participação relativa do inverso da renda *per capita* de cada Unidade da Federação em relação ao somatório do inverso da renda *per capita* de todas as Unidades da Federação, conforme estimativas anuais divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

III – 15% (quinze por cento), proporcionalmente à participação relativa do inverso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de cada Unidade da Federação em relação ao somatório do inverso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de todas as Unidades da Federação, calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD);

IV – 10% (dez por cento), diretamente proporcional à área geográfica de cada Unidade da Federação em relação a área geográfica total do país, conforme informações divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

V – 5% (cinco por cento), proporcionalmente à participação relativa dos coeficientes de Receita Tributária em relação a Receita Total de cada Unidade da Federação, ponderado pelo somatório dos coeficientes de todas as Unidades da Federação, a serem calculados pelo Tribunal de Contas da União”. (N.R.)

**Art. 3º.** A Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-A:

**Art. 2º-A.** Fica a União autorizada a criar um fundo compensatório, com 2% dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, pelo prazo de 10 anos a contar do início da vigência desta Lei, com o objetivo de atenuar reduções no valor dos repasses aos entes federados em função dos novos critérios estabelecidos por esta Lei Complementar.

**Parágrafo Único.** O Fundo de que trata o *caput* deste artigo será regulamentado por ato do Poder Executivo Federal.

**Art. 4º.** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013.

## JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei Complementar tem por objetivo propor novos critérios para a divisão dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE).

As regras atuais, estabelecidas com a aprovação da Lei Complementar nº 62, de 1989, foram declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, de forma que o Congresso Nacional fica impelido a aprovar novos critérios em observância com os preceitos constitucionais.

Assim, proponho que a divisão dos recursos do FPE ocorra em função dos seguintes critérios:

- i) A população de cada unidade da Federação;
- ii) O inverso da renda per capita de cada Unidade da Federação;
- iii) O inverso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH);
- iv) A área geográfica de cada Unidade da Federação;
- v) A participação da receita tributária em relação às receitas totais de cada Unidade da Federação.

Estes critérios apontam para uma repartição que leva em consideração o número de habitantes e o tamanho de cada uma das Unidades da Federação.

De forma a atender o preceito constitucional do desenvolvimento nacional com redução das desigualdades regionais, também proponho que a repartição do FPE incorpore fatores que destinem mais recursos aos Estados mais necessitados, pela adoção dos critérios de repartição pelo inverso da renda per capita e o inverso do IDH.

Ainda proponho que seja considerada como critério para o rateio do FPE a participação da receita tributária em relação à receita total de cada Unidade da Federação de forma a estimular a arrecadação tributária nestes entes.

Não obstante, ciente que alterações nas regras de repartição vigentes implicarão em



perda de receita para algumas unidades da federação, proponho a criação de um fundo compensatório, pelo prazo de 10 anos, com 2% dos recursos do FPE, de forma a atenuar eventuais reduções no montante a ser repassado aos Estados e ao Distrito Federal. Assim, será possível atenuar os efeitos danosos nos entes que venham a ter grandes reduções de suas participações no rateio do FPE, permitindo que os mesmos se adéquem a um novo ordenamento e, portanto, facilitando a adoção das novas regras.

Desta forma solicito apoio dos meus pares no sentido da aprovação deste Projeto de Lei Complementar.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 2012.

**ALESSANDRO MOLON**  
Deputado Federal – PT/RJ

<p><b>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</b></p>
---

**LEI COMPLEMENTAR Nº 62, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989**

Estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,  
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, de que tratam as alíneas a e b do inciso I do art. 159 da Constituição, far-se-ão nos termos desta Lei Complementar, consoante o disposto nos incisos II e III do art. 161 da Constituição.

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, integrarão a base de cálculo

das transferências, além do montante dos impostos nele referidos, inclusive os extintos por compensação ou dação, os respectivos adicionais, juros e multa moratória, cobrados administrativa ou judicialmente, com a correspondente atualização monetária paga.

Art. 2º Os recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE serão distribuídos da seguinte forma: [\(Vide ADINs nºs 875, 1.987, 2.727 e 3.243, cuja decisão foi publicada no DOU de 13/5/2010\)](#)

I - 85% (oitenta e cinco por cento) às Unidades da Federação integrantes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste;

II - 15% (quinze por cento) às Unidades da Federação integrantes das regiões Sul e Sudeste.

§ 1º Os coeficientes individuais de participação dos Estados e do Distrito Federal no Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE a serem aplicados até o exercício de 1991, inclusive, são os constantes do Anexo Único, que é parte integrante desta Lei Complementar.

§ 2º Os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, a vigorarem a partir de 1992, serão fixados em lei específica, com base na apuração do censo de 1990.

§ 3º Até que sejam definidos os critérios a que se refere o parágrafo anterior, continuarão em vigor os coeficientes estabelecidos nesta Lei Complementar.

Art. 3º Ficam mantidos os atuais critérios de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios até que lei específica sobre eles disponha, com base no resultado do Censo de 1991, realizado pela Fundação IBGE. (*"Caput" do artigo com redação dada pela Lei Complementar nº 71, de 3/9/1992, produzindo efeitos a partir de 1/1/1992*)

Parágrafo único. A lei estabelecerá os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, a vigorarem a partir de 1992, com base na apuração do Censo de 1990.

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

### N.º 211, DE 2012

(Do Sr. Wilson Filho)

Altera o Código Tributário Nacional, para elevar o fator representativo do Fundo de Participação dos Municípios destinado aos pequenos Municípios.

**DESPACHO:**  
APENSE-SE À(AO) PLP-458/2009.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** O art. 91, da Lei Nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, passa a vigorar com a seguinte modificação:

“Art. 91. ....

.....

§ 2º .....

a) Até 16.980 1,0

b) Acima de 16.980 até 50.940

Para cada 6.792 ou fração excedente, mais  
0,2

c).....

d).....

e).....”

**Art. 2º** Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

Como sabemos, a fórmula de cálculo dos recursos destinados à transferência por meio do Fundo de Participação dos Municípios é bastante complexa. Antes do tudo, o Fundo é dividido em duas partes, uma delas, correspondente a dez por cento do total, é destinada aos Municípios que são capitais dos Estados. Esta parcela é distribuída de acordo com o critério populacional associado ao inverso da renda *per capita*. Os demais noventa por cento precisam ainda ser reduzidos em quatro por cento tendo em vista a formação da reserva do Fundo de Participação dos Municípios, destinada, exclusivamente, aos Municípios que se enquadrem no coeficiente individual de participação 4,0. O restante é finalmente destinado aos demais Municípios, segundo uma tabela de coeficientes calculados a partir do critério populacional que começa com 0,6, para os menores Municípios do País, e vai até 4,0.

Ora, nobres Colegas, como podemos ver são justamente os mais pobres também os mais afetados por uma distribuição injusta, seja por precisarem conformar-se com os mais baixos coeficientes, seja por não participarem de fatias do “bolo tributário” especialmente reservadas para Municípios que, por sua própria natureza, já são naturalmente beneficiados por seu tamanho e pujança.

Pretendemos com esta proposição fazer apenas uma pequena modificação mas que poderá fazer toda diferença: aumentar o coeficiente mínimo destes Municípios de 0,6 para 1,0. Sabemos que isso não fará falta alguma para os Municípios mais ricos, enquanto para os mais pobres representará mais de um terço do que atualmente recebem.

É uma medida mais do que justa e, por este motivo, esperamos contar com o apoio dos nobres Colegas a fim de ver aprovada a presente proposição.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 2012.

**Deputado WILSON FILHO**

<p align="center"><b>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</b></p>
--

**LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966**

Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e  
Institui Normas Gerais de Direito Tributário  
Aplicáveis à União, Estados e Municípios.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

**LIVRO PRIMEIRO  
SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL**

.....

**TÍTULO VI  
DISTRIBUIÇÕES DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS**

.....

### CAPÍTULO III

#### FUNDOS DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DOS MUNICÍPIOS

#### Seção III

##### Critério de Distribuição do Fundo de Participação dos Municípios

Art. 91. Do Fundo de Participação dos Municípios a que se refere o art. 86, serão atribuídos: [\*“Caput” com redação dada pelo Ato Complementar nº 35, de 28/2/1967\*](#)

I - 10% (dez por cento) aos Municípios das Capitais dos Estados; (Inciso com redação dada pelo Ato Complementar nº 35, de 28/2/1967)

II - 90% (noventa por cento) aos demais Municípios do País. (Inciso com redação dada pelo Ato Complementar nº 35, de 28/2/1967)

§ 1º A parcela de que trata o inciso I será distribuída proporcionalmente a um coeficiente individual de participação, resultante do produto dos seguintes fatores:

a) fator representativo da população, assim estabelecido:

Percentual da População de cada Município em relação à do conjunto das Capitais:

	Fator:
Até 2% .....	2
Mais de 2% até 5%:	
Pelos primeiros 2%.....	2
Cada 0,5% ou fração excedente, mais.....	0,5
Mais de 5% .....	5

b) Fator representativo do inverso da renda per capita do respectivo Estado, de conformidade com o disposto no art. 90. [\*Parágrafo com redação dada pelo Ato Complementar nº 35, de 28/2/1967\*](#)

§ 2º A distribuição da parcela a que se refere o item II deste artigo, deduzido o percentual referido no artigo 3º do Decreto-lei que estabelece a redação deste parágrafo, far-se-á atribuindo-se a cada Município um coeficiente individual de participação determinado na forma seguinte:

Categoria do Município, segundo seu número de habitantes Coeficiente

a) Até 16.980

Pelos primeiros 10.188 0,6

Para cada 3.396, ou fração excedente, mais 0,2

b) Acima de 16.980 até 50.940

Pelos primeiros 16.980 1,0

Para cada 6.792 ou fração excedente, mais 0,2

c) Acima de 50.940 até 101.880

Pelos primeiros 50.940 2,0

Para cada 10.188 ou fração excedente, mais 0,2

d) Acima de 101.880 até 156.216

Pelos primeiros 101.880 3,0

Para cada 13.584 ou fração excedente, mais 0,2

e) Acima de 156.216 4,0 [\*Parágrafo com redação dada pelo Decreto-Lei nº 1.881, de\*](#)

[\*27/8/1981\*](#)

§ 3º Para os efeitos deste artigo, consideram-se os municípios regularmente instalados, fazendo-se a revisão das quotas anualmente, a partir de 1989, com base em dados oficiais de população produzidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. [\(Parágrafo com redação dada pela Lei Complementar nº 59, de 22/12/1988\)](#)

§ 4º [\(Parágrafo acrescido pela Lei Complementar nº 35, de 28/2/1967 e revogado pela Lei Complementar nº 91, de 22/12/1997\)](#)

§ 5º [\(Parágrafo acrescido pela Lei Complementar nº 35, de 28/2/1967 e revogado pela Lei Complementar nº 91, de 22/12/1997\)](#)

#### **Seção IV** **Cálculo e Pagamento das Quotas Estaduais e Municipais**

Art. 92. Até o último dia útil de cada exercício, o Tribunal de Contas da União comunicará ao Banco do Brasil S.A. os coeficientes individuais de participação de cada Estado e do Distrito Federal, calculados na forma do disposto no art. 88, e de cada Município, calculados na forma do disposto no art. 91, que prevalecerão para todo o exercício subsequente.

.....

.....

## **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR** **N.º 217, DE 2012** **(Do Sr. Guilherme Mussi)**

Estabelece normas sobre o critério, o cálculo, a transferência e o controle das liberações dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal.

**DESPACHO:**  
APENSE-SE À(AO) PLP-266/2013.

O Congresso Nacional decreta:

Artigo 1º. O critério, o cálculo, a entrega, a transferência e controle das liberações dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, de que trata a alínea **a** do inciso I do art. 159 da Constituição Federal, far-se-ão nos termos desta Lei Complementar, consoante o disposto nos incisos II e III do artigo 161 da Constituição Federal.

Parágrafo único: Para fins do disposto neste artigo, integrarão

a base de cálculo das mencionadas transferências, além do montante dos tributos neles referidos, inclusive os extintos por compensação ou dação, os respectivos adicionais, juros moratórios, multa de mora, cobrados administrativa ou judicialmente.

Artigo 2º. A partir de 1º de janeiro de 2013 os recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE serão distribuídos da seguinte forma:

I – 48% (quarenta e oito per cento) às unidades da Federação com base no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH da Organização das Nações Unidas - ONU, que terá como parâmetro ideal o IDH da Noruega que é de 0,943 do ano calendário de 2010, publicado em 2011, em relação aos IDHs dos Estados Brasileiros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE de 2005, divulgado em 2006, pelo critério do percentual que falta do estado brasileiro para atingir o IDH ideal supra aduzido, aplicando o índice multiplicador do Demonstrativo e Anexo I desta Lei Complementar da unidade correspondente;

II – 48% (quarenta e oito per cento) às unidades da Federação em razão da população de cada estado membro brasileiro, segundo estimativa da população com data de referência em 1º de julho de 2011, publicada no Diário oficial da União em 31/08/2011, realizada e enviada ao Tribunal de Contas da União pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 09/11/2011, aplicando o índice multiplicador do Demonstrativo e Anexo II desta Lei Complementar do respectivo ente federado.

III – 2% (dois per cento) serão destinados à formação da Provisão de Compensação e Premiação de Boa Gestão – **PPBG**, para compensar e premiar as unidades federadas que fizerem evoluir o seu IDH. Essa provisão ficará retida pela União Federal sendo remunerada com a taxa Selic, para ser distribuída de forma automática após o terceiro ano da vigência desta lei complementar, cabendo à unidade federada o dobro da perda do recurso em virtude da evolução obtida no seu IDH, consoante critério e determinação do Tribunal de Contas da União.

IV - 2% (dois per cento) será destinado à formação da Provisão Contingencial de Restrições Econômico Fiscal – **PCRef**, para suprir de recursos as unidades federadas que requererem ajudas fiscais emergenciais, em

razão de queda da arrecadação federal em virtude de crises econômicas, essa reserva deverá ser acumulada nos primeiros três anos, remunerada pela taxa Selic, e somente após esse período poderá ser distribuída pela União Federal, sempre com anuência de pelo menos catorze unidades federadas, que deverão decidir em vinte dias após o requerimento formal, na falta de acordo consensual a União Federal decidirá de imediato sobre a transferência.

Art. 3º. À nenhuma Unidade Federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, consoante § 2º, inciso II do art.159 da Constituição Federal.

Parágrafo único: O valor que superar os vinte por cento de que trata o *caput* deste artigo, deverá ser redistribuído às demais unidades federadas, pelo mesmo critério e forma de distribuição do inciso do art. 2º de que trata esta Lei Complementar, em que foi apurada a parcela superior.

Art. 4º A União Federal observará, a partir de janeiro de 2013, os seguintes prazos máximos na entrega ou transferência, por meio de créditos em contas individuais das Unidades Federadas, dos recursos do Fundo de Participação dos Estados:

I – recursos arrecadados do primeiro ao décimos dia de cada mês: até o vigésimo dia;

II – recursos arrecadados do décimo primeiro ao vigésimo dia de cada mês: até o trigésimo dia;

III – recursos arrecadados do vigésimo primeiro dia ao final de cada mês: até o décimo dia do mês subsequente;

Parágrafo único: Ficam sujeitos aos Juros de mora equivalente a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, para títulos federais acumulada mensalmente, calculados a partir do primeiro dia do mês subsequente, os recursos não liberados nos prazos previstos neste artigo.

Art. 5º. A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou entidade congênere, fará publicar no Diário Oficial da União, até 30 de junho de cada ano a partir de 2014, o Índice de Desenvolvimento Humano



– IDH dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal, para os fins previstos nesta lei complementar seguindo os critérios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano - PNUD, utilizando-se dos: **a)** Índice de Desenvolvimento em Relação ao Gênero; **b)** da Medida de Capacidade de Gênero; **c)** e do Índice de Pobreza Humana, combinando em três dimensões para: **i)** Uma Vida Longa e Saudável (expectativa de vida ao nascer); **ii)** O Acesso ao Conhecimento (anos médios de estudo e anos esperados de escolaridade); **iii)** Um padrão de Vida Decente *per capita* (paridade do poder de compra em dólar, para fins de compatibilidade internacional), item em que a renda per capita já está inserida. Nesta metodologia deverá ser obedecida a seguinte formulação:

- $$1. \text{ Expectativa de vida ao nascer (EV)} = \frac{EV - 20}{83,2 - 20}$$
- $$2. \text{ Índice de educação (EI)} = \frac{\sqrt[2]{IAME \times IAEE} - 0}{0,951 - 0}$$
- $$3. \text{ Índice de Anos Médios de Estudo (IAME)} = \frac{AME - 0}{13,2 - 0}$$
- $$4. \text{ Índice de Anos Esperados de Escolaridade (IAEE)} = \frac{AEE - 0}{20,6 - 0}$$
- $$5. \text{ Índice de renda (IR)} = \frac{\ln(PIBpc) - \ln(163)}{\ln(108.211) - \ln(163)}$$

Assim, o IDH é a média geométrica dos três índices anteriores normalizados:

$$IDH = \sqrt[3]{LEI \times EI \times IR}.$$

Legenda:

- EV = [Expectativa de vida ao nascer](#)
- AME = [Anos Médios de Estudo](#)
- AEE = [Anos Esperados de Escolaridade](#)
- PIBpc = Produto Interno Bruto (Paridade do Poder de Compra em dólar) *per capita*.

Art. 6º. A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE deverá elaborar a atualização anual dos Demonstrativos e Anexos desta Lei Complementar, até 30 de junho de cada ano, que deverão ser publicada nessa data, e após revista por decisões Normativas do Tribunal de Contas, emitidas e publicada no Diário Oficial da União, até 1º de agosto de cada ano, comunicando oficialmente as Casas do Congresso Nacional e demais órgãos de atribuição ou competência.

Parágrafo único: Caso a A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE não cumpra com o determinado nesta Lei Complementar perderá 10% (dez per cento) de sua verba anual para o Tesouro Nacional, a título de pena pecuniária.

Art. 7º. As unidades federadas que estiverem com o IDH/2005 abaixo de 0,800 deverão elevar anualmente em 10% (dez per cento) nos próximos três anos a contar da entrada em vigor desta Lei Complementar, caso essa meta não seja cumprida, a unidade federada em questão perderá 10% (dez per cento) da

transferência de recursos que lhe couber para o Tesouro Nacional, do disposto no inciso I do art. 2º desta Lei, até que atinja a 10ª (décima) posição do IDH para os estados brasileiros, vigente no ano de publicação.

Parágrafo único. Os recursos retidos de que trata este artigo, deverão ser entregues ou transferidos à Irmandade Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, CNPJ nº 62.779.145/0001-90, 60 (sessenta) dias após a retenção pelo Tesouro Nacional, e essa entidade beneficiada, deverá destinar parte dessa verba recebida para elaborar plano para promover a elevação do IDH dos entes federados que apresentem o IDH abaixo de 0,800. Esses recursos transferidos deverão ser fiscalizados e auditados pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em conjunto com o Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

Art. 8º. A unidade federada que atingir 0,800 do IDH/2005, ou a 10ª (décima) posição do IDH para os estados brasileiros, vigente no ano de publicação, não poderá retroceder por mais de um ano consecutivo, sob pena de sofrer a sanção disposto no art. 6º desta Lei Complementar.

Art. 9º. O Congresso Nacional poderá contratar em regime emergencial entidade congênere para elaborar de imediato os Demonstrativo e Anexos desta Lei complementar seguindo a metodologia e o critério de avaliação propostos.

Art. 10. Revogam-se os artigos 88, 89, 90 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, bem como as demais disposições em contrário com esta Lei Complementar.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## DEMONSTRATIVO E ANEXO I

BASE PARA CÁLCULO - IDH NORUEGA = 0,943						
Posição Dados de 2005	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	IDH Em 2005	% em relação a Noruega (IDH 0,943)	Falta para atingir o IDH ideal (0,943)	Resultado Proporcional	Índice Multiplicador
1	<u>Distrito Federal</u>	0,874	92,683%	7,317%	1,481303028	0,01481303

2	Santa Catarina	0,840	89,077%	10,923%	2,211326087	0,02211326
3	São Paulo	0,833	88,335%	11,665%	2,361541592	0,02361542
4	Rio de Janeiro	0,832	88,229%	11,771%	2,383000949	0,02383001
5	Rio Grande do Sul	0,832	88,229%	11,771%	2,383000949	0,02383001
6	Paraná	0,820	86,957%	13,043%	2,640513243	0,02640513
7	Espírito Santo	0,802	85,048%	14,952%	3,026984130	0,03026984
8	Mato Grosso do Sul	0,802	85,048%	14,952%	3,026984130	0,03026984
9	Goiás	0,800	84,835%	15,165%	3,070105293	0,03070105
10	Minas Gerais	0,800	84,835%	15,165%	3,070105293	0,03070105
11	Mato Grosso	0,796	84,411%	15,589%	3,155942724	0,03155943
12	Amapá	0,780	82,715%	17,285%	3,499292449	0,03499292
13	Amazonas	0,780	82,715%	17,285%	3,499292449	0,03499292
14	Rondônia	0,776	80,170%	19,830%	4,014519482	0,04014519
15	Tocantins	0,756	80,170%	19,830%	4,014519482	0,04014519
16	Pará	0,755	80,064%	19,936%	4,035978840	0,04035979
17	Acre	0,751	79,639%	20,361%	4,122018718	0,04122019
18	Roraima	0,750	79,533%	20,467%	4,143478076	0,04143478
19	Bahia	0,742	78,685%	21,315%	4,315152938	0,04315153
20	Sergipe	0,742	78,685%	21,315%	4,315152938	0,04315153
21	Rio Grande do Norte	0,738	78,261%	21,739%	4,400990370	0,04400990
22	Ceará	0,723	76,670%	23,330%	4,723083183	0,04723083
23	Pernambuco	0,718	76,140%	23,860%	4,830379972	0,04830380
24	Paraíba	0,718	76,140%	23,860%	4,830379972	0,04830380
25	Piauí	0,703	74,549%	25,451%	5,152472786	0,05152473
26	Maranhão	0,683	72,428%	27,572%	5,581862389	0,05581862
27	Alagoas	0,677	71,792%	28,208%	5,710618536	0,05710619
	<b>TOTAIS</b>		<b>2.206,043%</b>	<b>493,9570%</b>	<b>100</b>	<b>1,00000000</b>

### Notas explicativas concernentes ao Demonstrativo e Anexo I:

1-) Desde o ano de 2006 o Reino da Noruega apresenta vem apresentando o

maior IDH do Mundo e no Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) de 2011 apresentou 0,943 que foi tomado para este Projeto de Lei Complementar como ideal;

2-) O último IDH para as Unidades Federadas do Brasil foi elaborado pelo IBGE em 2005 e publicado em 2006, e foi este utilizado para o cálculo do Demonstrativo e do Anexo I;

3-) O índice apurado para cada unidade federada deverá ser multiplicado pelo total da verba destinada no inciso I do artigo 2º desta Lei Complementar que determinará o *quantum debeatur* a cada unidade da federação, segundo o critério do desenvolvimento humano.

## DEMONSTRATIVO e ANEXO II

### População das Entidades Federadas segundo estimativa de 2011 do IBGE

Posição	Unidades Federadas	População	RESULTADO PROPORCIONAL	ÍNDICE MULTIPLICADOR
1	<u>São Paulo</u>	41587182	21,61728669	0,216172867
2	<u>Minas Gerais</u>	19728701	10,25510662	0,102551066
3	<u>Rio de Janeiro</u>	16112678	8,375474435	0,083754744
4	<u>Bahia</u>	14097534	7,327989525	0,073279895
5	<u>Rio Grande do Sul</u>	10733030	5,579098544	0,055790985
6	<u>Paraná</u>	10512349	5,464387130	0,054643871
7	<u>Pernambuco</u>	8864906	4,608035583	0,046080356
8	<u>Ceará</u>	8530155	4,434029844	0,044340298
9	<u>Pará</u>	7688593	3,996580463	0,039965805
10	<u>Maranhão</u>	6645761	3,454509632	0,034545096
11	<u>Santa Catarina</u>	6317054	3,283645604	0,032836456
12	<u>Goiás</u>	6080716	3,160795580	0,031607956
13	<u>Paraíba</u>	3791315	1,970750105	0,019707501
14	<u>Espírito Santo</u>	3547055	1,843782174	0,018437822

15	<u>Amazonas</u>	3538387	1,839276491	0,018392765
16	<u>Rio Grande do Norte</u>	3198657	1,662682636	0,016626826
17	<u>Alagoas</u>	3143384	1,633951372	0,016339514
18	<u>Piauí</u>	3140328	1,632362844	0,016323628
19	<u>Mato Grosso</u>	3075936	1,598891465	0,015988915
20	<u>Distrito Federal</u>	2609998	1,356693873	0,013566939
21	<u>Mato Grosso do Sul</u>	2477542	1,287842386	0,012878424
22	<u>Sergipe</u>	2089819	1,086301458	0,010863015
23	<u>Rondônia</u>	1576455	0,819451524	0,008194515
24	<u>Tocantins</u>	1400892	0,728192739	0,007281927
25	<u>Acre</u>	746386	0,387976279	0,003879763
26	<u>Amapá</u>	684309	0,355708253	0,003557083
27	<u>Roraima</u>	460165	0,239196749	0,002391967

	TOTAIS	192379287	100	1
--	--------	-----------	-----	---

### Notas explicativas correspondentes ao Demonstrativo e Anexo II

1-) A estimativa da População residente no Brasil e nas Unidades da Federação têm como data de referência 1º de julho de 201;

2-) O índice apurado para cada unidade federada deverá ser multiplicado pelo total da verba destinada no inciso II do artigo 2º desta Lei Complementar que determinará o *quantum debeatur* a cada unidade da federação, para atender o critério populacional.

### JUSTIFICATIVA

**Considerando** que o Supremo Tribunal Federal em 14 de fevereiro de 2010, decisão publicada 30-abr-2010, que transitou em julgado em 10-mai-2010, julgou procedentes as ações diretas de inconstitucionalidade 875, 2.727, 3.243 e 1.987, para, aplicando o art. 27 da Lei n. 9.868/99, declarar a inconstitucionalidade, sem a pronúncia da nulidade, do art. 2º, incisos I e II, §§ 1º, 2º e 3º, e do Anexo Único, da **Lei Complementar n. 62/1989, mantendo sua vigência até 31 de dezembro de 2012**, nos termos do voto do Relator, Ministro Gilmar Mendes (Presidente).

De sorte que, impôs-se a necessidade de uma nova Lei

Complementar que **deverá vigir a partir de 1º de janeiro de 2013**, visando a promover o equilíbrio socioeconômico e sociodemográfico entre os Estados Membros da Federação, a fim de que haja equidade de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados – FPE, por meio de critérios técnicos, objetivos e permanentes de rateio das transferências, baseados no Índice de Desenvolvimento Humano – **IDH** do Programa de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas – PNUD e no **Censo Populacional** realizado pela Fundação Instituto de Geografia e Estatística – IBGE, pois o custo da prestação dos serviços públicos é proporcional à população de cada unidade federada.

**Considerando** que com o advento da declaração de inconstitucionalidade, pelo Supremo Tribunal Federal, dos atuais critérios de rateio dos recursos do Fundo de Participação dos Estados, constantes do art. 2º, incisos I e II, §§ 1º, 2º e 3º, e pelo Anexo Único da Lei Complementar nº 62/1989, o Tribunal de Contas da União – TCU autuou uma representação com vistas a conhecer e analisar os projetos em tramitação no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, pertinentes à elaboração de novos critérios em substituição àqueles então declarados inconstitucionais pelo STF, e firmou parecer em 19 de setembro de 2011, por meio da Ata nº 39/2011, nos autos TC 026.127/2010-5, que os projetos que tramitam no Congresso Nacional, não contemplam suficientemente a variação da população entre os entes federados e, em consequência disso, os maiores beneficiados são e serão os habitantes das unidades da federação com menor população e não daquelas menos desenvolvidas;

Acrescentou também que, para satisfação dos requisitos constitucionais, além da observação da diversidade populacional, faz-se necessário, também, considerar os parâmetros que contemplam a diversidade socioeconômica existente entre os estados brasileiros e o distrito federal.

**Considerando** que as políticas ambientais, políticas de preservação do patrimônio histórico, políticas indigenistas ou políticas destinadas aos descendentes de escravos ou qualquer outra política setorial devem ter seus instrumentos próprios de estímulo e financiamento, o FPE deve ser, única e exclusivamente, um mecanismo de redução das disparidades de capacidade fiscal dos entes federados.

**Considerando** que se aproxima a negociação sobre a

legislação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e de Bens e Serviços (ICMS) e a distribuição dos *royalties* cobrados sobre o petróleo a ser extraído da camada pré-sal, que poderá modificar a distribuição fiscal, mas poderá também utilizar do mesmo critério apresentado neste projeto, como também poderia excluir futuramente desta distribuição àquelas unidades da federação que por ventura forem aquinhoadas pelos recursos petrolíferos.

A formação da reserva citada no item PPBG – Provisão de Compensação e Premiação de boa Gestão tem o objetivo de impedir o afrouxamento da unidade federada que receberá mais recursos em razão de ser última colocada no ranking do IDH.

A criação da reserva PCRef – Provisão Contingencial de Restrições Econômico Fiscal, é que nos últimos anos estamos vivendo crises econômicas em razão da globalização e por qualquer outra, e com isso pode haver queda na arrecadação tanto da União federal como das unidades federadas, e se não for socorrida poderá ocorrer dificuldade no pagamento dos servidores, cumprimento dos compromissos de gasto público. Assim se faz necessário a criação dessa reserva técnica, para fazer frente aos imprevistos da economia nacional ou mundial.

A sanção restritiva imposta no art. 6º desta LC, não tem o condão de tomar e redistribuir entre os demais pares os recursos retidos, por não ser de princípio beneficiar uns e detrimento de outros, muito pelo contrário os demais entes devem colaborar para que todos atinjam um ótimo IDH.

O critério proposto neste projeto pode não ser suficiente para garantir o objetivo do artigo 161 da Constituição Federal, que é o de alcançar e promover o equilíbrio socioeconômico entre as unidades da federação, no entanto devemos discuti-lo para aperfeiçoá-lo

Nobres colegas, por se tratar de matéria de interesse dos Entes Membros da Federação, que além de possuir relevante valor de investimento *ex ante* e *ex post* social, de buscar a política pública de Estado do [bem-estar social](#) (**Welfare State**), garantindo os serviços públicos e proteção à população. corrigir as desigualdades principalmente entre os Estados ocorridas há anos, requeremos tramitação de urgência, uma vez que os critérios adotados pela LC nº 62/89 vão vigorar somente até 31/12/2012, ou melhor até o fim deste ano.



Pelo exposto, contamos com o apoio dos nobres Colegas para a sua aprovação.

Sala das Sessões em, 31 de outubro de 2012.

**GUILHERME MUSSI**  
Deputado Federal – PSD/SP

<b>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</b>
--

**CONSTITUIÇÃO  
DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
1988**

.....

**TÍTULO VI  
DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO**

**CAPÍTULO I  
DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL**

.....

**Seção VI  
Da Repartição das Receitas Tributárias**

.....

Art. 159. A União entregará:

I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados quarenta e oito por cento na seguinte forma: (“Caput” do inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 55, de 2007)

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer;

d) um por cento ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano; (Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 55, de 2007)

II - do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados;

III - do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que refere o inciso II, c, do referido parágrafo. [\*\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 44, de 2004\)\*](#)

§ 1º Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I.

§ 2º A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada Estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso. [\*\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003\)\*](#)

Art. 160. É vedada a retenção ou qualquer restrição à entrega e ao emprego dos recursos atribuídos, nesta Seção, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, neles compreendidos adicionais e acréscimos relativos a impostos.

Parágrafo único. A vedação prevista neste artigo não impede a União e os Estados de condicionarem a entrega de recursos: [\*\(Parágrafo único com redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000\)\*](#)

I – ao pagamento de seus créditos, inclusive de suas autarquias; [\*\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/00\)\*](#)

II – ao cumprimento do disposto no art. 198, § 2º, incisos II e III. [\*\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000\)\*](#)

Art. 161. Cabe à lei complementar:

I - definir valor adicionado para fins do disposto no art. 158, parágrafo único, I;

II - estabelecer normas sobre a entrega dos recursos de que trata o art. 159, especialmente sobre os critérios de rateio dos fundos previstos em seu inciso I, objetivando promover o equilíbrio sócio-econômico entre Estados e entre Municípios;

III - dispor sobre o acompanhamento, pelos beneficiários, do cálculo das quotas e da liberação das participações previstas nos arts. 157, 158 e 159.

Parágrafo único. O Tribunal de Contas da União efetuará o cálculo das quotas referentes aos fundos de participação a que alude o inciso II.

Art. 162. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios divulgarão, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, os recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio.

---

---

## LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966

Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e  
Institui Normas Gerais de Direito Tributário  
Aplicáveis à União, Estados e Municípios.

### O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Esta Lei regula, com fundamento na Emenda Constitucional nº 18, de 1º de dezembro de 1965, o sistema tributário nacional e estabelece, com fundamento no art. 5º, XV, alínea b, da Constituição Federal, as normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, sem prejuízo da respectiva legislação complementar, supletiva ou regulamentar.

---

### CAPÍTULO III

#### FUNDOS DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DOS MUNICÍPIOS

---

#### Seção II

##### Critério de Distribuição do Fundo de Participação dos Estados

Art. 88. O Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, a que se refere o art. 86, será distribuído da seguinte forma:

I - 5% (cinco por cento), proporcionalmente à superfície de cada entidade participante;

II - 95% (noventa e cinco por cento), proporcionalmente ao coeficiente individual de participação, resultante do produto do fator representativo da população pelo fator representativo do inverso da renda per capita, de cada entidade participante, como definidos nos artigos seguintes.

Parágrafo único. Para os efeitos do disposto neste artigo, consideram-se:

I - a superfície territorial apurada e a população estimada, quanto a cada entidade participante, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

II - a renda per capita, relativa a cada entidade participante, no último ano para o qual existam estimativas efetuadas pela Fundação "Getúlio Vargas".

Art. 89. O fator representativo da população a que se refere o inciso II do artigo anterior, será estabelecido da seguinte forma:

Percentagem que a população da entidade participante representa da população total do País:

	Fator
I - até 2% .....	2,0
II - acima de 2% até 5%:	
a) pelos primeiros 2% .....	2,0
b) para cada 0,3% ou fração excedente, mais .....	0,3
III - acima de 5% até 10%:	
a) pelos primeiros 5% .....	5,0
b) para cada 0,5% ou fração excedente, mais .....	0,5
IV - acima de 10% .....	10,0

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, considera-se como população total do País a soma das populações estimadas a que se refere o inciso I do parágrafo único do artigo anterior.

Art. 90. O fator representativo do inverso da renda per capita, a que se refere o inciso II do artigo 88, será estabelecido da seguinte forma:

Inverso do índice relativo à renda per capita da entidade participante:

	Fator
Até 0,0045 .....	0,4
Acima de 0,0045 até 0,0055 .....	0,5
Acima de 0,0055 até 0,0065 .....	0,6
Acima de 0,0065 até 0,0075 .....	0,7
Acima de 0,0075 até 0,0085 .....	0,8
Acima de 0,0085 até 0,0095 .....	0,9
Acima de 0,0095 até 0,0110 .....	1,0
Acima de 0,0110 até 0,0130 .....	1,2
Acima de 0,0130 até 0,0150 .....	1,4
Acima de 0,0150 até 0,0170 .....	1,6
Acima de 0,0170 até 0,0190 .....	1,8
Acima de 0,0190 até 0,0220 .....	2,0
Acima de 0,220 .....	2,5

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, determina-se o índice relativo à renda per capita de cada entidade participante, tomando-se como 100 (cem) a renda per capita média do País.

### Seção III

#### Critério de Distribuição do Fundo de Participação dos Municípios

Art. 91. Do Fundo de Participação dos Municípios a que se refere o art. 86, serão atribuídos:  
(“Caput” com redação dada pelo Ato Complementar nº 35, de 28/2/1967)

## **LEI Nº 9.868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999**

Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

### **O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### **CAPÍTULO IV**

#### **DA DECISÃO NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE E NA AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE**

Art. 27. Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.

Art. 28. Dentro do prazo de dez dias após o trânsito em julgado da decisão, o Supremo Tribunal Federal fará publicar em seção especial do Diário da Justiça e do Diário Oficial da União a parte dispositiva do acórdão.

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 62, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989**

Estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências.

### **O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, de que tratam as alíneas a e b do inciso I do art. 159 da Constituição, far-se-ão nos termos desta Lei Complementar, consoante o disposto nos incisos II e III do art. 161 da Constituição.

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, integrarão a base de cálculo das transferências, além do montante dos impostos nele referidos, inclusive os extintos por compensação ou dação, os respectivos adicionais, juros e multa moratória, cobrados

administrativa ou judicialmente, com a correspondente atualização monetária paga.

Art. 2º Os recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE serão distribuídos da seguinte forma: [\*\(Vide ADINs nºs 875, 1.987, 2.727 e 3.243, cuja decisão foi publicada no DOU de 13/5/2010\)\*](#)

I - 85% (oitenta e cinco por cento) às Unidades da Federação integrantes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste;

II - 15% (quinze por cento) às Unidades da Federação integrantes das regiões Sul e Sudeste.

§ 1º Os coeficientes individuais de participação dos Estados e do Distrito Federal no Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE a serem aplicados até o exercício de 1991, inclusive, são os constantes do Anexo Único, que é parte integrante desta Lei Complementar.

§ 2º Os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, a vigorarem a partir de 1992, serão fixados em lei específica, com base na apuração do censo de 1990.

§ 3º Até que sejam definidos os critérios a que se refere o parágrafo anterior, continuarão em vigor os coeficientes estabelecidos nesta Lei Complementar.

Art. 3º Ficam mantidos os atuais critérios de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios até que lei específica sobre eles disponha, com base no resultado do Censo de 1991, realizado pela Fundação IBGE. [\*\(“Caput” do artigo com redação dada pela Lei Complementar nº 71, de 3/9/1992, produzindo efeitos a partir de 1/1/1992\)\*](#)

#### ANEXO ÚNICO À LEI COMPLEMENTAR Nº 62, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989

[\*\(Vide ADINs nºs 875, 1.987, 2.727 e 3.243, cuja decisão foi publicada no DOU de 13/5/2010\)\*](#)

Acre	3,4210
Amapá	3,4120
Amazonas	2,7904
Pará	6,1120
Rondônia	2,8156
Roraima	2,4807
Tocantins	4,3400
Alagoas	4,1601
Bahia	9,3962
Ceará	7,3369
Maranhão	7,2182
Paraíba	4,7889
Pernambuco	6,9002
Piauí	4,3214
Rio Grande do Norte	4,1779
Sergipe	4,1553
Distrito Federal	0,6902
Goiás	2,8431
Mato Grosso	2,3079

Mato Grosso do Sul	1,3320
Espírito Santo	1,5000
Minas Gerais	4,4545
Rio de Janeiro	1,5277
São Paulo	1,0000
Paraná	2,8832
Rio Grande do Sul	2,3548
Santa Catarina	1,2798

## AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - Nº 875

IDENTIFICAÇÃO: ADI 875-7

ORIGEM:  
DISTRITO FEDERAL

RELATOR:  
MINISTRO NERI DA SILVEIRA

PARTES:Requerente:GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ  
GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
ADV.: GABRIEL PAULI FADEL E OUTROS  
Requerido:PRESIDENTE DA REPÚBLICA  
CONGRESSO NACIONAL

INTERESSADO:

DISPOSITIVO LEGAL QUESTIONADO:- Artigo 002º e respectivo Anexo Único da Lei Complementar Federal nº 062, de 28 de dezembro de 1989. LEI COMPLEMENTAR Nº 062 - DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989 Estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação, e da outras providências. Art. 002º - Os recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE serão distribuídos da seguinte forma: 00I - 085% (oitenta e cinco por cento) as Unidades da Federação integrantes das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; 00II - 015% (quinze por cento) as Unidades da Federação integrantes das Regiões Sul e Sudeste. § 001º - Os coeficientes individuais de participação dos Estados e do Distrito Federal no Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE a serem aplicados até o exercício de 1991, inclusive, são os constantes do Anexo Único, que é parte integrante desta Lei Complementar. § 002º - Os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, a vigorarem a partir de 1992, serão fixados em lei específica, com base na apuração do censo de 1990. § 003º - Até que sejam definidos os critérios a que se refere o parágrafo anterior, continuarão em vigor os coeficientes estabelecidos nesta Lei Complementar. ANEXO ÚNICO A LEI COMPLEMENTAR Nº 062, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989

Acre.....	3,4210	Amapá.....	3,4120
Amazonas.....	2,7904	Para.....	6,1120
Roraima.....	2,4807	Rondonia.....	2,8156
Bahia.....	9,3962	Tocantins.....	4,3400
Paraíba.....	4,7889	Alagoas.....	4,1601
Rio Grande do Norte.....	4,1779	Ceara.....	7,3369
Goiás.....	2,8431	Maranhão.....	7,2182
Espírito Santo.....	1,5000	Pernambuco.....	6,9002
São Paulo.....	1,0000	Piauí.....	4,3214
2,3548	Paraná.....	Sergipe.....	4,1553
1,2798	2,8832	Distrito Federal.....	0,6902
		Mato Grosso.....	2,3079
		Mato Grosso do Sul.....	1,3320
		Rio de Janeiro.....	1,5277
		Rio Grande do Sul.....	2,3548
		Santa Catarina.....	1,2798

FUNDAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL:- Artigo 003º, III.- Artigo 005º.- Artigo 037.- Artigo 060, § 004º,

0IV.- Artigo 159, "a" e "b".- Artigo 161, 00I e 0II.

DECISÃO:

RESULTADO DA LIMINAR:

Sem Liminar

DECISÃO DA LIMINAR:

RESULTADO DO MÉRITO:

Procedente

## ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - Nº 2727

IDENTIFICAÇÃO: ADI (Med. Liminar) 2727-1

Petição

Petição Inicial

ORIGEM

DISTRITO FEDERAL

RELATOR

MINISTRO GILMAR MENDES

PARTES

Requerente:

GOVERNADOR DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL (CF 103, 00V)

ADV. (A/S): PGE-MS-JOSÉ WANDERLEY BEZERRA ALVES E OUTRO(A/S)

Requerido:

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

CONGRESSO NACIONAL

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

INTERESSADO

DISPOSITIVO LEGAL QUESTIONADO

Art. 002º, parágrafos 001º, 002º e 003º da Lei Complementar Federal nº 062, de 28 de dezembro de 1989 , e de parte da Decisão Normativa nº 044, de 12 de dezembro de 2001, editada pelo Tribunal de Contas da União . Lei Complementar nº 062, de 28 de dezembro de 1989 . Estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências. Art. 002º - Os recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE serão distribuídos da seguinte forma: (...) § 001º - Os coeficientes individuais de participação dos Estados e do Distrito Federal no Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal FPE a serem aplicados até o exercício de 1991, inclusive, são os constantes do Anexo Único, que é parte integrante desta Lei Complementar. § 002º - Os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, a vigorarem a partir de 1992, serão fixados em lei específica, com base na apuração do censo de 1990. § 003º - Até que sejam definidos os critérios a que se refere o parágrafo anterior, continuarão em vigor os coeficientes estabelecidos nesta Lei Complementar. Decisão Normativa nº 044, de 12 de dezembro de 2001 . Aprova, para o exercício de 2002, os coeficientes a serem utilizados no cálculo das quotas para distribuição dos recursos previstos no art. 159, inciso 00I, alíneas "a", "b" e "c" da Constituição Federal e da Reserva instituída pelo Decreto-lei nº 1881, de 27 de agosto de 1981 . Art. 001º - Ficam aprovados, na forma dos Anexos I e XI desta Decisão Normativa, os coeficientes destinados ao cálculo das quotas referentes ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE, ao Fundo de Participação dos Municípios - FPM, aos recursos para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, previstos no art. 159, inciso 00I, alíneas "a", "b" e "c", da Constituição Federal , bem



como à Reserva instituída pelo art. 002º do Decreto-lei nº 1881, de 27 de agosto de 1981 . Art. 002º - Esta Decisão Normativa entrará em vigor em 01 de janeiro de 2002.

#### FUNDAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL

- Art. 068, § 001º
- Art. 159
- Art. 161

#### DECISÃO

RESULTADO DA LIMINAR  
AGUARDANDO JULGAMENTO

#### DECISÃO DA LIMINAR

#### DATA DE JULGAMENTO DA LIMINAR

#### DATA DE PUBLICAÇÃO DA LIMINAR

RESULTADO DO MÉRITO  
Procedente

#### DECISÃO DO MÉRITO

O Tribunal julgou procedentes as ações diretas de inconstitucionalidade 875, 2.727, 3.243 e 1.987, para, aplicando o art. 27 da Lei nº 9.868/99, declarar a inconstitucionalidade, sem a pronúncia da nulidade, do art. 2º, incisos I e II, §§ 1º, 2º e 3º, e do Anexo Único, da Lei Complementar nº 62/1989, mantendo sua vigência até 31 de dezembro de 2012, nos termos do voto do Relator, Ministro Gilmar Mendes (Presidente). Vencido parcialmente o Ministro Marco Aurélio, que julgou procedente apenas a ação direta de inconstitucionalidade 1.987 e, no caso, não aplicou o art. 27 da Lei nº 9.868/99. Ausentes, licenciado, o Senhor Ministro Celso de Mello e, justificadamente, a Senhora Ministra Ellen Gracie. Falou pela Advocacia-Geral da União o Ministro Luís Inácio Lucena Adams, Advogado-Geral da União. Plenário, 24.02.2010.

### AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - Nº 3243

IDENTIFICAÇÃO: ADI (Med. Liminar) 3243  
Petição  
Petição Inicial

ORIGEM  
DISTRITO FEDERAL

RELATOR  
MINISTRO GILMAR MENDES

PARTES  
Requerente:  
GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO ( CF 103, 00V )  
Requerido:  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA CONGRESSO NACIONAL

INTERESSADO

DISPOSITIVO LEGAL QUESTIONADO  
Lei Complementar nº 062, de 28 de dezembro de 1989 .

Estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências.

Art. 001º - O cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, de que tratam as alíneas a e b do inciso 00I do art. 159 da Constituição, far-se-ão nos termos desta Lei Complementar, consoante o disposto nos incisos 00II e 00III do art. 161 da Constituição. Parágrafo único - Para fins do disposto neste artigo, integrarão a base de cálculo das transferências, além do montante dos impostos nele referidos, inclusive os extintos por compensação ou dação, os respectivos adicionais, juros e multa moratória, cobrados administrativa ou judicialmente, com a correspondente atualização monetária paga.

Art. 002º - Os recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE serão distribuídos da seguinte forma: 00I - 085% (oitenta e cinco por cento) às Unidades da Federação integrantes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; 00II - 015% (quinze por cento) às Unidades da Federação integrantes das regiões Sul e Sudeste. § 001º - Os coeficientes individuais de participação dos Estados e do Distrito Federal no Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE a serem aplicados até o exercício de 1991, inclusive, são os constantes do Anexo Único, que é parte integrante desta Lei Complementar. § 002º - Os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, a vigorarem a partir de 1992, serão fixados em lei específica, com base na apuração do censo de 1990. § 003º - Até que sejam definidos os critérios a que se refere o parágrafo anterior, continuarão em vigor os coeficientes estabelecidos nesta Lei Complementar.

Art. 003º - Ficam mantidos os atuais critérios de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios até que lei específica sobre eles disponha, com base no resultado do Censo de 1991, realizado pela Fundação IBGE. \_\_\_\_\_ Nota: Redação dada pelo(a) Lei Complementar nº 071/1992 Redação(ões) anterior(es): Redação original \_\_\_\_\_ Parágrafo único - A lei estabelecerá os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, a vigorarem a partir de 1992, com base na apuração do Censo de 1990.

Art. 004º - A União observará, a partir de março de 1990, os seguintes prazos máximos na entrega, através de créditos em contas individuais dos Estados e Municípios, dos recursos do Fundo de Participação: 00I - recursos arrecadados do primeiro ao décimo dia de cada mês: até o vigésimo dia; 00II - recursos arrecadados do décimo primeiro ao vigésimo dia de cada mês: até o trigésimo dia; 00III - recursos arrecadados do vigésimo primeiro dia ao final de cada mês: até o décimo dia do mês subsequente. § 001º - Até a data prevista no caput deste artigo, a União observará os seguintes prazos máximos: 00I - recursos arrecadados do primeiro ao vigésimo dia de cada mês: até o décimo quinto dia do mês subsequente; 00II - recursos arrecadados do vigésimo primeiro dia ao final de cada mês: até o vigésimo dia do mês subsequente. § 002º - Ficam sujeitos à correção monetária, com base na variação do Bônus do Tesouro Nacional Fiscal, os recursos não liberados nos prazos previstos neste artigo.

Art. 005º - O Tribunal de Contas da União efetuará o cálculo das quotas referentes aos Fundos de Participação e acompanhará, junto aos órgãos competentes da União, a classificação das receitas que lhes dão origem. Parágrafo único - No caso de criação e instalação de Município, o Tribunal de Contas da União fará revisão dos coeficientes individuais de participação dos demais Municípios do Estado a que pertence, reduzindo proporcionalmente as parcelas que a estes couberem, de modo a lhe assegurar recursos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

Art. 006º - A União divulgará mensalmente os montantes dos impostos arrecadados e classificados para efeitos de distribuição através dos Fundos de Participação e os valores das liberações por Estado e Município, além da previsão do comportamento dessas variáveis nos 3 (três) meses seguintes ao da divulgação.

Art. 007º - A União, através do Ministério da Fazenda, e o Tribunal de Contas da União baixarão, nas suas respectivas áreas de competência, as normas e instrução complementares necessárias ao pleno cumprimento do disposto nesta Lei Complementar.

Art. 008º - Esta Lei Complementar entra em vigor a partir do primeiro mês subsequente ao de sua publicação.

Art. 009º - Revogam-se as disposições em contrário.

#### FUNDAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL

- Art. 159, 00II

- Art. 161, 00II

#### RESULTADO DA LIMINAR

Aguardando Julgamento

#### DECISÃO PLENÁRIA DA LIMINAR

DATA DE JULGAMENTO PLENÁRIO DA LIMINAR

DATA DE PUBLICAÇÃO DA LIMINAR

RESULTADO FINAL

Procedente

DECISÃO FINAL

O Tribunal julgou procedentes as ações diretas de inconstitucionalidade 875, 2.727, 3.243 e 1.987, para, aplicando o art. 27 da Lei nº 9.868/99, declarar a inconstitucionalidade, sem a pronúncia da nulidade, do art. 2º, incisos I e II, §§ 1º, 2º e 3º, e do Anexo Único, da Lei Complementar nº 62/1989, mantendo sua vigência até 31 de dezembro de 2012, nos termos do voto do Relator, Ministro Gilmar Mendes (Presidente). Vencido parcialmente o Ministro Marco Aurélio, que julgou procedente apenas a ação direta de inconstitucionalidade 1.987 e, no caso, não aplicou o art. 27 da Lei nº 9.868/99. Ausentes, licenciado, o Senhor Ministro Celso de Mello e, justificadamente, a Senhora Ministra Ellen Gracie. Falou pela Advocacia-Geral da União o Ministro Luís Inácio Lucena Adams, Advogado-Geral da União. Plenário, 24.02.2010.

## AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - Nº 1987

IDENTIFICAÇÃO: ADI 1987-2

ORIGEM:

DISTRITO FEDERAL

RELATOR:

MINISTRO NÉRI DA SILVEIRA

PARTES:

Requerente:

ESTADO DE MATO GROSSO

ESTADO DE GOIÁS

(2)

ADVDS.: PGE-MT - SUELI SOLANGE CAPITULA E OUTRO

Requerido:

CONGRESSO NACIONAL

INTERESSADO:

DISPOSITIVO LEGAL QUESTIONADO:

Inconstitucionalidade por omissão do art. 161, 0II da Constituição Federal.

"Art. 161 - Cabe à lei complementar:

(...)

0II - estabelecer normas sobre a entrega dos recursos de que trata o art. 159, especialmente sobre o critério de rateio dos fundos previstos em seu inciso 00I, objetivando promover o equilíbrio sócio-econômico entre Estados e entre Municípios;"

FUNDAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL:

DECISÃO:

RESULTADO DA LIMINAR:

Sem Liminar

DECISÃO DA LIMINAR:

DATA DE JULGAMENTO DA LIMINAR:

DATA DE PUBLICAÇÃO DA LIMINAR:

RESULTADO DO MÉRITO:

Procedente

DECISÃO DO MÉRITO:

O Tribunal julgou procedentes as ações diretas de inconstitucionalidade 875, 2.727, 3.243 e 1.987, para, aplicando o art. 27 da Lei nº 9.868/99, declarar a inconstitucionalidade, sem a pronúncia da nulidade, do art. 2º, incisos I e II, §§ 1º, 2º e 3º, e do Anexo Único, da Lei Complementar nº 62/1989, mantendo sua vigência até 31 de dezembro de 2012, nos termos do voto do Relator, Ministro Gilmar Mendes (Presidente). Vencido parcialmente o Ministro Marco Aurélio, que julgou procedente apenas a ação direta de inconstitucionalidade 1.987 e, no caso, não aplicou o art. 27 da Lei nº 9.868/99. Ausentes, licenciado, o Senhor Ministro Celso de Mello e, justificadamente, a Senhora Ministra Ellen Gracie. Falou pela Advocacia-Geral da União o Ministro Luís Inácio Lucena Adams, Advogado-Geral da União. Plenário, 24.02.2010.

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------